

Desenvolvimento e Dependência

Atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini

Lafaiete Santos Neves
Organizador

 **EDITORA CRV**



Lafaiete Santos Neves
organizador

DESENVOLVIMENTO
E DEPENDÊNCIA:
atualidade do pensamento
de Ruy Mauro Marini

EDITORA CRV
Curitiba - Brasil
2012

Copyright © da Editora CRV Ltda.

Editor-chefe: Railson Moura

Editor Executivo: Lafaiete Santos Neves

Diagramação e Capa: Editora CRV

Revisão: Os Autores

Conselho Editorial:

Prof.^ª. Dr.^ª. Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR);
Prof. Dr. Antônio Pereira Gaió Júnior (UFRRJ);
Prof.^ª. Dr.^ª. Carmen Tereza Velanga (UNIR);
Prof. Dr. Celso Conti (UFSCAR);
Prof.^ª. Dr.^ª. Gloria Fariñas León (Universidade de La Havana – Cuba);
Prof. Dr. Francisco Carlos Duarte (PUC-PR);
Prof. Dr. Guillermo Arias Beatón (Universidade de La Havana – Cuba);
Prof. Dr. Jailson Alves dos Santos (UFRJ);
Prof.^ª. Dr.^ª. Josania Portela (UFPI);
Prof.^ª. Dr.^ª. Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UNIR);
Prof. Dr. Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL);
Prof.^ª. Dr.^ª. Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFS);
Prof.^ª. Dr.^ª. Solange Helena Ximenes-Rocha (UFPA);
Prof.^ª. Dr.^ª. Sydione Santos (UEPG);
Prof. Dr. Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA);
Prof.^ª. Dr.^ª. Tania Suely Azevedo Brasileiro (UNIR)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D486

Desenvolvimento e dependência: atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini / Lafaiete Santos Neves (organizador). - Curitiba, PR: CRV, 2012. 164p.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-8042-288-7

1. Divisão internacional do trabalho. 2. América Latina - Política econômica. 3. Desenvolvimento econômico - América Latina. 4. Trabalho - América Latina. I. Neves, Lafaiete.

12-2789. CDD: 331.1098
CDU: 331.1(8)

30.04.12 03.05.12

034985

2012

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora
CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela:

Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418

www.editoracriv.com.br

E-mail: sac@editoracriv.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO

A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO COMO CATEGORIA CENTRAL DA ANÁLISE DE RUY MAURO MARINI	7
---	---

Liana Maria da Frota Carleial

APRESENTAÇÃO	17
--------------------	----

Roberta Traspadini

NOTAS SOBRE AS BASES TEÓRICAS DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA.....	31
---	----

Niemeyer Almeida Filho

ESTADO, MULTINACIONAIS E TRABALHADORES NA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA BRASILEIRA	41
--	----

Lafaiete Santos Neves

DEPENDÊNCIA, INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: uma comparação entre as ideias de Ruy Mauro Marini e de Raúl Prebisch	63
---	----

Sergio Tadeu Gonçalves Muniz

CRESCIMENTO ECONÔMICO, PROGRESSO TÉCNICO E DESIGUALDADE SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DE MARINI E OLIVEIRA	87
---	----

Rafael Rodrigo Mueller, Deise Luiza da Silva Ferraz

A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: algumas evidências da atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini	111
---	-----

Lenina Formagi, Eliete Maceno Novak, Eugênia Picone, Taiane Dagostin Darós

A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO	127
--	-----

Yuri Korello, Lafaiete Santos Neves

A DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA SEGUNDO A DIALÉTICA
DA DEPENDÊNCIA DE RUY MAURO MARINI 145

Daniela Prado Damasceno Ferreira Reinecken, Lafaiete Santos Neves

SOBRE OS AUTORES..... 161

PREFÁCIO

A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO COMO CATEGORIA CENTRAL DA ANÁLISE DE RUY MAURO MARINI

Liana Maria da Frota Carleial

A relevância, argúcia e atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini é atestada pelas inúmeras publicações recentes que procuram discutir, analisar e retomar os principais aspectos de seu pensamento. Este livro é uma delas.

A nosso ver, a grande atualidade e a capacidade elucidativa do capitalismo contemporâneo presentes na obra de Marini deve-se, em grande parte, à centralidade da categoria analítica divisão internacional do trabalho. Para ele, a América Latina engendrou um capitalismo *sui generis*, o qual só pode ser melhor entendido, se observado na escala internacional. Marini(2000) define então dependência como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (p.109)¹. Nesse sentido, o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos depende do desenvolvimento daqueles já desenvolvidos.

É sempre a partir da inserção da América Latina e do Brasil na divisão internacional do trabalho que Marini desenvolve o seu pensamento. Num primeiro momento, quando a divisão internacional do trabalho já havia diferenciado o mundo entre aqueles que haviam conseguido acompanhar os movimentos da revolução

1 Marini, R.M. A Dialética da Dependência. Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. RJ/ Buenos Aires. Vozes/Clacso, 2000.

industrial ocorrida na Inglaterra e os retardatários, esses já não tinham escolha, pois o sistema produtivo instalado naquela ocasião comandaria o sistema produtivo mundial. Seriam as necessidades deste sistema central que definiria as possibilidades de inserção dos retardatários no sistema produtivo mundial.

Por essa razão, a inserção da América Latina e do Brasil, em particular, como possuidores de uma base rica de recursos naturais, terras, minérios e população atendia a uma necessidade dos países centrais; ocupava assim uma posição subordinada expressa na dependência de recursos externos e de tecnologia, na constituição de uma estrutura produtiva heterogênea, pouco diversificada com implicações desastrosas sobre a constituição do seu mercado interno, instalando assim uma tendência de concentração de renda e ainda, um mercado de trabalho heterogêneo e limitado. Marini, então, analisa o percurso da América Latina incorporando o seu desenvolvimento histórico.

Ruy Mauro Marini compõe o grupo de pensadores sociais que durante o século passado se dedicaram a explicar a especificidade latino-americana. Compõe assim com Raul Prebisch, Celso Furtado, Theotonio dos Santos, Francisco de Oliveira entre outros, o grupo de pensadores que escolheram avançar na compreensão da nossa realidade, a partir das nossas condições concretas ao invés de repetir os ensinamentos presentes nos manuais de economia e nos receituários dos documentos dos organismos multilaterais.

A opção de orientação teórica de Marini, a interpretação marxista da natureza da acumulação capitalista, ao mesmo tempo que lhe conferiu capacidade analítica insuperável e análise crítica poderosa, arregimentou críticos, e nos ambientes nos quais vigoram o pensamento econômico ortodoxo, foi muitas vezes esquecido.

No entanto, foi a partir da análise marxista que Marini desenvolveu sua interpretação das diferentes fases do desenvolvimento latino americano e de sua inserção na divisão internacional do trabalho. No momento inicial, retratado na fase de economia primário-exportadora, é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias que opera, uma vez que a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para a sua realização, fazendo emergir a contradição fundamental entre capital e trabalho. Naquele momento a incorporação da América

Latina na economia mundial foi uma resposta à exigência da passagem à geração da mais valia relativa nos países desenvolvidos, no sentido de que a mais valia relativa corresponde à desvalorização dos bens de salário, mas não necessariamente à produtividade do trabalho. A resultante é a redução do valor real da força de trabalho nos países centrais, permitindo assim cotas de mais valia mais elevadas.

Como os preços dos produtos primários(alimentos e matérias primas) caem em relação aos manufaturados quando a oferta amplia-se, de modo também muito inovador MARINI vai considerar que a presença de trocas desiguais (transações realizadas em condições de divergência entre preços e valores) não enseja uma busca pelo equivalência nas trocas mas, fundamentalmente, vai procurar compensar essa perda de renda, internamente ao país exportador de bens primários, através de um mecanismo de superexploração dos trabalhadores que se consubstancia em salários abaixo do custo de reprodução da força de trabalho, longas e intensas jornadas de trabalho e sem mudanças que levem a aumentos da produtividade do trabalho. É importante destacar que essa será uma marca da constituição do mercado de trabalho brasileiro.

No caso da América Latina, a industrialização não cria a sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda já existente e se estruturará a partir das exigências procedentes dos países avançados. Dado o baixo nível tecnológico, o preço de produção se determina basicamente pelos salários e o capitalista industrial se valerá do excedente de mão-de-obra criado pela própria economia exportadora e agravado pela crise que esta experimenta (crise que obriga o setor exportador a liberar mão-de-obra) para pressionar os salários no sentido da baixa. Isso lhe permitirá absorver grandes massas de trabalho e a prolongação da jornada, acelerará a concentração de capital no setor industrial.

Concretamente, a economia mundial já tinha conseguido ampliar o seu padrão de concentração de capitais e necessitava mesmo escoar capital, e assim, o fluxo de capital para a periferia orienta-se para a indústria, associada ainda ao crescimento da produção de bens de capital no mundo desenvolvido. Tem-se, então, uma nova hierarquização da economia capitalista mundial, cuja base é a redefinição da divisão internacional do trabalho. Vale

porém referir que para MARINI há uma espécie de reaproximação do modelo industrial ao da economia exportadora uma vez que, a incorporação de progresso técnico em condições de superexploração do trabalho acarreta inevitável restrição ao mercado interno, contando assim com significativo exército de reserva e ainda com a permanente necessidade de voltar-se ao exterior.

Nestas condições, Marini reconhece que na nossa região a industrialização nunca foi de fato o centro da acumulação; esse sempre foi a atividade exportadora de produtos primários. Observe-se, porém, que no caso brasileiro, durante cinco décadas(1930-80) o país fêz um significativo esforço industrializante, iniciando pela produção dos produtos necessários a atender o mercado interno que se constituiu em torno do café até a instalação de setores pesados, no âmbito dos investimentos empreendidos pelos governos militares durante a ditadura(IPND) e a nossa indústria chegou a ter uma participação de quase 36% do PIB-Produto Interno Bruto brasileiro, no início da década de 1980.

O processo de desindustrialização pelo qual passa o nosso país, iniciado naquela mesma década, a partir da crise da dívida externa, não logrou ainda ser revertido e nos coloca numa posição extremamente desvantajosa quando comparada com os emergentes, China e Índia. As políticas implementadas nos anos noventa do século passado, inadvertidamente intituladas de neo-liberais, aprofundaram essa dificuldade pela privatização de empresas estatais produtoras de serviços e insumos, pela desnacionalização do parque produtivo, como foi o caso da cadeia automotiva, e ainda pela perda de elos de importantes cadeias produtivas. Naquele momento aprofundamos o nosso subdesenvolvimento, agora globalizado(Carleial; 2004)².

Na realidade, em 2012, nos deparamos com a mesma situação apresentada por Marini, ou seja, o centro da acumulação continua sendo as atividades primárias destinadas às exportações, agora mais diversificadas(minérios, grãos, carnes e automóveis) e a indústria, num quadro perverso de juros altos e cambio valorizado, não consegue retomar o ritmo necessário para reverter esse retrocesso. As descobertas na camada pré-sal tornam ainda mais complexa tal

2 Carleial, L. " Subdesenvolvimento globalizado: a resultante das escolhas de política econômica nos anos noventa", Curitiba. Revista do IPARDES, no.106, 2004.

situação especialmente se a sua exploração não for necessariamente indutora da indústria nacional. Desde 2004, os governos brasileiros estebeleceram políticas industriais (PICTE I e II, Plano Brasil Maior) as quais não existiam desde a década de noventa do século passado, associou-as às políticas de ciência e tecnologia e comércio exterior, no entanto, os resultados são ainda muito limitados.

Além disto, mesmo diante dos avanços dos últimos anos, no Brasil, de expansão das universidades públicas, de criação dos Institutos Federais Tecnológicos e da expansão dos recursos destinados à pós-graduação, a interação entre a produção do conhecimento e a apropriação desse conhecimento pelo sistema produtivo ainda é muito lenta. Um dado relevante é o crescimento de patentes brasileiras depositadas no Escritório Europeu de Patentes (EPO) que quase triplicou entre 2001 e 2011. Esse número passou de 73 para 208, no período. No entanto, a China depositou 2049 patentes no EPO, só no ano de 2010.

É relevante também reconhecer que Marini não se furtou de incorporar na sua análise as tendências que se descortinavam com o movimento da chamada globalização. No ensaio intitulado: “Processo e tendências da globalização capitalista” publicado também em 2000, MARINI considera que essa é uma transição para nova etapa histórica cujos desdobramentos ainda não podiam ser vislumbrados completamente³.

MARINI destaca, então, quatro aspectos da globalização que para ele eram fundamentais: a dimensão populacional, uma vez que esse processo atinge praticamente toda a população do globo; o segundo aspecto é a aceleração do tempo histórico, pela rapidez com a qual se difundem processos e práticas quando comparadas, por exemplo aos três séculos que a Inglaterra necessitou para deixar de ser uma sociedade agrária; o terceiro é a magnitude da capacidade produtiva que é mobilizada por esse movimento e, ainda, a revolução que acontece nas comunicações a qual associada às crescentes concentrações urbanas multiplica a velocidade de circulação de mercadorias, ideias, serviços e dinheiro. Aqui Marini já antecipava os impactos da constituição de um mercado financeiro único e dos movimentos do capital especulativo.

3 Marini, R.M.op.cit.pp269-295.

Igualmente, Marini chamava a atenção para os efeitos das revoluções tecnológicas que exigem maior conteúdo de conhecimento nos processos de produção, propiciam novas formas de competição intercapitalista, intensificam as práticas de fusões e aquisições entre firmas bem como os seus efeitos sobre os mercados de trabalho. Chama a atenção para as práticas de flexibilização da organização do trabalho e para os processos de terceirização da força de trabalho que precarizam as condições de trabalho e reduzem a proteção social dos trabalhadores.

De forma contundente, considera essa uma nova divisão internacional do trabalho, que estabelece em novas bases as formas de dependência entre países. Isto porque os países desenvolvidos detém grande superioridade em matéria de pesquisa e desenvolvimento, detendo praticamente o monopólio da inovação e promovendo a transferência de atividades industriais com menos conteúdo de conhecimento para os países menos desenvolvidos, e ainda, dispersando etapas produtivas entre diferentes países, ou seja, fragmentando a produção.

Tal interpretação pode ser validada através dos efeitos da deslocalização industrial que ocorreu na Europa Central em direção à Europa Oriental e à América Latina ; do mesmo modo a deslocalização industrial implementada pelos Estados Unidos, especialmente em direção à Ásia, movimentos esses em busca de mercados com mão de obra abundante, ainda desorganizada e passível de trabalhar a baixos salários e com reduzida(e, em alguns casos, inexistente) proteção social .

Para Marini, o movimento de globalização também levaria a uma dominação das empresas transnacionais, especialmente através da fragmentação produtiva. Este fato altera profundamente as relações econômicas internacionais e o comércio internacional dado o intenso comércio intrafirmas. Nesse sentido, não seria excessivo considerar que, à luz de Marini, é possível afirmar que a firma-rede internacional é a expressão concreta da divisão internacional do trabalho contemporânea, ideia que eu compartilho inteiramente.

De forma surpreendente, MARINI considera ainda que a marca central do capitalismo dependente, **a super exploração dos trabalhadores**, invadiria também o mundo desenvolvido.

Essa interpretação de Marini pode ser facilmente comprovada pela crescente flexibilização do mercado de trabalho europeu, a crescente participação de contratos de trabalho part-time e pela crescente intensificação do trabalho⁴. O assalariamento, que continua prevalente como forma de inserção nos mercados de trabalho, convive com estatutos diferenciados de emprego, distintos contratos de trabalho que desafiam até mesmo o direito do trabalho vigente. A Europa, que é portadora de importantes conquistas históricas consubstanciadas no Estado do Bem Estar, convive também com propostas da ordem da “flexsegurité”, a qual pretende associar flexibilidade a alguma proteção social.

É também indiscutível a redução da participação dos salários na renda total dos países desenvolvidos, fato evidenciado por ocasião da eclosão da crise financeira de 2008, quando a perda salarial contrabalançada pelo crescente endividamento familiar ficou mais evidente⁵. Ademais, a Europa detém no momento, (abril/2012) a mais alta taxa de desemprego aberto, 10,7% de sua população economicamente ativa, desde a instituição do euro, em 1999.

A clareza e argúcia de Marini para desvendar a natureza do capitalismo contemporâneo porém não para aqui. Ele reconhece que nesse cenário globalizado

as políticas públicas passam a assumir caráter prioritário, tanto no âmbito nacional como no marco das instâncias supra nacionais ... em outras palavras, a economia se converte em um problema a ser resolvido eminentemente no plano da política(p.284)

Enfim, Marini reconhece que o Estado nacional tem um papel a desempenhar e denuncia que no caso da América Latina, há incompetência das classes dominantes e dos seus Estados em defender as suas economias.

Nesse sentido, nas condições concretas que o Brasil vive hoje, é extremamente necessário reler Marini. Simplesmente por que Marini não se contenta em desvendar a natureza do capita-

4 Carleial, L. & Azais, C. “Mercados de Trabalho e Hibridização: uniformidade e diferenças França-Brasil”, v20.no.51 – set/dez 2007. Cadernos CRH, Salvador-Ba. pp401-418.

5 Housson, M. Housson, M.(2008) El capitalismo tóxico. Viento Sur, no.101, novembro(www.houssonet.free.fr)

lismo, ele evidencia que há também possibilidades de mudanças na medida em que atribui à política um papel central na condução dos problemas econômicos. À luz de sua reflexão, é possível indagar em que medida a política pública brasileira está conseguindo construir uma estratégia nacional de desenvolvimento capaz de reverter as condições de subdesenvolvimento.

Para Marini, neste processo os trabalhadores podem exercer um papel importante:

Os trabalhadores não poderão reverter essa situação se, depois de assegurarem sua unidade de classe, não se colocam firmemente no terreno da luta pela democratização do Estado, a fim de retirar das classes dominantes o controle da economia e, sobre uma base de uma mobilização lúcida e perseverante, estabelecer um projeto de desenvolvimento econômico compatível com a nova configuração do mercado mundial. Só a intervenção ativa na formulação e implementação das políticas públicas e a ampla utilização dos instrumentos da democracia direta, da participação popular e da vigilância cidadã podem proporcionar aos povos latino-americanos condições adequadas para ganhar um lugar ao sol no mundo do século XXI (p.294).

A elaboração de Marini nos incita à construção de um pensamento próprio e ao exercício da audácia necessária para propor políticas públicas que desafiem os manuais e que nos possibilite a construção do nosso desenvolvimento e a constituição das nações brasileira e latino-americana. Só assim, as amarras da dependência histórica da América Latina poderão ser cortadas.

Por todas as questões aqui apontadas ganha grande significado o lançamento deste livro. Ele é produto de um esforço coletivo construído de forma muito especial. A sua elaboração se dá no âmbito de um Programa de Incentivo ao avanço da pesquisa na área do desenvolvimento brasileiro, patrocinado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA da SAE- Secretaria de Assuntos Estratégicos, vinculada à presidência da República.

O IPEA vem já há alguns anos construindo uma rede de pesquisadores, para além do seu próprio corpo técnico, para pensar o desenvolvimento brasileiro à luz da contribuição de pensadores

latino-americanos, e entre eles, encontra-se Ruy Mauro Marini. É o programa Cátedras para o Desenvolvimento. O organizador deste livro, o professor Lafaiete Neves, submeteu um projeto ao IPEA, foi selecionado, sendo assim portador de uma bolsa cátedra, cujo patrono é Marini. No âmbito das atividades desenvolvidas nesse projeto, o professor Lafaiete constituiu o Grupo de Estudos Ruy Mauro Marini (GERMMARINI), envolvendo alunos e professores; no GERMMARINI trabalham alunos de graduação, estudantes de economia que desenvolvem projetos de pesquisa no âmbito do Programa de Iniciação Científica (PAIC) da FAE-Centro Universitário, alunos de pós-graduação do programa de Mestrado em Organizações e Desenvolvimento também da FAE, e ainda, pesquisadores de várias instituições de Ensino Superior. Foi criado também um site (sites.google.com/site/germmarini/home) e o grupo ainda realizou um Seminário Nacional, em novembro de 2011, na FAE-Centro Universitário, para a discussão do pensamento de Marini.

O livro ora publicado reúne então artigos que abordam as questões mais centrais do pensamento de Marini, ensejando um rico debate e possibilitando que estudantes, professores, pesquisadores e interessados no tema do desenvolvimento possam aprender com ele, Marini, e com as competentes interpretações e análises apresentadas pelo conjunto dos autores aqui reunidos. Enfim, vamos à leitura.



APRESENTAÇÃO

Roberta Traspadini

Esta coletânea, organizada pelo Prof^o Lafaiete Neves, sob o título *Desenvolvimento e dependência: a atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini*, coloca-nos diante de um dos principais pensadores latino-americanos.

A importância de seu reconhecimento está nos elementos constitutivos de suas teses e na complexidade em que a vida cotidiana pulsa independente de nossa vontade.

As ideias de Ruy Mauro Marini não se inserem num plano de abstração ideal irrealizável. Ao contrário, Marini parte do concreto vivido-dominado, rumo à compreensão sobre a natureza do processo de desenvolvimento. Seu objetivo é transformar a realidade em prol da classe trabalhadora.

E mais, suas ideias estão estreitamente ligadas à forma particular de reprodução das relações de exploração na América Latina. Logo, são ideias que exigem um posicionamento político na disputa teórica e na posição política a ela relacionada.

Se lermos o texto *A dialética da dependência* isoladamente, descolado da história e do processo individual-coletivo do sujeito, perderemos de vista o sentido de totalidade buscado pelo autor.

Com base nesta perspectiva, é importante recuperar três processos contidos no tema geral deste livro sobre a atualidade de Ruy Mauro Marini.

1º. Processo: o indivíduo, textos e contextos

Ruy Mauro Marini nasceu em 1932, no interior de Minas Gerais e morreu em 1997, na cidade do Rio de Janeiro.

Pelo tempo vivido, podemos visualizar os vários contextos que forjaram as teses intelectuais e políticas desse grande pensador brasileiro.

Mencionemos apenas alguns elementos que permitem contextualizar o debate.

Década de 30: O mundo vivia uma grande crise de produção. Após a Primeira Guerra Mundial e o plano de reconstrução das nações envolvidas, os EUA, que detinham a supremacia na conformação do imperialismo hegemônico, não mais encontram terreno fértil para escoar suas mercadorias.

O Brasil seguia predominantemente rural. Com a produção centrada nas plantations, o foco produtivo era o monocultivo-latifundiário e o trabalho assalariado “livre”. Esta renovada forma de exploração do trabalho, conduz como condição estrutural, ao pagamento de salários bem abaixo da subsistência mínima necessária para garantir a reposição das energias dos trabalhadores.

Nesta forma de produção, o Brasil desempenha uma função prioritária na dinâmica geral de funcionamento do comércio internacional: a produção de bens primários de exportação (alimentos e matérias primas), fundamentais para a dinâmica geral de reprodução do capital.

Década de 40: No interior dos países centrais vivem-se transformações produtivas radicais, relativas ao estágio de desenvolvimento técnico-científico que, se comparado o teor da Primeira para a Segunda guerra mundial, sofre um significativo salto tecnológico.

Cabe destacar a consolidação de mecanismos mundiais sob a tutela da Organização das Nações Unidas que no Pós Segunda Guerra, conformam a nova política hegemônica mundial de reprodução ampliada do capital dos países centrais em sua relação com os periféricos.

Em Bretton Woods, em 1944, reuniam-se os principais economistas dos países centrais, com destaque para Keynes (Inglaterra) e White (EUA) para discutir a política de reconstrução econômica mundial.

Desta reunião e sob a força da condução hegemônica norte-americana, nascem o Fundo Monetário Internacional, e o Banco Interamericano para a Reconstrução do Desenvolvimento (Banco Mundial), cada qual com sua política específica de financiamento do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos da época.

Logo após a consolidação destes mecanismos, a ONU abrigaria a conformação das comissões econômicas continentais que estudariam a realidade concreta relativa ao estágio de desenvolvimento dos países periféricos.

Destaca-se a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) que será um dos marcos de conformação teórica sobre o desenvolvimento desigual entre centro e periferia, cujo principal expoente foi o argentino Raúl Prebisch.

O pós 2ª Guerra requeria uma mudança na política monetária internacional que, sob a incontestável supremacia norte-americana, permitiu a consolidação do padrão ouro-dólar.

No Brasil, os quinze anos de ditadura Vargas, abriam passo à industrialização substitutiva de importações, fruto de uma conjuntura internacional favorável ao nacional desenvolvimentismo:

- a) a reestruturação produtiva dos EUA após a crise de 30 gerou inovações técnico científicas que permitiram o avanço de seu poder comercial mundial, ao mesmo tempo em que encontrou espaço para a exportação dos maquinários não mais utilizados, que conformariam a nova matriz industrial dos países periféricos.
- b) os países capitalistas centrais entraram em uma fase de reestruturação de seus territórios o que não os permitia um avanço no comércio internacional com a respectiva importação expressiva de bens oriundos de outras nações;
- c) havia recursos financeiros disponíveis – FMI e BIRD – que, na forma de empréstimos, subsidiariam, segundo proclamavam seus ideólogos, o salto no modelo de desenvolvimento das economias capitalistas periféricas.

O nacional desenvolvimentismo oriundo deste cenário internacional em transformação seria conformado por um Estado interventor, protecionista, gerador do progresso técnico e da consolidação do parque industrial brasileiro.

Década de 50: A década do avanço das comunicações, as transmissões televisivas foram efetivadas. É também o momento em que o satélite russo, Sputnik, colocaria a disputa pela hegemonia mundial da terra entre dois projetos de sociedade, a partir de um novo cenário da disputa: a era das informações. Uma década depois, o homem pisaria na lua. São saltos técnico-científicos que abrem uma fase de desenvolvimento sem precedentes na história do capitalismo mundial.

O mundo sob o palco a Guerra Fria, vivia a dinâmica das revoltas, reformas e revoluções à ordem burguesa, com especial destaque para a Revolução Cubana.

A hegemonia capitalista norte-americana é questionada nos cinco continentes. Para lidar com a “grande” URSS, os EUA passam a criar mecanismos de coerção para conter qualquer contração à sua ordem no mundo, em especial na América Latina.

No Brasil, temos a transição do processo nacional desenvolvimentista de Vargas (Petrobrás, BNDES) para a abertura do período Juscelino Kubitschek na Presidência.

Com JK, o Estado brasileiro executa, via plano de Metas, um modelo de desenvolvimento associativo entre o capital nacional e o internacional.

O Estado deixa de ser o principal promotor/executor do desenvolvimento, para ser o planejador do capital.

Em meio à reconstrução política do Brasil, incluindo a mudança da capital do País, parte expressiva da população brasileira continuava vinculada à terra, muito distante das mudanças produtivas ocorridas no perímetro urbano, concentrado no sul e sudeste brasileiros.

Décadas de 60/70/80: As revoluções se alastravam e a atenção do Governo americano sobre o território latino aumentava. A guerra do Vietnã trouxe maior complexidade sobre o papel dos EUA na ordem mundial.

Os conflitos bélicos que seriam vividos na América Latina sob o controle norte-americano, estavam atrelados à recuperação de outras nações capitalistas e à disputa mundial entre os dois projetos de sociedade. Por um lado, o bloco formado por URSS-China-Cuba e Vietnã, e por outro lado, o bloco do capitalismo concorrencial em disputa, formado por EUA-Japão-Alemanha.

No Brasil, as décadas de 60 e 70 foram de tempos perversos para a intelectualidade de esquerda e os militantes políticos engajados na luta de classes.

Perversos devido às inúmeras atrocidades cometidas pelos ditadores no/do Estado contra aqueles que ousavam pensar e atuar contra seus mandos de ordem e progresso.

O Estado criava os estereótipos de criminosos aos que se afirmavam contrários à ordem existente. Apelava-se à prisão, ao

“desaparecimento”, à tortura, à morte, ao exílio. Qualquer coisa para calar e tornar invisíveis os indivíduos contestadores.

Apesar destas atrocidades, foi um período intelectual muito produtivo, uma vez que a disputa exigia a intervenção política sobre a realidade. As universidades, os sindicatos, as organizações estudantis e políticas tomaram partido, e lutaram pela efetivação de um projeto diferente de sociedade.

Foi um momento de realização, no Brasil e na América Latina, de uma teoria da ação revolucionária. Exigia-se dos sujeitos subsídios à necessária transformação da sociedade.

No golpe militar brasileiro, em 1964, as forças conservadoras organizadas eram integradas pelos latifundiários, pela burguesia nacional e pelo capital internacional operante no país.

Em 1968, com o endurecimento do conflito pelo Ato Institucional no. 5, os “suspeitos” ou “contestatários” sofreram interrogatórios, mediados por torturas, e foram, quando não mortos, exilados.

Marini, Paulo Freire, Josué de Castro, Francisco de Oliveira, Teothônio dos Santos, Vânia Bambirra, Eder Sader, Apolônio de Carvalho, Florestan Fernandes, Prestes, entre inúmeros outros, pagaram com o exílio forçado, o preço por defenderem outro projeto de Nação para a classe trabalhadora.

Dialeticamente eram vividos dois processos no interior da Nação: 1) o fervor da luta de classes pelos sujeitos que não se subordinavam à ordem imperante, e sofriam atrocidades como consequência da disputa; 2) a ode ao progresso, dado que parte expressiva da população, conduzida pelo crescimento econômico e pela expansão do comércio mundial, não viveria na tortura as atrocidades de dito modelo.

Em 1970, a população migra forçosamente do campo para as cidades, sem condições básicas de moradia e permanência e se consolida um novo estereótipo de desenvolvimento centrado no avanço da cidade em contrapartida ao atraso do campo.

O discurso propagandeado nos anos 70 sobre o progresso e a inclusão, ocultaria a disputa de projetos e ressaltaria o socialismo como o atraso, frente à melhoria de vida da população brasileira. O crescimento na ordem acima de 12% ao ano era motivo de orgulho.

A ditadura e capitalismo eram forjados via ideologia dominante como dois lados da mesma moeda, complementares e necessários à ordem e ao progresso.

A reconstrução capitalista de Japão, Alemanha e parte da Europa aquecia o cenário mundial. O Brasil chegou à fase do desenvolvimento industrial tardio. O milagre econômico submergia a situação de endividamento externo e interno, ocultava a fragilidade do Estado, cujas políticas públicas não garantiam o bem-estar social, a melhoria dos salários e dos direitos trabalhistas, além de ocultar a inflação dos preços dos bens de primeira necessidade.

O direito ao trabalho, à moradia, à terra, à dignidade também não apareciam na formação geral da consciência da Nação, cuja educação moral e cívica era a do progresso e a adoração aos símbolos pátrios.

O Brasil vivia, como País dependente e complementar, uma euforia. O sonho de consumo americano havia se projetado em escala mundial pelo fordismo-taylorismo.

Chegamos à década de 80, às *Diretas Já*. Apesar das disputas abertas e de todo o processo de luta manifesto pelos movimentos sociais brasileiros, o que se configura é a vitória do capital sobre o trabalho. Cai o Muro de Berlim.

Os vínculos de dependência e subordinação do Brasil com as nações capitalistas hegemônicas fazem com que o país cresça ou desacelere sua produção.

Novamente o Brasil e a América latina veem explicitada sua dependência e subordinação com relação ao comércio internacional. A crise no centro do capitalismo hegemônico tem impactos diretos sobre os preços do principal produto de exportação brasileiro: o petróleo.

O País entra em uma fase recessiva, de alto endividamento externo e interno, com necessidade de reestruturação política de sua economia dependente e subordinada.

A crise capitalista, por um lado, e a queda do muro de Berlim por outro, como histórico contraponto à hegemonia americana, conformam as mudanças políticas vividas em toda a América Latina.

Os levantes operários e camponeses atestam a situação degradante de vida para quem vive da venda de sua força de trabalho ou da produção oriunda da agricultura camponesa.

Os protestos e levantes, sobre a crise brasileira, contribuíram para a consolidação da constituição de 1988.

Década de 90: Era neoliberal. A hegemonia do capital internacional transforma as nações em territórios livres para a realização

de sua acumulação e de resolução de suas crises estruturais, via extração de mais-valia.

A internacionalização do capital reconfigura a relação capital-trabalho e reestrutura o papel do Estado na sua função de organizar os direitos e deveres de uma cidadania, gradativamente, restringida.

A abertura econômica, as privatizações, as terceirizações, a consolidação dos blocos de livre comércio, são o resultado do que fora anunciado pelos EUA, dado seu aparato formal de financiador majoritário do desenvolvimento das nações periféricas, via recursos do FMI e do BIRD.

Além disso, a “derrota” na organização política de esquerda e a precarização do mundo do trabalho criavam as condições ideais para a invisibilidade, tanto na academia, quanto na política, dos históricos indivíduos que se entregaram à luta da classe trabalhadora, via filosofia da práxis.

Quizá a volta tenha sido mais dura que a ida, se é que isto é possível, como relata o próprio Marini em sua autobiografia.

2º. Processo: a filosofia da práxis de Ruy Mauro Marini

Marini põe suas ideias em movimento dialógico e dialético com as transformações ocorridas ao longo dos seus mais de 60 anos de vida.

Assim como Marx, Lênin, Rosa, Che, Mandel e Mariátegui, Marini não se atém a relatar a aparência dos fenômenos.

Sua preocupação é a de entender a dinâmica da produção de riqueza capitalista, inerente à extração de valor, via mais-valia (relativa, absoluta, extra) - exploração do trabalho.

Insistimos: no palco latino-americano de compreensão sobre o funcionamento da sociedade, Marini era rigoroso no método.

Com base no Materialismo Histórico Dialético (MHD), Marini parte da realidade vivida e das contradições manifestas por ela - independente da vontade militante de que fosse diferente. Avança para uma reflexão profunda sobre a natureza constitutiva do modo de produção capitalista e suas particularidades no continente. E culmina no retorno à realidade e às contradições manifestas por ela, com vistas a superá-la.

O rigor nas referências teóricas de Marini exige uma compreensão da teoria valor-trabalho de Marx.

Encontramos, em seu texto, não o dogma como verdade absoluta, mas a ortodoxia, enquanto princípio. Entendida a ortodoxia como o processo de compreensão das relações contraditórias e complementares entre o particular-geral, a teoria-prática, o concreto vivido-concreto refletido.

O seu referencial analítico a partir da América Latina, é ancorado no método de análise marxista. Coloca os clássicos em movimento. Explora o vivenciado com suas particulares formas-conteúdos. Traz para sua análise elementos particulares, somente encontrados nos textos daqueles que, com os pés no chão, analisam as complexas relações mediadas pelo conflito de primeira ordem: a relação capital-trabalho na natureza da produção da riqueza capitalista.

Não encontramos em sua obra um transplante estático das teorias marxistas originariamente desenvolvidas na Europa pelos autores clássicos. Marini nos brinda com uma reflexão sobre a natureza do capitalismo brasileiro e latino-americano, coadjuvante de um processo mundial.

À gênese da exploração do trabalho mundial, caberá uma forma particular de expressar o conteúdo na América latina – a superexploração do trabalho. É da compreensão entre o todo e a parte que nasce a interpretação da dependência de Marini.

Marini ajudou a construir processos organizativos importantes para a classe trabalhadora, tanto do Brasil, quanto da América Latina.

Difícil dissociar Marini da simbologia do intelectual orgânico: militante político, intelectual de partido, membro-organizador da Organização Operária Marxista, Política e Operária (POLOP), integrante do Movimento de Esquerda Revolucionária chileno (MIR), professor universitário, sujeito ativo do pensamento e da prática latino-americana. Esse foi Ruy Mauro Marini.

Ele colocava sua teoria à prova da ação revolucionária da classe trabalhadora. Com seu estudo sobre a realidade, preparava o trabalhador e o militante de esquerda para entender contra o quê e contra quem lutava.

A dialética da dependência (1973), principal texto de Marini, apresenta duas faces: 1) é um texto pensado para contribuir na formação da consciência de classe mediante a compreensão sobre

o processo de desenvolvimento capitalista; 2) é um texto embasado na teoria valor-trabalho de Marx que se enriquece com as particularidades de cada Nação.

Esta dupla faceta nos leva a crer que Marini, a partir dos elementos colocados à disposição no debate, reforça a clareza da interpretação marxista.

Nas palavras do mestre:

En sus análisis de la dependencia latinoamericana, los investigadores marxistas han incurrido, por lo general, en dos tipos de desviaciones: la sustitución del hecho concreto por el concepto abstracto, o la adulteración del concepto en nombre de una realidad rebelde a aceptarlo en su formulación pura. (MARINI, 1973, p.13)¹

E, segue:

En la identificación de estos elementos, las categorías marxistas deben aplicarse, pues, a la realidad como instrumentos de análisis y anticipaciones de su desarrollo ulterior. ...El rigor conceptual y metodológico: a esto se reduce en última instancia la ortodoxia marxista. Cualquier limitación no tiene ya nada que ver con la ortodoxia, sino tan sólo con el dogmatismo (MARINI, 1973, p.16)²

Ao partir da teoria produzida pela CEPAL para explicar o intercâmbio desigual entre o centro e a periferia, Marini marca posição distintiva no método, a partir da explicitação das limitações da análise cepalina na compreensão das contradições inerentes ao desenvolvimento-subdesenvolvimento capitalista.

Marini cria uma leitura particular de explicação sobre a teoria do valor-trabalho de Marx, com sua tese sobre o capitalismo latino-americano *sui generis*.

Este é o mesmo procedimento realizado por Marini no debate da dependência. Utilizou sua leitura particular, com base na teoria valor trabalho de Marx MHD, para tecer duras críticas aos intelectuais latino-americanos de direita e de esquerda, no interior da dependência.

1 MARINI, R. M. (1973). Dialéctica de la dependencia. Mexico: Era, serie popular.

2 Ibid

Em Marini, a teoria do intercâmbio desigual cepalina é substituída pela teoria da transferência de valor, centrada na teoria da mais-valia e suas particularidades na dinâmica geral do capital.

A contribuição à economia política crítica de Marini está centrada no seu atuar-pensar desde América Latina, a partir de todos aqueles elementos colocados na presente introdução.

A década de 60 foi fértil no debate, apesar de todo contexto de coerção e consenso vividos na dinâmica hegemônica do capital sobre o trabalho.

O diálogo entre intelectuais da mesma corrente marxista, como Teothônio dos Santos, Gunder Frank, Agustín Cueva, Vânia Bambirra, entre outros, permitiu a Marini conformar suas teses consonantes com as intervenções políticas de seu grupo.

O debate sobre o desenvolvimento do subdesenvolvimento era inerente às reflexões deste grupo, ainda quando divergissem na análise histórica sobre o ponto de partida do desenvolvimento dependente.

As teses marxistas deste grupo em permanente relação dialógica, os coloca em disputa intelectual, política e organizativa com os teóricos da direita, e os intelectuais de esquerda que manifestavam a crença da viabilidade de um capitalismo nacional e soberano, na periferia do processo mundial.

A volta de Marini ao Brasil, na década de 90, foi conturbada. A era neoliberal, baniu intencionalmente da memória-história do País a luta recente travada por estes sujeitos, fora e dentro da Nação. Os partidos, os sindicatos, as universidades eram moldados dentro de uma nova ordem hegemônica do capital: a pós-modernidade.

3º. Processo: Marini e a atualidade da teoria marxista da dependência

A partir dos anos 2000, o pensamento de Ruy Mauro Marini volta a figurar nas análises de conjuntura do Brasil e da América Latina como referência fundamental.

Em meio à avalanche pós-moderna projetada como porto seguro, em plena era de incertezas, o debate marxista da dependência é retomado como uma das teses centrais de explicação sobre como funciona a sociedade.

Após um longo período de invisibilidade e anulação deste debate, os textos-teses marxistas da dependência são retomados.

A atualidade do debate da dependência é revigorada tanto pelos movimentos sociais em seus trabalhos de formação de quadros, quanto nos debates universitários relativos à análise sobre a atual fase do capitalismo (inter) nacional.

A coletânea de textos reunida neste livro é uma mostra do exercício de reflexão, à luz do pensamento de Marini, sobre a realidade e suas possibilidades.

As reflexões apresentadas, ao contrapor-se à leitura dominante, trazem nos marcos do debate crítico, elementos constitutivos da análise sobre o funcionamento da dinâmica do capital sobre o trabalho na América Latina e a relação desta com o mundo.

Podemos relacionar os textos ora apresentados em três grupos de reflexão:

a) O resgate histórico e as principais referências contidas nas obras de Marini.

Neste grupo, estão o prefácio desenvolvido por Liana e os textos de Niemeyer e Lafaiete. Estes autores recuperam os conceitos de Marini e revigoram a reflexão a partir do que vivemos no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo.

Todos eles mostram, como fio condutor da análise, os distanciamentos entre as correntes de pensamento cepalina e marxista e o diálogo existente entre elas, sem perder de vista o que as diferencia metodológica e politicamente.

A análise dos autores baseada nas principais categorias de Marini, nos permite reviver, à luz do processo de desenvolvimento atual, a importância de uma leitura correta sobre o funcionamento do capital, para a execução de políticas compatíveis com dita leitura.

A divisão internacional do trabalho, o segredo do intercâmbio desigual, a transferência de valor (extração de mais-valia), a superexploração, são apenas algumas destas categorias mediadoras que encontraremos nos textos destes autores.

b) Diálogos pertinentes: Marini, Raúl Prebisch e Francisco de Oliveira.

No texto de Sergio, encontramos uma leitura muito particular da dependência, dada sua visão polêmica e divergente das demais, sobre a relação entre as construções teóricas de Prebisch e Marini.

A tentativa de mostrar a relação entre o referencial da Cepal, a deterioração dos termos de troca e o segredo do intercâmbio desigual de Marini aparece como frutífera provocação reflexiva.

Entretanto, o estruturalismo indutivo da CEPAL e a leitura marxista da dependência centrada no MHD, têm como ponto de partida de análise uma matriz analítico-prática substantivamente distinta.

Vale destacar, que Marini nos convida para um debate que parte da ortodoxia, do rigor explicativo, do método de análise e sua função de intervir na realidade para transformá-la, a partir de um projeto de sociedade contraposto ao capitalista.

Na mesma frente de exercício dialógico entre grandes pensadores, Rafael e Deise colocam em movimento as reflexões de Marini e Francisco de Oliveira.

Com um especial debate sobre a teoria do antivalor de Oliveira, e ancorados no tema da participação dos fundos públicos na lei do antivalor, mostram a relação existente entre estas ideias e o tema do segredo do intercâmbio desigual de Marini.

Um debate a aprofundar é se, para Marini, na dinâmica geral de produção da lei do valor, há espaço para algum tipo de antivalor.

A marca destes textos é o fecundo exercício de colocar em movimento debates cujo teor reflexivo culminava em teses políticas disputadas no interior dos partidos, tanto de direita, quanto de esquerda. Ponto de destaque importante na análise da economia política crítica.

c) Estudos dirigidos a partir das categorias de Marini.

Inicialmente, o texto de Lafaiete sobre a indústria automotiva brasileira vai apresentar a concentração e centralização do capital, a partir da maior extração da mais-valia no Brasil.

O autor faz um apanhado histórico sobre o desenvolvimento da indústria, o consecutivo processo de precarização do trabalho, a fragilização dos sindicatos e a reorganização política.

Referencia o papel do Estado na organização entre capital-trabalho, na apropriação dos recursos públicos nacionais pelo capital privado internacional.

Dando seguimento, o texto coletivo de Lenina, Eliete, Eugênia e Taiane, relata a pertinência e a vigência das teses de Marini a partir da atual situação da classe trabalhadora brasileira.

As autoras fazem um estudo relativo aos dados formais sobre a Pesquisa de Emprego e Desemprego, desenvolvida pelo DIEESE e comprovam, através dos estudos contemporâneos de Maia e Garcia, a vigência da superexploração.

Os estudos apontam para: 1) a tendência ao padrão universal que tomará a superexploração na era neoliberal; 2) sua capacidade ainda mais perversa de constituir um processo que impede o desenvolvimento de uma teoria que dê conta de analisar a complexa e contraditória relação entre o marco nacional e o internacional.

Mais adiante, Lafaiete e Yuri tratam a situação da dialética da dependência à luz da superexploração e da transferência de valor, a partir do estudo do sistema bancário.

Os autores fazem uma análise seminal do modelo de industrialização cepalino de Furtado e mostram seus limites. Logo após, com os ensinamentos de Marini, apresentam a trajetória histórica da dependência na América Latina.

Ao final do texto, com base em dados formais sobre o número de funcionários do sistema bancário, os lucros realizados sob a égide da superexploração do trabalho, os autores reforçam as teses de Marini contidas em *A dialética da dependência*.

Por fim Daniela, Ferreira e Lafaiete, refletirem sobre o papel complementar e contraditório que América Latina cumpre no marco do desenvolvimento mundial, e expressam os limites cepalinos na crença do desenvolvimento da periferia transformando-a em nação central.

Confirmam a tese de que o subdesenvolvimento é condição *sine qua non* do desenvolvimento capitalista mundial. Não é possível pensar em um capitalismo autônomo e com vantagens competitivas na periferia tecnológica, dada a capacidade de irradiação dependente do capital hegemônico central sobre os territórios periféricos.

Com estes oito textos, temos à nossa disposição um trabalho sobre a histórica e atual contribuição de Ruy Mauro Marini, tanto pelos aportes dados por ele à teoria da ação revolucionária, quanto

pela pedagogia do exemplo retratada em sua trajetória militante na formação marxista de quadros da classe trabalhadora.

Assim como Marini, os autores aqui reunidos nos remetem, através de suas reflexões, ao sentido político de nosso que-fazer intelectual.

Em seu artigo sobre o Estado na América Latina, Marini reforça a leitura de futuro que devemos ter sobre a América Latina:

Na melhor tradição da esquerda latino-americana, o sonho de Bolívar e Che se encontra hoje reatualizado pela própria vida. Não nos cabe, senão, lutar por uma América latina integrada política e economicamente, mediante estruturas supranacionais capazes de assegurar a seus povos e etnias o direito de se desenvolver sem restrições. (...) Parece ser altamente improvável que esse novo curso da história possa seguir adiante sem a superação do capitalismo, regime social que se funda na desigualdade e na superexploração. Terá, assim, de haver uma revisão de nossa concepção sobre o socialismo e uma dissociação de sua identificação exclusiva com a revolução bolchevique e suas transformações, retomando a ideia-chave de Marx, que vê o socialismo como uma era histórica, fruto de um longo período de transformações e realização efetiva do protagonismo das massas. (...) A ciência não é um conjunto de procedimentos destinados a embelezar ou escamotear a realidade. Cabe à ciência lidar com os fatos, embora isso implique perder a elegância e sujar as mãos.³ (MARINI, 2005, p. 235)

Com base na melhor tradição marxista latino-americana, os textos apresentados nesta coletânea nos permitem refletir sobre a realidade e tomar partido na disputa teórico-prática, em uma ação permanente em prol da classe trabalhadora brasileira, latino-americana e internacional.

A história, entendida como movimento dialético, como palco da luta de classes, nos faz retomar os clássicos e revigorar nossos estudos-ações, com vistas a transformar a sociedade.

Bom debate!!!!

Vitória, 21 de abril de 2012

3 MARINI, R.M. (1991). **O Estado na América Latina**. Arquivo de Ruy Mauro Marini, com a anotação: "Intervenção no congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia (ALAS), Havana. In: TRASPADINI, R. E STEDILE, J.P. (2005): **Ruy Mauro Marini vida E OBRA**. SP: Expressão popular.

NOTAS SOBRE AS BASES TEÓRICAS DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Niemeyer Almeida Filho

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) vem sendo retomada nos últimos anos, em grande parte pelo interesse acadêmico, social, em discutir as limitações ao desenvolvimento brasileiro e latino-americano. Embora a região tenha se saído comparativamente bem nos últimos dez anos, do ponto de vista econômico e social, em relação a outras regiões, sobretudo a Europa, o seu dinamismo está muito abaixo do alcançado pela China.

No Brasil algumas publicações traduzem essa retomada de interesse pela TMD. Além da publicação em português do **Dialética da Dependência** em 2000, há pelos menos três publicações indispensáveis para entender o alcance da discussão. A primeira delas é de Roberta Traspadini e João Pedro Stédile (2005) – **Ruy Mauro Marini, vida e obra** –, que tem o propósito de retomar a discussão de Marini como parte de um esforço de politização de quadros no âmbito do Movimento dos Sem Terra (MST), além de divulgar trabalhos dele em português.

Um segundo livro é organizado por Carlos Eduardo Martins e Adrián Sotelo Valencia e coordenado por Emir Sader e Theotônio dos Santos (2009) – **A América Latina e os Desafios da Globalização** – ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini, serve como balanço histórico da contribuição do autor. Finalmente, um terceiro livro, este publicado em espanhol, de Jaime Osório (2004) – **Crítica da Economia Vulgar** –, autor citado por Marini em suas Memórias como um dos autores que procuravam avançar nas suas interpretações.

A retomada do pensamento de Marini se faz a partir do seu ensaio *Dialética da Dependência*, publicado originamente em 1973, que representou um marco no processo de gestação de uma nova reflexão sobre o desenvolvimento latino americano e brasileiro.

O ensaio passa a ser discutido, questionado e contestado tanto pela esquerda comunista tradicional como por interlocutores do tema da dependência.

Neste último caso, merecem destaque os trabalhos de Serra & Cardoso (1978) e Castañeda & Hett (1978). Ademais, há repercussões positivas que buscam o aprofundamento das proposições de Marini, como a de Leal (1978). Este autor parte da teoria marxista do processo de trabalho, examinando sucessivamente Paul Baran, André Gunder Frank, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, Prebisch e Marini, com o fim de determinar em que medida esses autores contribuem a fundar uma teoria do capitalismo latino-americano. O próprio Marini aponta este trabalho de Leal como o que teria frutificado melhor o desenvolvimento da teoria da dependência.

Ainda sobre as repercussões positivas de seu trabalho nesse período, Marini destaca as de Arroio & Cabral (1974); Osório (1975); Fröbel, Jürgen e Kreye (1977); Bambirra (1978); Castro Martinez (1980); Torres Carral (1981) e Chilcote & Johnson (1983).

A partir dos anos 1980, a teoria da dependência entra numa nova fase em que se torna referência para as reflexões sobre o desenvolvimento. Sobre essas reflexões, Marini menciona como trabalhos relevantes os de Bottomore (1988), Kay (1989), Davydov (1985; 1986), Kuntz (1984); Dussel (1988); Cueva (1988; 1989) e Osório (1990). Estes dois últimos são mencionados em razão de seus propósitos de recuperar e transcender, no plano do marxismo, a teoria da dependência. Finalmente, há menção a Bordin (1988), que se servirá da teoria da dependência para reinterpretar os fundamentos e as projeções da teologia da libertação.

Neste contexto da produção histórica sobre o tema da dependência, a importância de se retomar o pensamento de Marini está em dar conhecimento público nos meios acadêmicos de economia ao pensamento de um autor de grande originalidade teórico-histórica, para além de sua contribuição específica para a teoria da dependência. Como se pode perceber das referências feitas por ele, sua produção repercutiu de forma significativa no campo crítico da economia na América Latina. De modo que a recuperação da sua obra pode contribuir para dar densidade teórica à discussão do desenvolvimento capitalista, especialmente num momento de crise aguda como é este dos anos 2008 a 2012.

Por outro lado, observa-se que o debate sobre o desenvolvimento vem se concentrando nos requisitos ao crescimento sustentado, ideia teoricamente imprecisa e por si só limitada no que diz respeito aos diversos elementos teóricos que compõem a investigação do desenvolvimento. A concepção teórica e o método utilizado por Marini inserem-se no campo crítico da economia, comprometidos em pensar caminhos alternativos para a sociedade brasileira. Portanto, o estudo dos seus textos contribui para reafirmar um campo de estudo mais abrangente sobre o desenvolvimento.

Assume-se aqui que a ideia de dependência apresenta um sentido quase que consensual nas vertentes que compõem o que pode ser chamado de **aporte da dependência**. A referência ao “aporte” é feita em razão das divergências a respeito do alcance (ou status teórico) do conceito de dependência, o que motivou o debate clássico entre as posições de Theotônio dos Santos\Rui Mauro Marini e de Fernando Henrique Cardoso\Serra.¹ Contudo, se formos sintetizar a ideia, parece-nos apropriado apresentar a definição de Theotônio dos Santos (1970): “Por dependência entendemos uma situação em que a economia de certos países está condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual a primeira é submetida”. (SANTOS, 1970:231, tradução própria)

Esta expressão enxuta da ideia de dependência por certo não é fiel aos argumentos e aos debates acalorados que ocorreram nos anos 1970, sobretudo aqueles que aconteceram no Brasil. Ali, como está muito bem apreendido em Paulani & Christy (2006:43-46), tratava-se de discutir se o projeto de desenvolvimento capitalista brasileiro (e outros da América Latina) tinha potencial de se concretizar. As posições radicalizaram-se entre a negação completa (Marini) e um exagero de potencial (FHC)².

Mesmo assim, essa ideia apreende suficientemente uma dimensão considerada por muitos como estrutural ao sistema capi-

1 Esta questão está tratada em Almeida Filho (2005) e Araújo (2001). Uma síntese do debate propriamente pode ser encontrada em Hunt (1989) e Hette (1990). Para uma referência a posições dos participantes no debate veja Santos (2000); Marini (2000); Frank (1980); e Cardoso (1993).

2 Enquanto Marini procurava mostrar que o desenvolvimento capitalista exigia um rompimento (evidentemente, esta não era a sua preferência) das amarras da dependência, com mobilização política suficiente para alterar uma inserção historicamente construída e sob controle dos países imperialistas, Fernando Henrique Cardoso argumentava que era possível desenvolvimento numa situação de dependência, inclusive com aproximação às condições dos países centrais.

talista global, particularmente desde que o mesmo incorporou todo o espaço que o processo de acumulação do capital poderia aproveitar. Este fenômeno vem sendo extensivamente referido como **processo de globalização**³.

O ponto a considerar é que o desenvolvimento dos países da periferia está condicionado pelo desenvolvimento dos países centrais. Mais ainda, que a riqueza gerada nos países periféricos serve de base para a aceleração do desenvolvimento dos países centrais. Este é um ponto intensamente trabalhado por Marini, mediante o uso do conceito de superexploração da força de trabalho, muito embora o argumento seja mais diretamente utilizado para interpretar as condições concretas dos países da América Latina e não da periferia como um todo.

O texto mais conhecido de Marini sobre este assunto – **dialética da dependência** – faz um longo percurso histórico, desde o período colonial, passando pela etapa de exportação capitalista, até os anos 1960, para mostrar que a dependência é produto de um processo histórico de inserção das economias periféricas no capitalismo global.

O argumento pode ser sintetizado nos termos atuais da seguinte forma. Desde os primórdios da divisão internacional do trabalho no mundo capitalista os países da América Latina inseriram-se como fornecedores de bens-salário e matérias-primas. O processo de industrialização tornou esta inserção mais diversificada, mas não a alterou na essência: a diversificação ocorreu na margem, conservando as antigas exportações e complementando-as com bens mais sofisticados. A inserção não permite uma dinâmica de acumulação a essas economias que seja baseada no progresso técnico, exigindo depreciação dos salários, o que por sua vez determina um mercado interno limitado.

Vale a pena a reprodução da formulação de Marini nos seus próprios termos:

A inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências que coloca (sic) nos países capitalistas a passagem à produção de mais-valia relativa. Esta é entendida

3 Estamos nos referindo ao período que se abre nos anos 1990, quando socialismo real sucumbe, mantendo-se marginalmente, pois a economia chinesa abre-se ao capitalismo. Daí para frente, só ficam de fora do sistema global os espaços que não apresentam sinergia com o processo de acumulação global, grande parte deles situados no continente africano.

como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho. (MARINI, 2000, p.113)

A passagem à mais-valia relativa apreende a ênfase concorrencial no progresso técnico, com aumento de produtividade do trabalho pela incorporação de novas técnicas produtivas. Isto permite o aumento da expropriação do trabalho sem necessariamente aumentar o dispêndio de energia física do trabalhador, possibilitando ainda a aceleração da produção. A condição histórica precedente sustentava o aumento da expropriação pela extensão e intensificação da jornada.

Segundo ele, para que isto ocorra é essencial que as novas técnicas produtivas venham a diminuir o custo de reprodução da força de trabalho, determinando o piso para a reprodução da mesma. Assim, se pudéssemos imaginar uma economia isolada, haveria uma dinâmica especializada com parte dos setores produzindo bens-salário e parte produzindo bens de produção e bens de consumo capitalista. Os limites desta dinâmica seriam dados pela capacidade de consumo total de bens finais.

Porém, a ideia de partir de uma divisão internacional do trabalho está precisamente justificada pelas mudanças que ela vem a produzir em cada uma das economias. O movimento de superação dos limites apontados acima é de incorporação de novos espaços de produção/consumo, o que foi realizado pelo movimento imperialista. A divisão internacional do trabalho pode ser tomada como resultado desse processo.

De todo modo, segundo Marini, a divisão internacional do trabalho que resultou do primeiro movimento de internacionalização, com incorporação de novos mercados, reservou à América Latina a função de fornecedora de alimentos e matérias-primas.

A oferta mundial de alimentos, que a América Latina contribuiu a criar e que alcança seu auge na segunda metade do século XIX, será um elemento decisivo para que os países industriais confiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidades de meios de subsistência. O efeito dessa oferta (ampliado pela depressão dos preços dos produtos primários no mercado mundial) será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali

em cotas de mais-valia cada vez mais elevadas. Em outras palavras, mediante sua incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais. (MARINI, 2000, p. 115)

Ainda segundo Marini, as consequências desse papel para o desenvolvimento (capitalista) são claras. Em primeiro lugar, ocorrem trocas desiguais no comércio internacional. Os produtos industrializados submetem-se ao processo concorrencial cuja natureza é de obtenção de ganhos extraordinários pela via da incorporação do progresso técnico. Há queda de preços compensada pelo aumento de produtividade e aumento da produção. No que diz respeito ao comércio, esses produtos têm preços relativos mais altos que os produtos primários.⁴

Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado e que determinavam seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição. Chamada a coadjuvar a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho nos países centrais, a América Latina teve que fazê-lo mediante uma acumulação fundada na superexploração do trabalhador. Nesta contradição, radica-se a **essência da dependência latino-americana** (grifos próprios). (MARINI, 2000, p. 131-2)

Explica Marini que esta condição dos países da América Latina traz consequências dramáticas para o desenvolvimento de suas economias. Isto porque no trabalhador aparecem duas características contraditórias: ele é produtor e consumidor de mercadorias. Essas características expressam-se em fases diferentes, sendo a de produtor de riqueza própria à fase da produção e a de consumidor própria à fase de circulação. O desenvolvimento do capitalismo e a sua expansão acelerada da produção exigem que essa condição de consumidor seja exercida. De maneira que o padrão de consumo dos trabalhadores vai incorporando, mesmo que defasado, produtos próprios ao consumo capitalista, redefinindo assim o próprio custo de reprodução da força de trabalho.

4 A problemática é a mesma da CEPAL do intercâmbio desigual. Como veremos, a análise de Marini leva a caminhos distintos.

Numa economia em que há superexploração, esta condição não é exercida da mesma maneira que numa economia desenvolvida. Desta forma, a natureza da acumulação vai sendo redefinida. Segundo ele, o processo histórico de industrialização dessas economias não foi suficiente para alterar essa determinação estrutural. A diversificação que a industrialização produziu encontrou seus limites na expansão do mercado interno dessas economias, engendrando um novo ciclo de exportações de bens-salário e matérias-primas, uma espécie de reiteração da inserção histórica.

Ao abrir-se a fase de realização, esta contradição aparente entre o consumo individual dos trabalhadores e a reprodução do capital desaparece, dado que esse consumo (somado ao dos capitalistas e das camadas improdutivas em geral) restabelece ao capital a forma que lhe é necessária para começar um novo ciclo, isto é, a forma dinheiro. (...)

Através da mediação que estabelece a luta entre operários e patrões em torno da fixação do nível dos salários, os dois tipos de consumo dos operários tendem assim a se complementar, no curso do ciclo do capital, superando a situação inicial de oposição em que se encontravam. Esta é, aliás, uma das razões pelas quais a dinâmica do sistema tende a canalizar-se através da mais-valia relativa, que implica, em última instância, no barateamento das mercadorias que entram na composição do consumo individual do trabalhador. (MARINI, 2000, p. 133)

Marini assume que a divisão internacional do trabalho que se estabeleceu no século XIX sofre mudanças com o desenvolvimento da economia global. Assim, após o processo de industrialização das economias latino-americanas, que ocorre na primeira metade do século XX, há mudanças qualitativas nessa divisão do trabalho, mas não se altera o aspecto que poderia ser tomado como fulcral. Persiste a característica da superexploração. Isto lhe permite denominar a ordem social da região como **capitalismo dependente**.

Coerente com a sua motivação de apreender as condições de desenvolvimento da América Latina para instrumentalizar uma ação política de transformação, ele mostra que essa determinação estrutural, em nível da economia, só será alterada por uma ação política que reordene as economias nacionais, mesmo que limitadas ao desenvolvimento capitalista.

Cabe indagar se esta formulação tem sentido geral de traduzir uma condição intrínseca das economias da região.⁵ Para isto, é importante assumir o recorte apresentado por Marini de que essas determinações estruturais, que tendem a se reproduzir, estejam postas em nível da economia. Entenda-se com isto que as determinações estão postas em nível das forças produtivas e das relações sociais de produção. Há pelo menos dois outros níveis teóricos referidos por Marini e que são importantes: o político e o sociológico.

... o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho. Não nos resta, nesta breve nota, senão advertir que as implicações da superexploração transcendental no plano da análise econômica devem ser estudadas também do ponto de vista sociológico e político. É avançando nessa direção que aceleraremos o parto da teoria marxista da dependência, libertando-a das características funcional-desenvolvimentista que se aderiram a ela em sua gestação. (MARINI, 2000, p. 165)

Sugerimos que é este ponto final do ensaio de Marini que deve ser tomado como referência para uma requalificação dos seus termos, já que a tese mais ampla é a de que não há alteração da condição internacional brasileira nos anos que se seguem à falência do socialismo real.⁶ Registre-se que o sentido de uma proposição de requalificação dos termos não será de discussão teórica de validade do conceito de dependência, ou de seu status teórico. Esta foi a polêmica interna aos “dependentistas”. Distintamente, propomos uma requalificação orientada pelas condições concretas do desenvolvimento capitalista, que não obstante apresentem especificidades, garantiram a reprodução das condições de subordinação formuladas há quarenta anos.⁷

5 A este respeito, veja-se Katz (2011).

6 Evidentemente, estamos nos referindo aos aspectos fundamentais que configuram a dependência. Esta tese está desenvolvida em Carcanholo (2004). Para uma discussão da inserção internacional da economia, do ponto de vista produtivo e financeiro, veja-se Almeida Filho (2003).

7 A referência para esses trinta anos é a publicação do artigo de Theotônio dos Santos na *American Economic Review* em 1970.

REFERÊNCIAS

- Almeida Filho, N. (2005) “O debate atual sobre a dependência”. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 32-50.
- Araújo, E.S. (2001) A Teoria da Dependência Enquanto Interpretação do Desenvolvimento Capitalista nas Formações Sociais Periféricas: As Versões de Cardoso e Marini. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, UFU, Uberlândia, 132p.
- Arroyo Junior, R., e R. Cabral Bowling (1974) **El proceso de industrialización en México, 1940-1950. Un modelo de superexplotación de la fuerza de trabajo**, Escola Nacional de Economía, UNAM, México, tese de graduação, mimeo.
- Bambirra, V. (1978) **Teoría de la dependencia: una anticrítica**, México, ERA.
- Bordin, L. (1987) **O marxismo e a teologia da libertação**, Rio de Janeiro, Dois Pontos.
- Bottomore, T. (1988) **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar
- Cardoso, F.H. (1993) **As ideias e o seu lugar**. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Castañeda, J. G., e E. Hett (1978) **El economismo dependientista**, México, Siglo XXI.
- Castro Martinez, P. E. (1980) **Fronteras abiertas: expansionismo y geopolítica en el Brasil contemporáneo**, México, Siglo XXI.
- Chilcote, R. H., e D. L. Johnson (eds.) (1983) **Theories of Development: Mode of Production or Dependency?**, Beverly Hills (EUA), Sage Pub.
- Cueva, A. (1988) **Las democracias restringidas de América Latina**, Quito, Planeta.
- Cueva, A. (1989) **Teoría social y procesos políticos en América Latina**, Guayaquil, Universidad de Guayaquil, 2a. ed.
- Davydov, V. (1986) “Qué es la ‘teoría de la dependencia’? (Segunda Parte)”, **América Latina** (Moscou), 2.
- Dussel, E. (1988) **Hacia un Marx desconocido. Un comentario de los Manuscritos del 61-63**, México, Siglo XXI.
- Frank, A. G. (1980) **Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

- Fröbel, F., H. Jürgen e O. Kreye (1980) **La nueva división internacional del trabajo. Paro estructural en los países industrializados e industrialización de los países en desarrollo**, México, Siglo XXI, (1a. ed. alemã, 1977).
- Hette, B. (1990) **Development Theory and the Three Worlds**. SAREL Report, R-2, Estocolmo.
- Hunt, D. (1989) **Economic Theories of Development**. London: Harvester.
- Katz, F. (2011) **Questionado as teorias da dependência e da financeirização**. São Paulo: editora Plêiade.
- Kay, C. (1989) **Latin American Theories of development and under- development**, Londres, Routledge.
- Kuntz Fischer, S. (1985) **Presupuestos metodológicos de la cuestión de la dependencia en Marx (en los Grundrisse y en El Capital)**, México, FCPS, UNAM, tese de graduação.
- Leal Fernandez, G. (1978) **Contribución a la crítica de las teorías sobre el capitalismo latinoamericano: elementos para una tipificación de su concepto de trabajo**, México, ENE, UNAM, tese de graduação.
- Marini, R.M. (2000) **Dialética da Dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martins, C.E. e Valencia, A.S. (2009) **A América Latina e os Desafios da Globalização – ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini**. Rio de Janeiro: PUC Rio e São Paulo: Boitempo.
- Osorio, J. (1975) “Superexplotación y clase obrera: el caso mexicano”, **Cuadernos Políticos** (México), out.-dez.
- Osorio, J. (1990) **Raíces de la democracia en Chile**, México, ERA.
- Osorio, J. (2004) **Crítica de la economía vulgar – reproducción del capital y dependencia**. México: Miguel Angelo Porrúa – Grupo editorial.
- Santos, T. (1970) “Structures of Dependence”. **The American Economic Review**, New York, pp 231-236.
- Santos, T. (2000) **A Teoria da Dependência – Balanço e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Serra, J., e Cardoso, F. H., “Las desventuras de la dialéctica de la dependencia”, **Revista Mexicana de Sociología** (México), Número Especial, 1978.
- Traspadini, R. e Stédile, J.P. (2005) **Ruy Mauro Marini – vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular.

ESTADO, MULTINACIONAIS E TRABALHADORES NA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA BRASILEIRA

Lafaiete Santos Neves⁸

Introdução

Ao analisar o tipo de industrialização nas economias dependentes, Ruy Mauro Marini esclarece que nessas economias se reproduz o modelo de produção de bens suntuários, com a utilização da mesma tecnologia para a produção desses bens nos países desenvolvidos, o que acarretaria nas economias dependentes um problema de realização, ou seja, de mercado, dada a alta concentração de renda nesses países. A solução para esse problema foi buscada no Estado, que pelas políticas de subvenções aos produtores e de financiamento aos consumidores, e pela inflação, que funciona como um mecanismo de transferência de renda para viabilizar o consumo desses bens suntuários pelas camadas de médias e altas rendas. Tal situação leva ao crescimento da indústria de bens de luxo, onde Marini coloca a indústria automotiva, em detrimento da indústria de bens populares. (MARINI, 2000, p.148).

Tal afirmação de Marini permanece atual, à medida que o perfil de concentração de renda se acentuou até o final da década de 1990, de acordo com os dados do IBGE.

Marini acrescenta:

não podendo estender aos trabalhadores a criação de demanda para os bens suntuários e orientando-se na realidade para a compressão salarial, que os exclui de fato desse tipo de

8 Agradeço a Yuri Korello, bolsista do PAIC – FAE Centro Universitário, pelas contribuições apresentadas nas tabelas deste artigo.

consumo, e economia industrial dependente não só teve que contar com um imenso exército industrial de reserva, como se obrigou a restringir aos capitalistas e às camadas médias e altas o consumo das mercadorias de luxo. A exportação de manufaturas tantos de bens essenciais como de produtos suntuários se converte então na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores desarticuladores que a afetam. (MARINI, 2000, p.149-150).

Cabe destacar que o poderoso meio de transferência de renda, resultado das políticas como as que existiram no Brasil até meados dos anos de 1990, pela via da inflação sofreram pouca modificação no que se refere à concentração de renda até a década de 1990, como revelam os dados mais recentes do IBGE sobre a distribuição de renda nas camadas médias e altas da população. Mesmo com a inflação sob controle, dada a histórica concentração de renda brasileira, a questão da realização dos bens de luxo como os automóveis, continuaram a ser um problema para a indústria automotiva, que dado o seu poder de pressão sobre os governos conseguiu políticas que a beneficiou, como a da política cambial, redução de tarifas de importação para bens de capital, as Câmaras Setoriais, de incentivos fiscais, de crédito e outros benefícios, conhecidos por “guerra fiscal”, entre os Estados para atrair esse tipo de indústria, e que favoreceram a realização da produção dessa indústria no mercado brasileiro e internacional, acentuando o quadro de dependência. “O fenômeno da dependência se manifesta inicialmente sob a forma de imposição externa de padrões de consumo que somente podem ser mantidos mediante a geração de um excedente criado no comércio exterior”. (FURTADO, 1974, p.87).

Celso Furtado acrescenta o aprofundamento da dependência, vinculada ao sistema financeiro e tecnológico de hegemonia internacional, o que implica na articulação do sistema financeiro e da dominação tecnológica com as empresas multinacionais, que ampliam sua acumulação pela importação de tecnologia dos países centrais para os países periféricos, assim como a exportação dos seus produtos industrializados e a realização de sua produção no mercado interno, voltado aos segmentos de rendas médias e altas, que mais se beneficiam dos financiamentos para o consumo. Essa

análise de Celso Furtado corrobora a visão de Ruy Mauro Marini, que entende essas relações econômicas entre o centro e a periferia, como uma relação sustentada pelos Estados com políticas que favorecem os capitais internacionais e que acentuam a dependência, ao invés de superar o subdesenvolvimento na visão da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). “Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista“. (FURTADO,1974, p.75).

O aprofundamento da dependência dos países periféricos em relação às economias dos centros capitalistas, situam-se em várias esferas, principalmente a dependência tecnológica, a medida que desenvolveu um modelo industrial e de consumo imitativos, que depende da tecnologia dos países das economias centrais para continuar seu processo produtivo. Outra esfera é a do capital financeiro, para continuar seus investimentos diretos e o financiamento do consumo dos bens duráveis e de bens de capital. Este é o sentido da afirmação de Furtado quando diz que estaremos sempre defasados em relação aos países do centro, que por essas formas de relações econômicas e financeiras mantém permanente a desigualdade que é estrutural.

Ruy Mauro Marini vai além na sua análise e na sua crítica à CEPAL, demonstrando que a dependência é mais ampla do que os fatores econômicos, financeiros e tecnológicos. Acentua o processo de superexploração da força de trabalho na América Latina, que exporta alimentos e matérias-primas, a preços mais baixos em relação aos produtos industrializados do exterior, contribuindo assim para baratear o custo da força de trabalho nas economias centrais e aprofundar a superexploração da força de trabalho nas economias dependentes. Processo esse que se aprofunda no decorrer da década de 80, 90 e 2000, atingindo a organização sindical dos trabalhadores, que nos setores mais avançados da economia, como é o caso da indústria automobilística, conseguiram um nível mais elevado de enfrentamento dessa situação, por serem mais organizados, o que não ocorreu com os setores da atividade econômica em que os trabalhadores tinham um nível menor de organização sindical.

Para Marini, entender a industrialização contribuirá para compreender o que é o capitalismo dependente e a formação dos processos políticos na América Latina.

A partir da análise das relações entre Estado e indústria para resolver o problema da crise de realização da produção nas economias dependentes, formulado por Ruy Mauro Marini, na *Dialética da Dependência*, o objetivo deste artigo é buscar entender historicamente, na industrialização brasileira, a intervenção do Estado com as políticas de incentivos fiscais, de crédito e outras formas de benefícios para um determinado tipo de indústria de bens de luxo, a indústria automotiva, instalada no Brasil a partir dos anos de 1950, na perspectiva das políticas desenvolvimentistas da CEPAL, que se revelaram um mito na afirmação de Celso Furtado (1974). O método adotado é o histórico-dialético, a partir da análise do modelo desenvolvimento da Cepal, via processo de substituição de importações e da dialética da dependência, de Ruy Mauro Marini, que faz a crítica ao modelo da CEPAL, demonstrando que tal modelo de industrialização levou ao aprofundamento da dependência e não à superação do subdesenvolvimento, como defendiam os teóricos da CEPAL. Tais análises partem da retrospectiva histórica da industrialização latino-americana, que neste artigo aplicamos ao Brasil, no caso concreto da produção de bens duráveis, como os veículos automotores, as sucessivas crises de mercado interno e externo, enfrentado pelas multinacionais automotivas, conseguindo nos governos referidos, a garantia de políticas de benefícios fiscais e de crédito, que resolveram seus problemas de vendas de veículos, demonstrando assim o poder de pressão dessas multinacionais sobre o Estado brasileiro.

Para compreender essa realidade é que iremos analisar as políticas de industrialização, que beneficiaram a indústria automotiva no Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), com o Plano de Metas, a continuidade dessa política nos governos de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco (1990-1993) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), com as Câmaras Setoriais e os incentivos fiscais e de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010), com os benefícios fiscais, via redução de impostos para venda de veículos automotores. Foram escolhidos esses governos, por serem os que mais dinamizaram e contribuíram para a superação da crise de realização da produção desse tipo de indústria multinacional.

1 A Implantação da Indústria Automobilística

A indústria automobilística chega ao Brasil na segunda metade do século XX. A sua instalação estava voltada para a montagem de veículos, cujos componentes eram totalmente importados.

Por problemas de balanço de pagamentos, o governo federal passou a restringir as importações e, dada a pressão da nascente indústria de autopeças, foram criadas as condições para se implantar no país a indústria automobilística. As duas principais empresas que importavam componentes e montavam veículos, a Ford e a General Motors, se opuseram à instalação das fábricas no Brasil (HUMPHREY, 1982, p.53).

Com a eleição de Juscelino Kubtschek de Oliveira (1956-1960) à Presidência da República, o seu programa de governo, expresso no “Plano de Metas”, passou a ser implementado.

A partir desse governo a política industrial é dirigida para o objetivo de intensificar o processo de substituição de importações. É o período da ascensão das ideias desenvolvimentistas da Cepal. No centro das ideias desenvolvimentistas estava a industrialização como forma de romper o atraso econômico e social do Continente.

Os eixos essenciais dos postulados desenvolvimentistas para a transformação da economia e da sociedade brasileira são:

- I) A industrialização integral é o caminho para superar a pobreza e o subdesenvolvimento do Brasil;
- II) Não há possibilidade de conquistar uma industrialização suficiente e racional do país mediante o jogo espontâneo das forças do mercado, e por isso é necessário que o Estado planeje o processo;
- III) O planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos para promover essa expansão;
- IV) O Estado deve ainda, orientar a expansão, captando e fornecendo recursos financeiros e realizando investimentos diretos naqueles setores nos quais a iniciativa privada é insuficiente. (BIELSCHOWSKY, 1996, p.72).

Para viabilizar o projeto desenvolvimentista, com a industrialização voltada à produção de bens de consumo duráveis e

de produção, foi necessário um volume de financiamento cuja poupança interna não era suficiente, tendo assim que recorrer ao mercado financeiro internacional e abrir a economia brasileira ao capital estrangeiro mediante uma série de incentivos, que pudessem atrair esses investimentos. (TAVARES, 1978, p.168).

Os incentivos estavam voltados a facilitar as importações e exportações das indústrias multinacionais aqui instaladas. Entre estes incentivos estavam a diminuição de alíquotas de importação de máquinas e equipamentos, componentes e também a queda de alíquotas para exportação de produtos acabados. A contrapartida do governo para viabilizar este processo de industrialização era fornecer a infraestrutura nas áreas de educação, estradas, telecomunicações e energia.

Com essa política, o Governo JK conseguiu atrair a indústria automobilística para o Brasil no final da década de 1950. As principais montadoras, cujas matrizes estavam nos países do capitalismo central, se instalaram no Brasil; entre as quais: Ford, General Motors, Volkswagen, Chrysler, Mercedes Benz e Scania. Essas montadoras se instalaram na região do ABC paulista. A Ford, que estava instalada na capital paulista, se transferiu para o ABC.

O que caracterizou essa indústria foi a produção em escala, altamente concentrada e com uma grande incorporação de força de trabalho. A Volkswagen, em São Bernardo do Campo, no ano de 1974, produziu 400.000 veículos e tinha 30.000 empregados e a Mercedes Benz e a Ford, mais 10.000 empregados. (HUMPHREY, 1982, p.13).

Era uma industrialização altamente concentrada em uma região, com um grande número de trabalhadores, tendo 64% concentrados na indústria metalúrgica e de transporte, sediada na região do ABC paulista. A indústria automobilística da região, na década de 1970, empregava 66.000 trabalhadores, sendo que outras dez indústrias empregavam 18.000, nos setores mecânico-metalúrgico (HUMPHREY, 1982, p.55). A Volkswagen, maior montadora da região, empregava na época, 39.000 trabalhadores e no final da década de 1990, reduziu para 15.000 (FOLHA DE S. PAULO, 17/7/02, p.b10). Esse é o resultado da reestruturação produtiva da década de 1980.

A instalação de grandes empresas automobilísticas no Brasil, com um alto progresso tecnológico e uso intensivo de capital,

criou uma demanda de trabalhadores altamente qualificados, com salários relativamente altos em relação aos setores mais atrasados da economia, levando muitos autores a cunharem a expressão “aristocracia operária” para os trabalhadores da indústria automobilística.

O que caracterizava esses trabalhadores era a mobilidade, pois sua origem era rural, significando para eles uma grande ascensão social, à medida que passaram a ter um emprego em uma indústria moderna, com um salário que eles nunca tiveram, gerando um alto índice de satisfação. Nesta situação o sindicato não era reconhecido pelos trabalhadores, já que a empresa se antecipava às reivindicações. Além de um alto salário, a empresa ainda oferecia ganhos indiretos, tais como: transporte gratuito, refeições no local de trabalho, assistência médica, cooperativa de consumo etc.

Rodrigues (1970, p.45) deixa bem claro quando afirma:

Empresa grande, empresa automobilística, empresa mais simpática etc., para os trabalhadores, constituem justamente sinônimo de ‘salários mais altos’ e ‘melhores possibilidades profissionais’. É também nas grandes companhias que o operário acredita encontrar maiores possibilidades de elevar-se na hierarquia profissional, uma especialização e a aquisição de um ofício que, amiúde, as pequenas empresas não podem oferecer.

Essa política salarial, aliada a uma série de benefícios que a empresa concedia, era estratégia para neutralizar o sindicato:

É patente que o salário – bem como outras vantagens que os operários valorizam – não aparece para o grupo como resultado de uma pressão coletiva ou de uma ação sindical... Demais, em parte por razões de ordem técnica e, em parte, em função da política de relações humanas, a Empresa Automobilística orientou-se no sentido da promoção interna, do aproveitamento de seus próprios empregados para as novas vagas, que se abriram na hierarquia da companhia. Os trabalhadores mais capazes e mais antigos tiveram, destarte, efetivas possibilidades de ascensão que não ocorreram em outras indústrias e não sem acontecer nestes mesmos ramos em outros países. Estas chances, provavelmente desaparecerão quando a indústria automobilística atingir sua maturidade. (RODRIGUES, 1970, p.101-102).

Como não havia um mercado de trabalho, que ofertasse trabalho qualificado em excesso, não havia concorrência entre a força de trabalho, isto é que possibilitava ganhos mais altos para os trabalhadores da indústria automobilística. Eram as próprias empresas que tinham que qualificar os trabalhadores, em convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Os sindicatos eram fragilizados por não serem reconhecidos pela categoria, conseqüentemente com um baixo nível de sindicalização.

Mas essa não era apenas uma característica da indústria brasileira e sim mundial, desde seu surgimento nos países centrais:

Durante uns trinta anos (antes da sindicalização nos anos 30) a indústria distinguiu-se pelos altos índices de salário-hora, pela acentuada variabilidade de emprego, rapidez e eficiência de operações, insegurança com respeito à permanência no serviço, e resistência à sindicalização. (HUMPHREY, 1982, p.105).

Na indústria automobilística brasileira dos anos 70, a organização do trabalho era baseada no sistema de produção fordista, da linha de montagem, cuja característica era a especialização e a divisão de tarefas, integradas por meio de esteiras. A organização da produção e o abastecimento das linhas eram de responsabilidade das gerências.

Os indicadores de desempenho das maiores empresas montadoras localizadas no Brasil revelam o crescimento da produção, dos serviços, o faturamento e o nível de emprego (tabela 1).

**TABELA 1 - INDICADORES DE DESEMPENHO
DAS MAIORES EMPRESAS MONTADORAS
LOCALIZADAS NO BRASIL - 2009**

EMPRESAS	PRODUÇÃO POR TIPOS DE PRODUTOS					NÚMERO DE FÁBRICAS	CONCESSIO-NÁRIOS	EMPREGOS
	AU	CL	CA	ON	TOTAL			
Volkswagen	790.672	66.877	36.994*	18.894*	913.437*	5*	522	24.813
Fiat	603.108	133.512	0	0	730.620	3	506	14.905
GM	490.124	108.649	0	0	598.773	4	380	21.291
Ford	241.573	80.653	25.293	0	347.519	4	449	9.997
Honda	132.122	0	0	0	132.122	1	117	3.416
Renault	116.301	5.228	0	0	121.529	3	150	4.897
Peugeot	111.628	5.661	0	0	117.289	2	256	3.894
Mercedes Benz	15.211	0	34.231	18.894	68.336	2	195	12.950
Toyota	62.713	0	0	0	62.713	2	129	3.277
Mitsubishi	0	32.429	0	0	32.429	1	143	2.082
TOTAL	2.563.452	433.009	96.518	37.788	3.130.767	27	2.847	101.522

NOTA: Incluído junto com a Volkswagen está a parceria MAN, atual produtora de caminhões e ônibus.

FONTE: ANFAVEA (2010)

O Brasil tem hoje um papel de destaque na produção mundial de veículos, ocupando o 12.º lugar no *ranking*, com uma produção de 1.620.000 unidades em 2000. São 19 fábricas, 2.204 concessionários, com um faturamento líquido de R\$ 29.054 milhões e 81.386 empregos.

O Estado do Paraná tem oito unidades da indústria automobilística e representa um terço da produção nacional, sendo a região de maior crescimento da indústria automobilística no país (MEZA, 2003).

2 Transformações na Indústria automobilística brasileira

Analisando as várias décadas de 1950 a 2000, o que se constata quanto à produção e às vendas no mercado interno e externo é um crescimento constante, particularmente no período

de 1990-2002, que compreende os governos Collor/Itamar e FHC, o primeiro com a abertura comercial que possibilitou um grande fluxo de investimentos que passou do no final da década de 1980, de US\$ 657, para US\$ 1.311 de dólares em 1994, repercutindo no aumento da produção anual de veículos de 914.466 em 1990, para 1.581.389 veículos ano em 1994, passando as exportações no mesmo período de 187.311 veículos para 377.627.

O mercado interno absorve a maior parte da produção de veículos nacionais, passando de 712.626 veículos, em 1990, para 1.206.823 veículos, em 1994, e exportando 377.627 no mesmo ano (NEVES, 2003).

O período FHC, de 1994-2002, foi marcado por uma política que continuou a beneficiar a indústria automobilística, com as Câmaras Setoriais, com o Acordo Automotivo de 1993, para superar a crise de vendas no mercado interno por meio de diminuição de ICMS para veículos de até uma cilindrada, e o Novo Regime Automotivo de 1995, que criou uma série de benefícios e incentivos visando diminuir as importações de veículos e componentes para melhorar o desempenho da balança comercial brasileira (FIUZA, 2003, p.A14).

O Governo Lula (2002-2010) dá continuidade a essa política de benefícios às montadoras automotivas com facilidades de financiamento ao consumo e a redução de impostos de produtos industrializados (IPI) para favorecer a venda de veículos automotores.

Os dados da tabela 2 refletem o bom desempenho desta indústria no período. A produção saltou de 1.581.389 veículos ano em 1994, para 1.792.660 veículos ano em 2002 e 3.182.923 veículos em 2009. Este aumento significativo da produtividade revela uma maior exploração da força de trabalho no setor automotivo.

TABELA 2 - PRODUÇÃO, INVESTIMENTOS, VENDAS, EMPREGO

ANO	PRODUÇÃO BRASIL ⁽¹⁾	INVESTIMENTOS ⁽²⁾	VENDAS INTERNAS NACIONAIS ⁽³⁾	VENDAS INTERNAS TOTAIS ⁽⁴⁾ (NACIONAL + IMPORTAÇÕES)	EXPORTAÇÕES ⁽⁵⁾	EMPREGO ⁽⁶⁾
1957	30.542		30.977	30.972		9.773
1962	191.194		190.152	190.152	380	40.790
1967	225.487		226.912	226.912	35	48.535
1972	622.171		601.420	601.420	13.528	88.282
1977	921.193		852.970	852.970	70.026	130.298
1982	780.841	558	691.259	691.294	173.351	124.972
1987	920.071	657	580.084	580.085	345.555	141.408
1990	914.466	995	712.626	712.741	187.311	138.374
1991	960.219	938	770.936	790.773	193.148	124.859
1992	1.073.861	945	740.325	764.016	341.900	119.292
1993	1.391.435	967	1.061.467	1.131.165	331.522	120.635
1994	1.581.389	1.311	1.206.823	1.395.403	377.627	122.153
1995	1.629.008	1.800	1.359.332	1.728.380	263.044	115.212
1996	1.804.328	2.438	1.506.783	1.730.788	296.273	111.460
1997	2.069.703	2.158	1.640.243	1.943.458	416.872	115.349
1998	1.586.291	2.454	1.187.737	1.534.952	400.244	93.135
1999	1.358.714	1.883	1.078.215	1.256.953	274.799	94.472
2000	1.691.340	1.745	1.315.303	1.489.481	371.299	98.614
2001	1.817.116	1.825	1.422.966	1.601.282	390.854	94.055

Continua...

ANO	PRODUÇÃO BRASIL ⁽¹⁾	INVESTIMENTOS ⁽²⁾	VENDAS INTERNAS NACIONAIS ⁽³⁾	VENDAS INTERNAS TOTAIS ⁽⁴⁾ (NACIONAL + IMPORTAÇÕES)	EXPORTAÇÕES ⁽⁵⁾	EMPREGO ⁽⁶⁾
2002	1.792.660	1.042	1.383.293	1.482.657	414.790	91.786
2003	1.827.791	748			535.980	90.697
2004	2.317.227	820			758.787	102.082
2005	2.530.840	1.180			897.144	107.408
2006	2.612.329	1.572			842.837	106.350
2007	2.980.108	2.136			789.371	120.338
2008	3.215.976	3.197			734.583	126.777
2009	3.182.923	2.721			475.325	124.478

NOTA: Ressalta-se que o aumento no número de empregos a partir de 1999, se deve ao aumento no número de fábricas. Mesmo assim, não recupera o nível de 1990 e destaca um brutal aumento da produtividade no mesmo período.

(1) Valores totais em unidades contemplando automóveis, comerciais leves (camionetas e utilitários) e comerciais pesados (caminhões e ônibus);

(2) Valores monetários em milhões de US\$ contemplando automóveis e máquinas agrícolas automotrizes;

(3) Valores totais em unidades contemplando automóveis, comerciais leves (camionetas e utilitários) e comerciais pesados (caminhões e ônibus);

(4) Valores totais em unidades contemplando automóveis, comerciais leves (camionetas e utilitários) e comerciais pesados (caminhões e ônibus);

(5) Valores totais em unidades contemplando automóveis, comerciais leves (camionetas e utilitários) e comerciais pesados (caminhões e ônibus);

(6) Valores totais em números de pessoas contemplando automóveis e máquinas agrícolas automotrizes.

FONTE: ANFAVEA (2010)

Com a implantação do Plano Real e a redução de impostos ICMS e queda nas alíquotas de importação, que baixou de 35% para 20% (FIUZA, 2003, p.A14), o Governo FHC aqueceu a demanda de veículos nacionais e importados no mercado interno. Porém, o aquecimento de demanda se concentrou nos carros populares de baixa cilindrada. Sendo os investimentos dirigidos mais para o segmento de carros populares, no final da década de 1990 já se registrou uma queda no consumo desses carros devido à concorrência entre as montadoras neste segmento. Isto implica em nova crise de produção, estando as montadoras com uma capacidade ociosa de 44%, segundo a ANFAVEA (FIUZA, 2003, p.A14).

Em julho de 2002, as montadoras diminuíram a produção em 70%, em relação a junho do mesmo ano (FOLHA DE S. PAULO, 14/7/02, p.b1). As medidas tomadas pelas montadoras para enfrentarem a crise foi implementar o Plano de Demissão Voluntária, férias coletivas, redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana e utilização do banco de horas.

A Volkswagen acumulou em julho de 2003, no pátio da Via Anchieta, 27 mil automóveis; na fábrica de Taubaté, 15 mil veículos, quando o estoque normal nesta unidade é de 5 mil veículos (FOLHA DE S. PAULO, 14/7/02, p.b1). A queda nas vendas de veículos se acentuou em 2002, registrando a maior crise que o setor viveu durante a década de 1990 (tabela 3).

TABELA 3 - VENDA DE VEÍCULOS

VEÍCULOS	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2008	2009
Veículos Produzidos	2.069.703	1.586.291	1.356.714	1.691.240	1.817.606	1.792.660	3.215.976	3.182.923
Veículos Vendidos	1.640.243	1.187.737	1.078.215	1.315.303	1.422.966	1.383.293	2.670.991	3.008.742

FONTE: ANFAVEA (2010)

A crise foi relativamente contornada pelas políticas de financiamento ao consumo e redução de impostos (IPI) pelo Governo Lula e pelas exportações devido à elevação do dólar. O potencial do mercado interno e externo contribuiu para incentivar os inves-

timentos no setor, em que se constatou uma evolução constante nos investimentos, com um grande pico no período que corresponde ao Regime Automotivo, que passou de US\$ 1.311 dólares, em 1994, para US\$ 2.454 dólares em 1998; o acumulado no período de 1990-2001 foi de US\$ 19.459 dólares em investimentos.

Foi exatamente no segundo mandato de FHC (1998-2002), a partir de 1998, que se deram as instalações das novas plantas da indústria automobilística, no modelo de produção flexível e enxuta, como as da Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Por um lado, esse grande desempenho de produção e vendas no mercado interno e externo, na década de 1990, revela um brutal aumento da produtividade do trabalho e do lucro das empresas automobilísticas e, por outro lado, a face cruel da diminuição de emprego no setor, que registrou no ano de 1990 a existência de **138.374** empregos, enquanto no ano de 2002 verificou-se uma redução para **91.786** empregos.

A queda do nível de emprego na indústria automobilística se deve ao avanço da produção enxuta, puxada pela demanda (WOMACK, JONES e ROSS, 1992; HARVEY, 1992; BOYER e FREYSSENET, 2000), e a queda da demanda no final da década de 1990. Esse avanço no modelo produtivo está bem caracterizado nas plantas da indústria automobilística no Brasil, na década de 1990.

A partir dos Governos Collor-Itamar, nos anos 90, as transformações na economia mundial, afetam ainda mais a exploração da força de trabalho, submetem os sindicatos à lógica da internacionalização e da competitividade não ocorre por acaso, faz parte sim de um processo articulado pelo chamado modelo neoliberal, que se consolida pelo processo de globalização econômica, a partir dos anos 80, na Europa, e traz como marcas visíveis a abertura econômica, a integração dos mercados, a competitividade entre as empresas, a redução do poder dos Estados Nacionais, a inserção subordinada das economias emergentes às economias centrais, como é o caso do Brasil nos anos 90, aprofunda a dependência. (NEVES, 2003).

Essa inserção subordinada cria vários problemas aos trabalhadores, dado o seu baixo poder de intervenção nessa realidade. As empresas multinacionais, que detêm a hegemonia desse processo, tomam suas decisões de investimentos produtivos, tanto de aplicação quanto de retirada, sem dar nenhuma satisfação ao

movimento sindical. O capital possui suas próprias estratégias globais, com o seu poder de pressão consegue dos Estados as políticas de incentivos e benefícios fiscais e coloca os trabalhadores em confronto nos países, onde se instalam, e em relação aos trabalhadores dos países centrais, isto porque, o movimento sindical está subordinado às legislações de cada país.

Essa é uma situação criada pelas empresas multinacionais com a complacência dos governos nacionais e locais, cabendo aos sindicatos se submeterem às decisões das empresas.

As empresas, quando decidem investir, já trazem um pacote pronto, incluindo as unidades de produção enxutas, como é o caso da indústria automobilística, em que as plantas são pequenas, onde concentram as atividades estratégicas de montagem final dos veículos, transferindo na forma de terceirização para outras empresas chamadas “sistemistas”, a montagem dos sistemas, que são fornecidos para a montagem final do veículo. Todo esse processo é coordenado pela logística, que também é terceirizada, sendo responsável pelo controle da entrega das fornecedoras para as montadoras.

As consequências imediatas para os trabalhadores se refletem na eliminação de postos de trabalho e na diminuição do nível de sindicalização, afetando a representação sindical.

As vantagens para as empresas se revelam no aumento do seu lucro pelo rápido giro do capital e ao mesmo tempo no controle sobre os custos dos fornecedores e sobre os salários dos trabalhadores de toda cadeia produtiva. (LELLO, 1998, p.8-9). Outro aspecto nefasto desse processo de exploração da força de trabalho é a flexibilização das relações de trabalho, devido à terceirização, aos contratos temporários e à subcontratação.

As empresas, com forte poder de pressão sobre os governos nacionais e locais, conseguem ainda obter vantagens e benefícios fiscais que ampliam sua capacidade de lucro. Além dessas vantagens, elas exercem sobre os Estados nacionais o poder de transformar os mercados de trabalho, impondo a flexibilização das legislações do trabalho com a falsa defesa da garantia de empregos.

Na realidade, a flexibilização dos direitos trabalhistas tem como consequência imediata o rebaixamento dos salários e a diminuição do poder de negociação dos sindicatos.

3 A ESTRATÉGIA DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

No caso do Brasil, o Governo FHC propôs na sua primeira gestão (1994-1998) um projeto de reforma sindical e no final da sua última gestão (1998-2002) um projeto de flexibilização da legislação trabalhista, dentro da mesma lógica neoliberal de fragilizar o poder sindical e favorecer a exploração da força de trabalho pelo capital.

Acrescente-se a isso a forte discriminação no mercado de trabalho, como é o caso da indústria automobilística, em que os trabalhadores das montadoras consideradas empresas estratégicas ganham melhores salários e garantias contratuais, mesmo tendo diferenças salariais entre as empresas do mesmo grupo e entre grupos diferentes nas regiões de um mesmo país, em relação aos trabalhadores das empresas terceirizadas, cujos contratos e salários são diferenciados, por serem controlados pelas montadoras.

Esse modelo de produção enxuta fragiliza os sindicatos e, ao introduzir a terceirização, possibilita várias representações sindicais dentro da mesma fábrica. Isto faz parte da estratégia das empresas multinacionais para diminuir o poder dos sindicatos ou reduzi-lo, assim como estimular a criação de sindicatos por empresa. (FLETCHER JR., 1998, p.10-11) Os Contratos Coletivos são negociados por sindicatos de base territorial municipal, dificultando assim uma unificação das lutas reivindicativas em nível nacional. As conquistas salariais dependem do poder de mobilização de cada sindicato dos metalúrgicos onde estão instaladas as montadoras automotivas.

Para enfrentar a estratégia das empresas multinacionais, os sindicatos que representam os trabalhadores destas empresas em nível internacional, desde a década de 1960, partiram para a estratégia de organizar os seus trabalhadores em nível mundial. Para isso foi criada em 1978 a Rede de Troca de Informações sobre Empresas Multinacionais (TIE), para articular os trabalhadores organizados em Comissões de Fábrica nas multinacionais com os sindicatos, que estavam em confronto com estas empresas.

Originalmente essa organização surgiu para favorecer o intercâmbio e a troca de informações entre os trabalhadores das multinacionais. Inicialmente, foram colocados trabalhadores de

uma mesma multinacional ou cadeia produtiva em contato, posteriormente, evoluiu para encontros internacionais entre trabalhadores das comissões de fábrica. O espaço onde mais avançou essa experiência foi na indústria automobilística. O próprio processo de globalização, a partir dos anos 80/90, favoreceu esses contatos internacionais entre os trabalhadores.

Os sindicatos de cada país começaram a estabelecer contatos bilaterais. No ramo metalúrgico, a Federação Internacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (FITIM), que congrega 214 empresas, de um total de 500 do ramo metalúrgico, desenvolve este trabalho de articulação, promovendo conferências setoriais e por empresa multinacional (CUT/CFDT, 1998). O objetivo dessa iniciativa é criar comitês de empresas multinacionais no ramo automobilístico, por ser uma indústria em que mais avançaram a globalização e o processo de inovação tecnológica.

Foi dessa iniciativa que surgiu o Comitê Mundial de Trabalhadores da Volkswagen. Deste comitê, fazem parte membros de todas as Comissões de Fábrica do Grupo Volkswagen, que no Brasil tem cinco fábricas: São Bernardo do Campo-SP, Taubaté-SP, São Carlos-SP, Resende-RJ e São José dos Pinhais-PR. Todas essas unidades têm Comissão de Fábrica, que elegem um representante de cada Comissão das Fábricas do Grupo Mundial Volkswagen para uma reunião anual. Cada representante dessas Comissões de Fábrica prepara um relatório detalhado dos problemas de cada unidade, que são levados e discutidos na reunião internacional e em seguida se reúnem com a direção mundial da Volkswagen para discutirem seus problemas e propostas.⁹ Foi a partir dessas reuniões que a Volkswagen mundial reconheceu formalmente a existência dos sindicatos autônomos e democráticos e a representação dos trabalhadores eleitos.

Essa estratégia dos trabalhadores da indústria automobilística foi bem sucedida, o que possibilitou aos trabalhadores das montadoras do Paraná: Volvo, Renault/Nissan e Volkswagen, pela forte mobilização e uma greve que na Volkswagen se estendeu por 40 dias, afetando a produção e as vendas, obrigando as montadoras a cederem no reajuste salarial superior à inflação anual e a participação maior nos Lucros e Resultados (PLR).

9 Entrevista com Jamil D'Ávila, coordenador da Comissão de Fábrica da Volkswagen – SJP-PR.

Nos EUA, a CIOLS, Central Mundial de Trabalhadores, lançou em 1975 sua “carta multinacional”, na qual coloca o controle jurídico das multinacionais e, em seu Congresso de 1996, criou o Grupo de Trabalho (GT) de multinacionais, desencadeou com grande repercussão uma campanha mundial sobre as condições de trabalho nas fábricas.

Essa ação coordenada do movimento sindical mundial envolve a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que intervém na discussão e aprovação da legislação trabalhista em nível mundial, aprovando as chamadas “Convenções da OIT”, sobre contratos, condições de trabalho e liberdade de organização sindical. Atuam também dentro da Organização Mundial do Comércio (OMC), para garantir na Carta Social da OMC, que as vantagens comerciais reflitam em vantagens para os trabalhadores. A União Européia, a partir de 1994, também passou a adotar normas trabalhistas básicas.

No caso do Nafta, bloco econômico que inclui EUA, Canadá e México, foi igualmente aprovada a garantia de respeito aos direitos trabalhistas para os trabalhadores dos respectivos países (CUT/CFDT, 1998).

Os trabalhadores do MERCOSUL, por meio das suas centrais sindicais, atuam conjuntamente no sentido de garantir também uma carta social que respeite os direitos dos trabalhadores da região. Existe formalmente reconhecida pelos países signatários dos MERCOSUL uma coordenadoria sindical, que participa das negociações, que envolvem os trabalhadores.

As dificuldades são enormes na conquista de direitos internacionais na região do MERCOSUL, diferentemente do que ocorre na Europa e EUA, envolvendo as mesmas empresas multinacionais.

O que se constata é que onde os trabalhadores são mais organizados, principalmente nas empresas multinacionais e particularmente no ramo automotivo, as conquistas são maiores, tanto no nível salarial, contrato coletivo de trabalho, Participação nos Lucros e Resultados (PLR), de acesso às informações, na organização por local de trabalho, na estabilidade dos membros das Comissões de Fábricas e Comitês de Empresas, como na extensão de direitos entre os trabalhadores das mesmas empresas. Porém, cabe destacar que as negociações ainda são realizadas por unidade produtiva e não para ao conjunto dos trabalhadores da mesma empresa (NEVES, 2003).

Considerações Finais

A indústria automobilística demonstra, ao passar dos anos, um ascendente poder sobre os Estados, conseguindo benefícios e incentivos fiscais dos governos para enfrentar as constantes crises de mercado. Demonstram constante evolução em tecnologia e automação, propiciando-lhes cada vez mais aumento de produtividade e um lucro maior. Entretanto, tais processos de inovação, aos quais as indústrias automobilísticas passaram na América Latina, geraram, o que chama na explicação da Dialética da Dependência, de Ruy Mauro Marini, uma maior exploração da força de trabalho, com uma extração maior de excedente, que é apropriado pelo capital multinacional. Com os processos de avanço tecnológico, as empresas não ampliam apenas o lucro, mas aumentam a produção da jornada de trabalho, que por sua vez diminui o valor de hora/trabalho da força de trabalho.

Outra característica importante dos estudos de Marini, principalmente relacionando à crítica ao desenvolvimento cepalino, é a dependência estrutural ao capital externo, pois a região do MERCOSUL entrega todo um “ambiente” fadado ao crescimento, sendo por meio de mão de obra barata, redução de impostos e, não sendo menos importante, para as pioneiras da indústria automobilística, a baixa concorrência no mercado, principalmente por não existir uma indústria nacional no ramo (fator que impulsionou a entrada das grandes empresas automobilísticas no país).

Hoje, com os avanços das lutas sindicais, com as conquistas das greves mais recentes, principalmente na Região Metropolitana de Curitiba, tendem a diminuir o processo de maior exploração da força de trabalho no ramo automobilístico, principalmente com os reajustes salariais acima do índice de inflação anual, a ampliação da participação nos lucros e resultados (PLR), a negociação do banco de horas, que é utilizado pelas empresas nos momentos de crise de vendas de veículos, diminuindo a jornada de trabalho e no momento de aquecimento da demanda, utilizando as horas não trabalhadas até nos finais de semana. Apesar da evolução da organização sindical dos metalúrgicos do setor automotivo, há grande dificuldade dos sindicatos em enfrentar as empresas automobilísticas multinacionais, dado o seu forte poder de pressão sobre os Estados.

REFERÊNCIAS

- BIELSCHOWSKY, R. Ideologia e desenvolvimento: Brasil 1930-1964. In: LOUREIRO, M. R. **50 anos de ciência econômica no Brasil**. Petrópolis: FIPE: Vozes, 1996.
- BOYER, R.; FREYSSENET, R. **Les modèles productifs**. Paris: La Decouverte, 2000.
- CUT/CFDT. **A ação sindical e empresas multinacionais**. São Paulo: CUT, 1998. (Textos para debate internacional).
- FIUZA, Eduardo Pedral Sampaio. Demanda e oferta de automóveis no Brasil. **Valor Econômico**, São Paulo, p.A14, fev. 2002.
- FIUZA, Eduardo Pedral Sampaio. Demanda e oferta de automóveis no Brasil. **Valor Econômico**, São Paulo, p.A14, fev. 2002.
- FIUZA, Eduardo Pedral Sampaio. Demanda e oferta de automóveis no Brasil. **Valor Econômico**, São Paulo, n.730, 2 de abril de 2003. (1.º Caderno). Parte II.
- FIUZA, Eduardo Pedral Sampaio. Parte II: Demanda e oferta de automóveis no Brasil. **Valor Econômico**, São Paulo, n.730, 2 de abril de 2003. (1.º Caderno).
- FLETCHER JR., Bill. Ainda há um espaço de luta contra a globalização e a flexibilização. **Debate & Reflexões**, São Paulo: Escola Sindical da CUT, n.5, 1998.
- FOLHA de S. Paulo, 12 de jan. 1999.
- FOLHA de S. Paulo, 14 jul., p.b1, 2002.
- FOLHA de S. Paulo, 17 ago. 2002.
- FOLHA de S. Paulo, 23 fev., p.b.15, 2002.
- FOLHA de S. Paulo, 27 ago., p.b.4, 2002.
- FOLHA de S. Paulo, 28 out. 2002.
- FOLHA de S. Paulo, 15 abr., p.b.5, 2003.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna, uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HUMPHREY, J. **Controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira**. Petrópolis: Vozes: CEBRAP, 1982.

- LELLO, R. Estratégia empresarial X estratégia sindical. **Debate & Reflexões**, São Paulo: Escola Sindical da CUT, n.5, 1998.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Rio de Janeiro: Vozes/Clacso, 2000.
- MEZA, Maria Lúcia. **Trabalho qualificado e competência**: um estudo de caso da indústria automotiva paranaense. 2003. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.
- NEVES, Lafaiete Santos. **Organização produtiva na indústria automobilística e seus reflexos na organização sindical dos metalúrgicos**. 2003. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.
- RODRIGUES, L.M. **Industrialização e atitudes operárias**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- TAVARES, M. C. da. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- WOMACK, JONES e ROSS. **A máquina que mudou o mundo**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.



DEPENDÊNCIA, INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: uma comparação entre as ideias de Ruy Mauro Marini e de Raúl Prebisch

Sergio Tadeu Gonçalves Muniz

Introdução

A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), órgão da ONU criada em 1948, destinada a encontrar alternativas para o desenvolvimento da Região, teve um papel crucial no planejamento e nas ações estatais de promoção do desenvolvimento na Região, baseados no forte estímulo à industrialização via substituição de importações, cuja maior influência, no Brasil, remonta aos anos de 1950 a 1980.

O texto seminal, que abriu toda a discussão sobre as peculiaridades do desenvolvimento (subdesenvolvimento) latino americano, foi "O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas", popularmente conhecido como "*El manifiesto latino americano*", escrito por Raúl Prebisch em 1948. Depois do "El manifiesto", vários foram os textos que adensaram ainda mais a discussão acerca do desenvolvimento latino-americano, vindo a se somar a esta discussão diversos expoentes do pensamento econômico latino-americano, tais como Celso Furtado, Octávio Rodríguez, Osvaldo Sunkel, Aníbal Pinto, Maria da Conceição Tavares, dentre outros, que figuram dentre os nomes desta escola do pensamento econômico de influência incontestante na Região.

Uma outra interpretação da realidade latino-americana, profundamente influenciada por Karl Marx e, em grande medida,

pela própria CEPAL, tendo como expoentes Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, denomina-se Teoria Marxista da Dependência (TMD). Conquanto convirjam sobre diversos aspectos da estrutura econômica latino-americana, estas duas escolas divergem entre si desde as causas do subdesenvolvimento latino-americano até os rumos desejáveis que a Região deve trilhar para se libertar da relação de dependência e de sua condição de Região periférica e subdesenvolvida.

Iremos, neste capítulo, contrapor algumas das ideias de dois dos expoentes destas duas “escolas” de pensamento latino-americano, procurando demonstrar suas divergências, convergências e complementaridades nos temas da dependência, industrialização e desenvolvimento da América Latina. De um lado, Raúl Prebisch, cujas ideias se consolidaram no que denominamos de “*mainstream cepalino*” – que em absolutamente nada tem a ver com o “*mainstream economics*” –, com forte influência keynesiana e histórico-estruturalista. De outro, Rui Mauro Marini, um dos principais expoentes da denominada de Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Portanto, o objetivo principal deste artigo é contrapor as ideias sobre a relação centro-periferia presentes na Teoria Marxista da Dependência (TMD) na visão de um de seus expoentes, Rui Mauro Marini, com as principais ideias do denominado “*mainstream cepalino*”, sobretudo nos escritos do “*el manifesto*”, de Raúl Prebisch.

Iniciaremos o capítulo apresentando as ideias de Raúl Prebisch e Rui Mauro Marini acerca da relação de dependência existente entre a América Latina e os países industrializados. Na sequência, serão discutidas as visões dos dois autores sobre o intercâmbio desigual, suas causas e consequências para a Região. Na seção seguinte, serão confrontadas as opiniões de ambos sobre a industrialização e seu papel no desenvolvimento econômico da Região. Finalmente, nas considerações finais, faremos uma breve síntese dos principais pontos de convergência e divergência entre estes dois expoentes do pensamento econômico latino-americano.

Relação de dependência centro-periferia

Prebisch (1948) analisa as condições estruturais do subdesenvolvimento latino-americano, em que as restrições ao seu

desenvolvimento estão determinadas por sua condição periférica, dependente da economia desenvolvida. Às condições específicas da América Latina, que a tornam periferia do mundo desenvolvido, denomina condições “histórico-estruturais”.

Já havia chamado à atenção, em 1948, do esquema de divisão internacional do trabalho prevalente, em que à América Latina cabia um papel periférico e específico de produzir alimentos e matérias primas para os grandes centros industriais (Prebisch, 1948 p. 47).

Segundo Prebisch, as relações centro-periferia estão centradas na deterioração dos termos de troca, nas assimetrias de rendas por habitante no centro e na periferia, no desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos, na vulnerabilidade externa, na dinâmica do processo de industrialização via substituição de importações e na ausência de poupança de divisas. Para suplantar as barreiras estruturais ao desenvolvimento, torna-se fundamental, segundo Prebisch, a ação e o planejamento Estadais.

Marini inicia a discussão acerca da Teoria da Dependência da América Latina enfatizando as especificidades da Região. Com referência a este aspecto, qual seja, das particularidades que assumiu o capitalismo na América Latina, Ruy Marini condena a noção de “pré-capitalismo” atribuída por muitos teóricos à realidade da Região, e complementa: “...o que temos é um capitalismo *sui generis*, que só ganha sentido se o contemplamos tanto a nível nacional como, principalmente, a nível internacional” (MARINI, 2000). Assim,

“O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional” (MARINI, 2000, p. 138)

Para entender o desenvolvimento latino-americano, é necessário compreender suas especificidades, suas peculiaridades. Dessa forma, “...a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se dão como insuficiências e outras - nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras - como deformações” (Marini, 2000 p. 105).

Somente através do entendimento destas especificidades e do caráter subordinado daí derivado, é que podemos compreender a natureza dependente do capitalismo na América Latina. Neste sentido, “... é o conhecimento da forma particular que acabou por adotar o capitalismo **dependente** latino-americano, o que ilumina o estudo de sua gestação e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram neste resultado” (Marini, 2000 p. 106. O grifo é nosso).

Marini (2000) chama atenção ao fato que, desde o início da colonização, a América Latina teve sua economia voltada à dinâmica das economias centrais. Enquanto Colônia, a América Latina foi produtora de metais preciosos e de gêneros exóticos, possibilitando a expansão dos meios de pagamentos e do capital comercial, essenciais para a emergência, mais tarde, da grande indústria.

Os países latino-americanos passam a relacionar-se com a metrópole inglesa, e lançam-se a produzir e a exportar bens primários em troca de bens manufaturados de consumo (Marini, 2000 p. 108). Nesta “divisão internacional do trabalho”, a América Latina passa a depender cada vez mais das metrópoles européias, seja pela relação comercial estabelecida entre os continentes – e a sua dependência cada vez maior dos produtos manufaturados importados da Europa - seja pela crescente dívida externa dos países latino-americanos. Marini (2000) coloca em destaque que a situação colonial não é igual à situação de dependência, nisto criticando André Gunder Frank.

O surgimento da grande indústria moderna não teria sido possível sem o excedente agrícola produzido pelos países latino-americanos. Deste modo, a industrialização européia não teria sido possível se a sua demanda por recursos estivesse confinada à produção agrícola doméstica (Marini, 2000 p.111). A exportação de produtos de origem agropecuária pelos países latino-americanos para alimentar a emergente indústria européia foi fundamental para

o aprofundamento da divisão internacional do trabalho, entre países produtores de produtos primários e países produtores mundiais de manufaturas (Marini, 2000 p.111).

Assim, a economia latino-americana sempre esteve atrelada às economias dos países industrializados. Coube-lhe o papel de fornecedora de matérias-primas desde os primórdios da acumulação capitalista nesses países. Neste contexto, o continente latino foi impelido a realizar a sua acumulação voltada não ao consumo interno, mas à crescente demanda dos países centrais. Esta orientação da economia latino-americana, voltada “para fora”, fundou-se na superexploração do trabalho. Nisto reside o caráter dependente da economia latino-americana¹⁰ (Marini, 2000).

No ciclo do capital e sob a ótica dos países dependentes, a relação de dependência se expressa na separação entre a produção e a circulação capitalistas. Entretanto, como afirma Marini (2000, p. 133), essa separação é apenas aparente, uma vez que os trabalhadores desses países, ao adquirirem os produtos manufaturados dos países industrializados, restabelecem a forma dinheiro do capital, dando origem a um novo ciclo. Portanto, na realização do capital, os trabalhadores das economias dependentes possuem um papel central na harmonização entre o fluxo de produção e o fluxo de circulação.

Este processo ocorre nas economias industrializadas. Todavia, nas economias exportadoras latino-americanas, na separação entre produção e circulação, que acontece na esfera externa, o consumo do trabalhador não afeta a realização interna. Adiciona-se a isso o excesso de contingente de força de trabalho presente na maioria dos estados latino-americanos, cujo resultado é o contingenciamento da demanda e a superexploração do trabalho. Sobre este aspecto, afirma Marini (2000,p. 134): “é dessa forma que o sacrifício do consumo individual dos trabalhadores em favor da exportação ao mercado mundial deprime os níveis de demanda interna e erige o mercado mundial como única saída para a produção”.

Em linhas gerais, o autor corrobora as ideias de Prebisch sobre a condição dependente e periférica (ainda que não utilize

10 “Chamada a coadjuvar a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve que fazê-lo mediante uma acumulação fundada na superexploração do trabalhador. Nesta contradição, radica-se a essência da dependência latino-americana” (Marini, 2000 p. 132)

este termo) da América Latina, que por suas especificidades exige novas teorias interpretativas de sua realidade, em contraposição ao *mainstream economics*, que estabelecem princípios universais, aplicáveis a qualquer economia, desconsiderando seus aspectos histórico-estruturais.

A relação de dependência baseada no dualismo centro-periferia tem no intercâmbio desigual um de seus principais pilares, que passaremos a tratar na seção seguinte.

Intercâmbio Desigual

A deterioração dos termos de troca é tema central na teoria cepalina, e refere-se à queda dos preços dos produtos primários comparativamente aos preços dos produtos manufaturados.

As distorções quanto aos diferenciais de produtividade e os frutos do progresso técnico entre os países centrais e os países periféricos, gerando a deterioração dos termos de troca, são elementos-chave na análise de Prebisch.

O autor inicia a discussão no “el manifesto” colocando em cheque a premissa do *mainstream economics*, segundo a qual os frutos do progresso técnico tendem a repartir-se em toda a sociedade, seja pela baixa dos preços seja pelo aumento das remunerações ou através do comércio internacional, em que os países primário-exportadores também seriam beneficiados neste esquema, não sendo necessário a industrialização destes. Prebisch refuta esta tese, afirmando que as vantagens dos ganhos da produtividade não atingiram os países periféricos, determinado discrepâncias acentuadas entre os padrões de vida das populações destes e dos países industrializados. Este desequilíbrio encontra forte objeção na premissa básica do esquema da divisão internacional do trabalho (Prebisch, 1948 p. 47).

Segundo o autor, os centros industriais apropriaram-se das vantagens do progresso técnico e tais vantagens não se difundiram na mesma proporção entre os países periféricos. Muito embora o aumento da produtividade nos países industriais tenha estimulado a procura por produtos primários produzidos pelos países periféricos, e esta demanda tenha se constituído um elemento fundamental no crescimento econômico da América Latina, esse

aumento da produtividade mais acentuado nos países centrais deveria ser acompanhado por uma queda nos preços dos produtos manufaturados maior que nos produtos primários, haja visto que nestes os incrementos de produtividade são menores.

Como resultado, a relação de preços entre os dois blocos de países deveria pender favoravelmente aos países latino-americanos, à medida que as disparidades de produtividade se acentuassem¹¹. Entretanto, a observação empírica mostra resultados completamente opostos, uma vez que a relação de preços se torna significativamente desfavorável aos países periféricos, deixando evidente que não há o repasse aos preços na mesma proporção dos ganhos de produtividade nos países centrais. A deterioração dos termos de troca dos produtos primários foi mais acentuada entre os anos 1870 e 1930.

Para Prebisch (1948), um fator determinante do fato dos preços não baixarem conforme aumenta a produtividade - o que tenderia a baixar os custos - é o aumento das remunerações dos empresários e dos fatores de produção. Em determinadas ocasiões, quando a alta das remunerações foram maiores que os incrementos de produtividade, ao invés de baixarem, os preços subiram. Dessa forma, “ao passo que os centros retiveram integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países da periferia traspassaram-lhes uma parte do fruto de seu próprio progresso técnico” (Prebisch, 1948 p. 56).

Outro fator determinante para as discrepâncias de preços existentes entre os produtos primários e os manufaturados, na abordagem de Prebisch, está relacionado aos ciclos econômicos. O autor inicia sua argumentação afirmando que há diferenças de comportamento entre a oferta e a demanda de bens finais nas diferentes fases do ciclo econômico, determinado em consequência uma desproporção entre essas duas grandezas. Afirma que os preços dos bens primários sobem com maior rapidez que os preços dos bens finais na fase de expansão do ciclo e descem mais que proporcionalmente em relação a esses na fase descendente do ciclo.

11 “Se houvesse ocorrido, esse fenômeno teria sido de profunda significação. Os países periféricos teriam aproveitado, com a mesma intensidade que os países cênicos, a baixa dos preços dos produtos finais à indústria. Assim, os frutos do progresso técnico ter-se-iam repartido, igualmente, em todo o mundo, segundo a premissa implícita no esquema da divisão internacional do trabalho, e a América Latina não teria nenhuma vantagem econômica em sua industrialização. Pelo contrário, sofreria uma perda efetiva, enquanto não alcançasse eficácia produtiva igual à dos países industriais” (Prebisch, *op.cit.* p. 55)

Na fase ascendente do ciclo, a demanda por bens finais supera a sua oferta; por outro lado, na fase descendente do ciclo, ocorre o contrário, gerando acumulação de estoques. Na fase ascendente, os preços dos produtos primários crescem mais rápidos que os preços dos bens finais ao passo que na fase descendente ocorre o contrário. Os lucros também variam ao longo do ciclo: aumentam na fase de expansão do ciclo, o que é transferido aos preços, corrigindo com isso o excesso de demanda nesta fase. Por outro lado, na fase descendente do ciclo, os lucros tendem a diminuir, corrigindo o excesso de oferta pela queda dos preços.

Ora, se a contração dos lucros na fase descendente do ciclo fosse igual à sua expansão na fase de expansão cíclica, não haveria troca desigual. Todavia, não é isso o que ocorre, segundo o autor, e reside nisso a raiz da deterioração dos termos de troca para a América Latina.

Na fase de expansão, os benefícios aumentam e uma parte deles é transformada em aumentos de salários, nos centros industriais. Nestes países, entretanto, na fase descendente do ciclo os benefícios diminuem apenas em parte (uma fração da parcela dos lucros, apenas), pois os salários permanecem estáveis, dado a rigidez à queda salarial. A pressão se desloca para a periferia, pressão esta que é maior se não fosse a rigidez salarial no centro. Na periferia, em função de suas especificidades, sobretudo em função da desorganização dos trabalhadores e da fragilidade dos sindicatos, principalmente na agricultura, os salários são impedidos de aumentar na mesma proporção que nos países centrais na fase ascendente do ciclo. Pelos mesmos motivos, na fase descendente do ciclo, os salários nos países periféricos não se conservam na mesma proporção que os salários nos países centrais, sobretudo devido à rigidez à baixa salarial nestes. Este mecanismo é a chave para a compreensão do fenômeno do intercâmbio desigual na abordagem prebischiana¹².

12 "A maior capacidade das massas, nos centros cíclicos, para conseguir aumentos de salários na crescente e defender seu nível na minguante, e a aptidão desses centros, em razão do papel que desempenham no processo cíclico, para deslocar a pressão cíclica para a periferia, obrigando a comprimir suas remunerações mais intensamente que nos centros, explicam por quê as remunerações nestes tendem, persistentemente, a subir com mais força que nos países da periferia, segundo se torna patente na experiência da América Latina. Nisto está a chave do fenômeno pelo qual os grandes centros industriais, não apenas retêm para si

Marini não logra explicar o porquê das discrepâncias de preços que levaram à histórica deterioração dos termos de troca dos produtos primários exportados pelas economias latino-americanas, vis-à-vis os produtos manufaturados exportados pelos países centrais. No máximo, lança algumas pistas e desperta indagações sobre a problemática. Por outro lado, desenvolveu uma forte argumentação de suas consequências para as economias dependentes.

Um dos efeitos do intercâmbio desigual, segundo Marini, é a transferência da mais-valia relativa gerada nos países dependentes para os países industrializados, processo em que a América Latina possui um papel central. Mas antes de fazermos a discussão do papel da América Latina neste processo, faremos antes uma pequena digressão acerca dos termos utilizados pela análise mariniana.

Primeiramente, é mister retomarmos brevemente dois termos consagrados na análise marxista: a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. Partindo das teorias do valor-trabalho e da exploração da força de trabalho, Karl Marx afirma que o valor das mercadorias é dado pelo tempo de trabalho, subdividindo-o em trabalho necessário e em trabalho excedente. Desta forma, o trabalhador utiliza parte de sua jornada de trabalho para produzir o suficiente para pagar por seu trabalho, isto é, seu salário, e o restante do tempo é gasto na produção de valor excedente, isto é, mais-valia. À primeira parcela da jornada de trabalho, equivalente à reprodução da força de trabalho, Karl Marx denominou trabalho necessário. Por outro lado, ao valor a mais (mais-valia) produzido pelo trabalhador e apropriado pelo capitalista, Marx denominou trabalho excedente ou sobre-trabalho. A mais-valia absoluta é obtida a partir do trabalho excedente: quanto maior a parcela da jornada de trabalho destinada ao trabalho excedente, maior a mais-valia absoluta. A taxa de mais-valia, que mede a taxa de exploração do trabalhador pelo capitalista, é dada pela razão entre a mais-valia e o capital empregado na força de trabalho, denominado por Marx capital variável. Somente o capital variável, o trabalho “vivo”, gera mais-valia, uma vez que o capital constante (meios de produção) é trabalho pretérito incorporado, ou seja, trabalho

o fruto da aplicação das inovações técnicas à sua própria economia, mas, ainda, estão em posição favorável para captar uma parte do que surge no progresso técnico da periferia" (Prebisch, 1948 p. 59).

“morto”. Resumindo: dada uma jornada de trabalho de 8 horas, sendo 5 horas trabalho necessário e 3 horas trabalho excedente, a taxa de mais-valia é $3/5$ ou 60%.

Segundo Marx, só é possível aumentar a mais-valia absoluta aumentando a jornada de trabalho, o que fora por ele mesmo testemunhado na Inglaterra do século XIX. Desse modo, no nosso exemplo, se o capitalista aumentar a jornada de trabalho para 12 horas, o trabalho necessário permanece o mesmo e o excedente aumenta para 7 horas, determinando um aumento da taxa de mais-valia para $7/5$ ou 140%.

Porém, existe um limite para a ampliação da jornada de trabalho e, conseqüentemente, para o aumento da mais-valia absoluta, ditado pela exaustão do trabalhador, podendo resultar “no aniquilamento da própria força de trabalho” (Marx, 1988 Cap. 1).

Todavia, a mais-valia absoluta é apenas uma das formas de aumentar a taxa de mais-valia. A outra forma, segundo Marx, é a mais-valia relativa. A mais-valia relativa ocorre quando a produtividade do trabalho aumenta, resultando em uma queda no valor das mercadorias. Quando há uma redução do valor dos bens de consumo (bens-salário) dos trabalhadores decorrente de uma melhoria das técnicas de produção, acaba por resultar numa redução do valor da força de trabalho. Ou seja, em havendo um aumento da produtividade, o valor das mercadorias cai, caindo o valor dos bens-salários e, em consequência, o valor da força de trabalho.

Voltando ao nosso exemplo, vamos supor que uma melhora nas condições técnicas da produção tenha resultado em uma diminuição do trabalho necessário de 5 para 4 horas. Neste caso, a taxa de mais-valia resultante, de uma jornada de 12 horas, será de 200% ou $8/4$ (sendo 8 horas o tempo de trabalho excedente e 4 horas o novo trabalho necessário).

Desse modo, o trabalho social necessário à reprodução da força de trabalho cai, aumentando o tempo excedente, e conseqüentemente, a mais-valia. A redução do valor social das mercadorias traduz-se, então, em queda nos preços dos bens-salário e, conseqüentemente, em queda do valor necessário à reprodução da força de trabalho.

Como bem observa Karl Marx,

A produção da mais valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais valia relativa. Essa pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais. (MARX, 1988 p.585).

Segundo Marini, a América Latina, por produzir essencialmente bens-salários – bens necessários à reprodução da força de trabalho - e os exportar aos países industrializados, contribui de forma significativa à ampliação da mais-valia relativa nos países industrializados. Isso ocorre porque, na medida em que os preços dos produtos primários caem no mercado mundial, o seu efeito é o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industrializados. Com isso, o aumento da produtividade da força de trabalho nos países industrializados transforma-se efetivamente em aumentos da taxa de mais-valia relativa (Marini, 2000 p. 112).

Neste contexto, Marini (2000) chama a atenção ao fato de que a América Latina desempenha não só a função de facilitar e promover a acumulação nos países industriais, mas possui também a função de contribuir “para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção da mais-valia absoluta à da mais-valia relativa” (Marini, 2000 p. 112), devido ao expressivo aumento da produtividade da classe trabalhadora nos países centrais.

Portanto, o papel que coube à América Latina na divisão internacional do trabalho, qual seja, a de produtora e exportadora

de alimentos, necessários à reprodução da força de trabalho dos países industrializados, tem como efeito derivado o aumento da mais-valia relativa nos países industrializados.

Marini (2000, p. 118) chama a atenção ao fato de que a queda nos preços dos produtos primários não é derivada do fato de haver queda real de valor desses bens, uma vez que nos países produtores dessas mercadorias, em especial a América Latina, a produtividade aumenta de forma significativamente mais lenta que nos países industrializados, não justificando, portanto, a depreciação desses produtos vis-à-vis os produtos manufaturados, exportados pelos países industriais.

Na abordagem marxista, a troca de mercadorias espelha-se em uma troca de equivalentes, uma vez que o valor das mesmas é estabelecido por um elemento comum: o trabalho socialmente necessário, incorporado a todas as mercadorias. Todavia, como observa Marini (2000 p. 120), nas relações mercantis quotidianas, há uma transgressão às leis de troca, resultando em transferência de valor¹³.

Dessa forma, uma maior produtividade do trabalho resulta em custos de produção mais baixos, sem que isso se traduza, necessariamente, em preços mais baixos. Disso resulta em lucros extraordinários para a nação favorecida. Nas relações de troca entre os países que produzem matérias-primas e os que produzem manufaturas, Marini (2000 p. 121) chama a atenção que o simples fato de uns países produzirem bens que os outros não produzem – ou que não produzem com a mesma facilidade - poderão gerar um intercâmbio desigual, devido ao fato dos países industrializados produzirem a preços superiores a seu valor. A este expediente, Marini denomina “lei do valor”, à qual se utilizam os países industrializados na diferença intencional entre o preço e o valor da mercadoria exportada. Esta transferência de valor, acrescenta, pode se originar tanto do produto exportado quanto dos insumos utilizados em sua fabricação, quando adquiridos dos países industrializados¹⁴.

13 “Na prática se observam diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis de intercâmbio e que se expressam na maneira como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias” (Marini, 2000 p. 120).

14 “...a transferência de valor é dupla, mesmo se não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um mesmo preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais alta” Marini (2000 p. 121)

Para fazer frente a esta transferência de valor, os países primário-exportadores criaram um mecanismo de compensação, capaz de neutralizar parcial ou totalmente a transferência de valor originária do comércio com os países exportadores de produtos manufaturados¹⁵. Esse mecanismo de compensação é calcado no aumento da mais-valia relativa, no aumento da mais-valia absoluta ou no aumento combinado de ambos¹⁶. Porém, como observa Marini, “ a rigor, só o primeiro – o aumento da intensidade do trabalho – se contrapõe realmente às desvantagens resultantes de uma menor produtividade do trabalho, já que permite a criação de mais valor no mesmo tempo de trabalho” (Marini, 2000 p. 122). Todavia, ainda que somente o aumento da mais-valia relativa equivalha de fato às perdas de produtividade relativa entre os dois blocos de países, “todos contribuem para aumentar a massa de valor realizada e, assim, a quantidade de dinheiro obtida através do intercâmbio” (Marini, *op.cit.*, p. 122).

Desta forma, a deterioração dos termos de troca, determinada sobretudo pelos diferenciais de produtividade entre os países produtores de bens manufaturados e os produtores de bens primários seria compensada por estes através do aumento da mais-valia – sobretudo da mais-valia relativa – e, portanto, da maior exploração do trabalhador nestes países¹⁷.

O aumento da exploração do trabalho nos países produtores de bens primários - seja pela ampliação da jornada seja pela intensificação do trabalho - determina, em última análise, a ampliação da oferta mundial de matérias-primas. Ou seja, a explicação de Marini para o aumento da oferta mundial de matérias-primas, sobretudo os alimentos, reside exatamente no fato da ampliação da mais-valia (quer seja absoluta ou relativa) nos países produtores de bens primários, em resposta às perdas geradas pelo comércio internacional¹⁸.

15 Marini (2000 p. 121) observa que esse mecanismo de compensação existe “tanto no plano do intercâmbio de produtos similares como de produtos originários de diferentes esferas de produção”, porém concentra sua análise no segundo caso.

16 “...para incrementar a massa de valor produzida, o capitalista deve necessariamente lançar mão de uma maior exploração do trabalho, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois procedimentos” Marini (2000 p. 122).

17 “Isto é o que explica [o aumento da mais-valia]... que a oferta mundial de matérias-primas e de alimentos aumente à medida que se acentua a margem entre seus preços de mercado e o valor da produção” (Marini, 2000 p. 122).

18 “O que aparece claramente, então, é que as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias

Parte da explicação do “*mainstream* cepalino” sobre a queda dos preços dos produtos primários comparativamente aos preços dos produtos manufaturados é atribuída ao significativo aumento da oferta mundial de alimentos e matérias-primas. Rui Marini contrargumenta, defendendo que o fato da América Latina produzir mais num contexto de crescente deterioração dos termos de troca vai muito além da lei da oferta e da demanda, e inverte a relação de causa e efeito costumeiramente encontrada na literatura: para Marini, não é “porque produziram [os países latino-americanos] além do devido que sua posição comercial deteriorou-se, mas foi a deterioração comercial que as forçou a produzir em maior escala”. Marini (2000, p. 118).

Assim, Marini (2000) inverte a clássica relação de causa e efeito cepalina, em que a queda observada dos preços das matérias-primas no mercado internacional decorre do aumento da oferta mundial desses bens. Para ele (Marini), pelo contrário, o aumento da oferta mundial de matérias-primas é justamente uma resposta dos países produtores desses bens em virtude dos baixos preços desses produtos e, principalmente, da transferência de valor, que de fato é uma transferência de mais-valia, dos países produtores de bens primários para os países produtores de bens manufaturados¹⁹.

Como a América Latina é, segundo Marini (2000), incapaz de se contrapor pelas relações de mercado ao problema de intercâmbio desigual, ela o faz no plano da produção interna. Esta “compensação” ocorre, como já discutido, pela exploração do trabalho. Sob este prisma, “o aumento da intensidade do trabalho aparece, nesta perspectiva, como um aumento de mais-valia, conseguida através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva” (Marini, 2000 p.123).

Segundo Marini (2000), a intensificação do trabalho é a forma mais comum de exploração do trabalho na América Latina, mas existem ainda outras duas formas, quais sejam, a prolongação da

exportadas... mas compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional, através do recurso a uma maior exploração do trabalhador” (Marini, 2000 p. 122).

19 “... a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta, do ponto de vista da nação desfavorecida, como uma baixa da taxa de mais-valia...” (Marini, 2000 p. 123). No entanto, complementa Marini, “não é a rigor necessário que exista o intercâmbio desigual para que comecem a funcionar os mecanismos de extração de mais-valia mencionados...” (Marini, 2000 p. 124)

jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário, aumentando com isso o tempo de trabalho excedente²⁰. Em todos os casos de exploração do trabalho (e de ampliação da mais-valia), Marini chama a atenção para que, de fato, o que existe, é uma superexploração do trabalho²¹.

Na abordagem da deterioração dos termos de intercâmbio dada por Raúl Prebisch, existe uma transferência de renda dos países exportadores de bens primários para os países produtores de bens manufaturados. Para Marini (2000), o que existe, na realidade, é transferência de valor, e não de renda, daqueles para os países industrializados. De acordo com Marini (2000), esta transferência de valor tem suas raízes na produtividade e/ou no monopólio de produção.

Marini (2000) retoma a discussão clássica na análise marxista, da lei tendencial da queda da taxa de lucro. À medida que a produtividade aumenta e, vindo acompanhada de um aumento da mais-valia relativa, isto se refletirá em queda do capital variável empregado. Assim, a relação entre o capital constante e o capital variável, isto é, a “composição orgânica do capital” – expressão cunhada por Marx - tende a aumentar. Como a taxa de lucro é extraída a partir da mais-valia e esta, por sua vez, é extraída a partir do capital variável, na medida em que aumenta a composição orgânica do capital diminui a taxa de lucro. Em se generalizando esse processo, a acumulação capitalista esbarra neste obstáculo, aparentemente intransponível, da queda da taxa de lucros.

Neste aspecto também possui a América Latina um papel fundamental. Ao fornecer produtos primários a preços cada vez mais baixos – tendência observada a partir dos anos 1870 – a Região contribui para a diminuição do efeito da lei tendencial da

20 “...os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva” (Marini, 2000 p. 124)

21 Nos três casos [a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário] “se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho; nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, estes mecanismos (que além disso se podem dar e normalmente se dão, de forma combinada) significam que o trabalhador se remunera por baixo de seu valor e correspondem, então a uma superexploração do trabalho” (Marini, 2000 p. 126). *O grifo é nosso.*

queda da taxa de lucro, ou mesmo na reversão desta tendência. Como observa Marx, “Quando o comércio exterior barateia os elementos do capital constante ou os meios de subsistência de primeira necessidade em que se inverte o capital variável, contribui para fazer com que aumente a taxa de lucros, ao elevar a taxa de mais-valia e reduzir o valor do capital constante” (O Capital, III, XIV, p. 236 citado em Marini, 2000).

A industrialização é assunto consensual entre Prebisch e Marini, que a enxergam como a única capaz de romper a relação de dependência e viabilizar uma mudança de foco, de um desenvolvimento voltado para fora para um baseado na demanda doméstica.

Industrialização e Desenvolvimento

Prebisch (1948) defende que o único caminho para a América Latina romper ou diminuir a dependência de suas economias é voltar-se para dentro, para suas economias domésticas, mudando o modelo prevaiente até então de crescimento voltado para fora. A única forma de se alcançar este objetivo é por meio da industrialização. Dessa forma, conclui:

Em outros tempos, antes da grande depressão, os países da América Latina cresceram impulsionados de fora pelo aumento persistente das exportações. Nada autoriza a suposição, pelo menos por enquanto, de que este fenômeno tenha de repetir-se, com análoga intensidade, salvo em casos muito particulares. Já não se apresenta a alternativa entre seguir crescendo vigorosamente desse modo ou crescer para dentro, mediante a industrialização. Esta passou a ser o modo principal de crescer. (Prebisch, 1948 p. 52)

Nesta direção, Prebisch aponta a industrialização como fundamental para que os países periféricos alcancem os frutos do progresso técnico. “Ela [a industrialização] não é um fim em si mesma, mas o único meio de que se dispõe para captar uma parte do fruto do progresso técnico e elevar progressivamente o nível de vida das massas” (Prebisch, 1948 p. 48).

Todavia, não se deve abandonar a exportação de bens primários em prol da industrialização. Pelo contrário, ela é necessária para gerar os recursos necessários às importações, sobretudo

bens de capital, financiando assim o desenvolvimento econômico. Por meio de uma agricultura eficiente, aumento do progresso técnico e adequadas leis sociais, os salários reais das economias dependentes podem se elevar gradualmente, diminuindo progressivamente as distorções de remuneração entre centro e periferia. (Prebisch, 1948 p.53)

Portanto, chama a atenção ao fato de que a industrialização não é incompatível com o desenvolvimento da produção primária e, para melhor aproveitar os frutos do progresso técnico, faz-se necessário a importação de bens de capital, tendo a exportação de bens primários um papel fundamental neste processo. Defende um comércio exterior ativo para a América Latina, pois somente assim podem-se obter os bens de capitais necessários ao aumento da produtividade; e complementa: “a solução não está em crescer à custa do comércio exterior e, sim, em saber extrair, de um comércio exterior cada vez maior, os elementos propulsores do desenvolvimento econômico” (Prebisch, 1948 p. 48).

Prebisch (1948) também chama a atenção ao fato que, na América Latina, procura-se estabelecer as mesmas indústrias existentes nos países industrializados e que isso pode se configurar em um erro, pois poderia levar à uma concorrência desigual para a Região. Uma alternativa seria a especialização internacional, que tende a favorecer a disseminação do progresso técnico. Todavia, o excessivo fracionamento dos mercados pode diminuir a capacidade de absorver os frutos do progresso técnico, podendo constituir-se em sério obstáculo ao pleno desenvolvimento industrial.

Prebisch (1948) reconhece que as poupanças internas na maioria dos países latino-americanos é insuficiente para as necessidades de investimentos desses países²². No esforço nacional para poupar, recomenda, dentre outros, o adiamento de parte do consumo corrente ou evitar o consumo prematuro, em prol da formação de capital líquida.

Na visão de Marini (2000), o processo de industrialização na América Latina nunca chegou a se configurar em um processo genuinamente industrializante, no sentido de resultar em ganhos

22 “Não se pode desconhecer, sem embargo, que, na maior parte dos países latino-americanos, a poupança espontânea é insuficiente para cobrir as necessidades mais urgentes de capital” (Prebisch, 1948 p. 51).

qualitativos no desenvolvimento econômico da Região. “Pelo contrário, a indústria seguiu sendo ali [América Latina] uma atividade subordinada à produção e à exportação de bens primários, que constituíam, estes sim, o centro vital do processo de acumulação” (Marini 2000, p. 136).

Defende a industrialização como o caminho para que a América Latina alcance um desenvolvimento autêntico, não dependente. A economia baseada nas exportações é vista como transitória, como uma etapa para a economia industrial. Dessa forma, “a economia exportadora constitui a etapa de transição para uma autêntica economia capitalista nacional, que só se configura quando emerge ali a economia industrial” (Marini, 2000 p. 152).

No que Marini denomina “economia capitalista clássica”, o capital tem a dupla função de criar, de um lado, o assalariado, provedor da força de trabalho e, de outro, o consumidor, ambos os lados de uma mesma moeda. Neste contexto, busca-se o barateamento dos bens-salário para, com isso, baratear o valor da força de trabalho e, assim, aumentar o tempo de trabalho excedente. É por este motivo que, neste tipo de economia, busca-se aumentar a produtividade do trabalho. É também por esta razão que o capitalista nestas economias procura adquirir, no exterior, os alimentos a preços baixos necessários à reprodução de sua força de trabalho (Marini 2000, p. 138).

Por outro lado, nas economias periféricas, não havia esta preocupação. Ao contrário, o caráter exportador dessas economias empurrou os salários para baixo, sem a preocupação de fazer surgir uma indústria voltada ao mercado interno, mesmo porque as camadas superiores tinham o seu consumo voltado às importações. Isto possibilitou, no máximo, o surgimento de uma indústria fraca, que somente se expandia quando era surpreendida por choques adversos externos, tais como crises econômicas, restrições de balanço de pagamentos, etc. Desta forma, a industrialização nesses países não cria a sua própria demanda (Marini, 2000 p. 140).

Foi somente a partir de um desses choques, a crise econômica mundial dos anos 1930, que países latino-americanos começaram a expandir sua base industrial.

Segundo Marini (2000), no atual contexto, a industrialização latino-americana insere-se em uma nova divisão internacional do trabalho, em que os países centrais reservam-se à produção de etapas mais avançadas de produção, de alta tecnologia, assegurando o monopólio destas tecnologias, restando aos países dependentes

a produção de etapas inferiores da produção industrial. O autor chama a atenção também ao fato de existir, atualmente, uma “nova hierarquização da economia capitalista mundial, cuja base é a redefinição da divisão internacional do trabalho ocorrida no curso dos últimos cinquenta anos” (Marini, 2000 p. 145).

Considerações Finais

O argentino Raúl Prebisch foi o primeiro a ocupar a presidência da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que tanto influenciou os *policy makers* e o pensamento acadêmico em diversos países latino-americanos, inclusive no Brasil, sobretudo nos anos 1950-80. Sua abordagem original iniciou uma era de desenvolvimentos teóricos sem precedentes na história latino-americana. Sua obra seminal, apontando as especificidades da América Latina e a sua relação de dependência com os países centrais, por meio sobretudo da deterioração dos termos de troca, foi essencial para a compreensão da realidade da Região e para os desenvolvimentos teóricos que se seguiram.

Rui Mauro Marini, teórico brasileiro exilado no México, teve uma contribuição essencial na interpretação marxista da realidade latino-americana, propondo uma análise alternativa à sua relação de dependência com os países industrializados. Conquanto concorde com vários dos aspectos preconizados pela escola cepalina original, distancia-se desta sobretudo pela forma, pelo emprego de categorias teóricas diferenciadas e por chegar a conclusões igualmente distintas acerca de alguns pontos.

O propósito deste capítulo foi o de comparar os escritos de duas das mais importantes interpretações do desenvolvimento latino-americano: a Teoria Marxista da Dependência, representada por Rui Mauro Marini e o que denominamos de “Mainstream cepalino”, representado por Raúl Prebisch. Os três aspectos abordados no presente texto são: a relação de dependência, tipificada no dualismo centro-periferia; a Teoria das Trocas Desiguais e a importância atribuída ao tema da Industrialização e Desenvolvimento.

No quadro abaixo e a partir da síntese do capítulo, foram reunidas algumas das características e conclusões a que chegaram cada um desses autores.

	Raúl Prebisch	Rui Mauro Marini
Principal Influência	Keynes	Marx
Escola de Pensamento	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Mainstream</i> cepalino 	<ul style="list-style-type: none"> • Teoria Marxista da Dependência (TMD)
Relação de Dependência Centro-Periferia	<ul style="list-style-type: none"> • Aspectos “histórico-estruturais” da A.L. devem ser considerados • Rejeita o “<i>mainstream economics</i>” • Adota a noção de dualidade “centro-periferia” • as relações de dependência centro-periferia são baseadas: • na deterioração dos termos de troca; • nas assimetrias de rendas por habitante no centro e na periferia; • no desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos; • na vulnerabilidade externa; • na dinâmica do processo de industrialização via substituição de importações; • na ausência de poupança interna. 	<ul style="list-style-type: none"> • À A.L. coube o papel de fornecedora de matérias-primas para os países industrializados. • A orientação da economia latino-americana sempre esteve voltada “para fora”. • A economia na A.L. fundou-se na superexploração do trabalho. • O excesso de contingente de força de trabalho na A.L. resulta no contingenciamento da demanda e na superexploração do trabalho.
Principais causas do Intercâmbio Desigual	<ul style="list-style-type: none"> • Rigidez para baixo dos salários nos centros; • desorganização dos trabalhadores na periferia; • aumento das remunerações dos empresários e dos fatores de produção, ao invés da queda dos preços devido ao aumento da produtividade. 	<ul style="list-style-type: none"> • “transgressão” às leis de troca, impedindo que o aumento de produtividade se traduza em queda nos preços nos países industrializados; Um aumento da produtividade nos países industrializados se reflete em aumento dos lucros, e não em queda dos preços • “lei do valor”: países industrializados comercializam a preços superiores ao valor de suas mercadorias.

	Raúl Prebisch	Rui Mauro Marini
Principais consequências do Intercâmbio Desigual	<ul style="list-style-type: none"> • centros industriais apropriam-se das vantagens do progresso técnico; • centros periféricos transferem parte dos frutos de seu próprio progresso técnico aos países centrais; • Transferência de renda da A.L. para os países industrializados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Superexploração do trabalho na A.L. • “mecanismo de compensação”: intensificação da mais-valia, principalmente da mais-valia relativa. • Transferência de valor (de mais-valia) da A.L. para os países industrializados; • aumento da oferta mundial de matérias-primas; • a A.L. contribui para a diminuição do efeito da lei tendencial da queda da taxa de lucro.
Industrialização e Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • A A.L. deve mudar seu foco: de orientada para o setor externo deve orientar-se para dentro de suas economias; • A industrialização é vista como meio necessário para o desenvolvimento e para libertar-se da relação de dependência; • Industrialização é o único meio para capturar os frutos do progresso técnico e elevar progressivamente o nível de vida da população; • A exportação de bens primários é fundamental para financiar a industrialização; • Defende um comércio exterior ativo para a América Latina; • Defende que a industrialização na A.L. deve ser complementar às indústrias existentes nos países industrializados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os salários baixos das economias dependentes (em grande parte devido ao seu caráter exportador), aliado ao consumo das camadas superiores estar voltado às importações, fez surgir, no máximo, o surgimento de uma indústria fraca. • Defende a industrialização como fundamental para o desenvolvimento da A.L. • A economia exportadora é uma etapa para a industrialização; • Há uma nova hierarquização da economia capitalista mundial e uma redefinição da divisão internacional do trabalho.

Sem ter o propósito de ser conclusivo, o quadro-síntese buscou comparar também os pontos de convergência e de divergência entre ambos os autores. Pode-se afirmar, com base nas informações acima, que apesar de diferirem no método e na ideologia, e apesar de não serem exatamente contemporâneos, são muitos os pontos em que convergem, ratificando a diversidade e ao mesmo tempo a unicidade de pensamento destas importantíssimas escolas do pensamento latino-americano.

REFERÊNCIAS

- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: Dependência e Integração*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1992.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro 1, Volume I. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988).
- PREBISCH, RAUL. *O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas ("el manifiesto")*. Comisión Económica para América Latina e el Caribe, 1948.



CRESCIMENTO ECONÔMICO, PROGRESSO TÉCNICO E DESIGUALDADE SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DE MARINI E OLIVEIRA

Rafael Rodrigo Mueller
Deise Luiza da Silva Ferraz

INTRODUÇÃO

Pensadores brasileiros, ao longo do século XX, buscaram explicar o desenvolvimento econômico e social do país. Recorrendo a distintas disciplinas construíram algumas hipóteses que nos servem de referência hodiernamente. Algumas teorias mantêm poder explicativo, outras de menor robustez, nos descrevem determinado momento histórico, quando as possíveis formas de transmutar o Brasil de país do futuro a país do presente ou a demonstração das determinantes que impossibilitavam tal transformação eram tema de embates teóricos contundentes. Vários nomes podem ser incluídos nessa arena que, diga-se de passagem, ganha contornos genuinamente brasileiros com as teses de Buarque de Holanda e Gilberto Freire.

Contribuindo para consolidar o espaço de disputa, é possível arrolar nomes como os de: Florestan Fernandes, Anísio Teixeira, Álvaro Vieira Pinto, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Maurício Tragtenberg, Guerreiro Ramos, Milton Santos, Otávio Ianni, Paulo Freire, Fernando Henrique Cardoso, Ruy Mauro Marini, Francisco de Oliveira, dentre outros tanto.

No campo do debate econômico, uma teoria foi, concomitantemente, aceita e rechaçada com tamanha voracidade que, em pleno século XXI é impossível descartá-la da história do pensamento brasileiro, e de reconhecer o quão profícuo foram os argumentos

levantados a favor ou contra ela. Trata-se da teoria da dependência. A tese de Fernando Henrique Cardoso tem um mérito irrefutável, ela polemizou o campo e, outros pensadores, buscando demonstrar os seus pontos fracos, construíram um legado que se faz atual, a despeito dos mais de trinta anos que separam aquele Brasil do contemporâneo. Destacamos, dentre esses pensadores as contribuições de dois em especial: Ruy Mauro Marini e Francisco de Oliveira. Ambos, em trabalhos individuais, criticaram a teoria da dependência e elaboraram argumentos explicativos que demonstram a particularidade do movimento de acumulação do capital nos países ditos dependentes, ressaltando dessa particularidade os elementos determinantes da produção da riqueza em concomitância com a produção de um grande hiato na distribuição da mesma entre as classes. O pensamento de Marini e o de Oliveira permitem, portanto, compreender o Brasil do século XXI: sexta maior economia do mundo e o segundo pior índice de Gini da América Latina – e um dos piores do mundo, segundo a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL).

O índice de Gini representa o grau de disparidade na distribuição da riqueza produzida em um país (0,576 em 2009). No Brasil, essa disparidade pode ser verificada, também, pelo tamanho da superpopulação consolidada, essa camada extremamente pauperizada da classe trabalhadora, conforme conceito marxiano discutido no texto. Para adiantar a explanação quantitativa desse grupo, aceita-se os critérios de pauperidade utilizados por institutos internacionais: são aproximadamente 18% da população brasileira que vive com menos de dois dólares por dia (CEPAL).

A partir das discussões feitas por Oliveira e Marini, podemos afirmar que o tamanho dessa superpopulação está relacionado com o modo específico de desenvolvimento econômico brasileiro, que se sustenta na chamada superexploração da força de trabalho, possibilitada pela aplicação tecnológica das ciências no processo produtivo e no desregramento da distribuição democrática dos fundos públicos entre os componentes de criação de antivalores e antimercadorias, sendo que ao privilegiar o primeiro não apenas penaliza a classe trabalhadora pela não desmercantilização da força de trabalho como também intensifica a criação daquele estrato populacional.

Defende-se esta tese em função da elaboração de estudos sobre os pensamentos de Marini e Oliveira, que se complementam, embora não seja de conhecimento público que os autores tenham debatido seus escritos, tampouco produzido estudos em conjunto, de modo que, apesar da força de seus argumentos, eles não abarcam a totalidade – como é de se esperar de qualquer teoria. Contudo, o potencial explicativo totalizante pode emergir da elaboração sistemática de um diálogo entre ambos, respaldado pelas colocações de Karl Marx. Destarte, o objetivo deste texto é recuperar o pensamento de Ruy Mauro Marini e de Francisco de Oliveira, buscando, pela aproximação de seus escritos, sobrelevar os múltiplos determinantes causais do desenvolvimento econômico e social desigual que caracteriza o Brasil, expostos no parágrafo anterior. Desta feita, trata-se de um objetivo simplório, mas que intenta sistematizar um conjunto de explicações com potencialidades de tensionar inúmeros questionamentos no embate sobre crescimento econômico e desenvolvimento social.

Para a consecução do objetivo, a linha argumentativa inicia-se com a apresentação do pensamento de Marini, sobretudo no que tange a superexploração da força de trabalho e o progresso técnico. Na continuidade, ressalta-se o papel do Estado Capitalista enquanto agente operante de uma distribuição desigual do fundo público, conforme explanação de Oliveira. Por fim, uma sistematização dos argumentos compõe as considerações finais desse trabalho.

1. O PENSAMENTO DE MARINI: A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E O PROGRESSO TÉCNICO

Marini, no livro *Dialética da Dependência*, demonstra que o desenvolvimento dependente é o resultado do próprio movimento global da acumulação do capital e, em função disso, toma formas particulares de manifestação conforme expandem-se as esferas da produção e da circulação de mercadorias. Em uma análise bastante acurada da realidade brasileira do século passado, o autor defende a seguinte tese:

Pois bem, o que se pretende demonstrar no meu ensaio é, primeiro, que produção capitalista, ao desenvolver a força produtiva do trabalho, não suprime, mas acentua a maior exploração do trabalhador e, segundo, que as combinações de formas de exploração capitalista se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma forma determinada. [...] a maior ou menor incidência das formas de exploração e da configuração específica que elas assumem modificam qualitativamente a maneira como incidem ali [nas economias nacionais dependentes] as leis de movimento do sistema e, em particular, a lei geral da acumulação do capital. (MARINI, 2000, p. 160-164)

O autor salienta que a posição dos países em desenvolvimento na relação com os países de capitalismo avançado permite que: 1) as técnicas que oportunistam o aumento da produtividade do trabalho sejam implantadas nos primeiros a despeito da efetivação ou não da taxa decrescente de lucro, resultando em acréscimo na apropriação da mais valia relativa e; 2) o desenvolvimento das forças produtivas nos países desenvolvidos torna determinadas mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho, portanto, compondo o valor da mesma, contudo, nos países em desenvolvimento, as mesmas mercadorias circulam na esfera do consumo suntuoso, não atingindo a classe trabalhadora mais empobrecida e, portanto, fixando o valor da força de trabalho abaixo do seu valor real. Assim, embora no momento histórico tais necessidades estejam desenvolvidas, elas não constituem o valor da força de trabalho, fazendo-o que sua remuneração esteja aquém do valor real da mercadoria e elevando a produção de mais valia absoluta. Posto isso, Marini afirma que o desenvolvimento do modo de sociabilidade capitalista, no Brasil, ocorre por meio do que ele chama de superexploração do trabalho.

Pretende-se, com base na discussão acima, explicitar os nexos causais que relacionam teoricamente Marx e Marini sendo que esse último considera que o aumento da intensificação do trabalho a partir do progresso técnico – ou a ‘aplicação tecnológica das ciências’ conforme Marx –, gera um aumento na produção de mais-valor, obtida por meio de uma maior exploração do trabalhador

a qual irá influenciar necessariamente na redução do preço pago pela força de trabalho (bens-salários). Nesse caso:

Incidindo sobre uma estrutura produtiva baseada na maior exploração dos trabalhadores, o progresso técnico tornou possível ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar a sua produtividade e, simultaneamente, manter a tendência a remunerá-lo em proporção inferior a seu valor real. (MARINI, 2000, p. 147)

No que se refere à redução dos salários a partir da aplicação tecnológica da ciência na produção, Marx afirma que o revolucionamento do instrumental do trabalho com a introdução definitiva da máquina automatizada na produção exigiu “a substituição da força humana por forças naturais, e da rotina empírica, pela aplicação consciente da ciência” (MARX, 2003, p.442). Juntamente com a diminuição da força física necessária à produção capitalista, há um aumento do contingente de força de trabalho que passa a operar a máquina, ampliado particularmente por mulheres e crianças e que, conseqüentemente, reduz o valor da força de trabalho paga aos trabalhadores.

Outra consequência imediata da produção automatizada sobre o trabalho vivo é o prolongamento da jornada de trabalho: ao aumentar a produtividade do trabalho vivo, diminuindo o tempo necessário à produção de uma mercadoria, o capital prolonga para além da extensão dos limites físicos humanos a jornada de trabalho, possibilitando maior extração de mais-valia relativa. “A máquina produz mais-valia relativa diretamente, ao depreciar a força de trabalho; indiretamente, ao baratear as mercadorias que entram na produção dessa força” (MARX, 2003, p. 464). O barateamento da mercadoria por meio da máquina automatizada só é possível pelo prolongamento da jornada de trabalho, ou seja, “quanto maior o período em que funciona, tanto maior a quantidade de produtos em que e reparte o valor transferido pela máquina, e tanto menor a porção do valor que acrescenta a cada mercadoria em particular” (MARX, 2003, p.461).

Marx demonstra ainda que a partir da inserção da maquinaria automatizada na produção capitalista, que possibilitou o

prolongamento da jornada de trabalho, este fator torna-se preponderante no estabelecimento de limites, em termos de jornadas diárias de trabalho, para a classe trabalhadora oprimida pelo controle da máquina automatizada, afirmação corroborada por Marini que constata:

A redução do tempo total de trabalho que o operário necessita para produzir uma certa massa de mercadorias permite ao capital, sem estender a jornada legal e inclusive reduzindo-a, exigir do trabalhador mais tempo de trabalho efetivo e portanto uma massa superior de valor. (MARINI, 2000, p. 162)

Ao limitar as horas diárias de trabalho, a mesma máquina que prolongava a jornada de trabalho até a exaustão da classe trabalhadora, irá agora intensificar a produtividade da força de trabalho dentro dos limites legalmente permitidos. Nesse caso:

A redução da jornada cria de início a condição subjetiva para intensificar o trabalho, capacitando o trabalhador a empregar mais força num tempo dado. Quando essa redução se torna legalmente obrigatória, transforma-se a máquina nas mãos do capital em instrumento objetiva e sistematicamente empregado para extrair mais trabalho no mesmo espaço de tempo. É o que se obtém de duas maneiras: aumentando a velocidade da máquina e ampliando a maquinaria a ser vigiada por cada trabalhador, ou seja, seu campo de trabalho (MARX, 2003, p.470)

Há uma necessidade vital por parte do capital em ampliar o seu domínio sobre as aplicações tecnológicas da ciência no intuito de, primeiramente, intensificar a produtividade do trabalho vivo através de trabalho morto e, conseqüentemente, buscar a redução dos custos gerais de produção, o que irá incidir necessariamente sobre o preço pago pela força de trabalho ocasionando o aumento da exploração dos trabalhadores, como afirma Marini:

Incidindo sobre uma estrutura produtiva baseada na maior exploração dos trabalhadores, o progresso técnico tornou possível ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do

operário, elevar a sua produtividade e, simultaneamente, manter a tendência a remunerá-lo em proporção inferior a seu valor real. (MARINI, 2000, p. 147)

No momento em que Marx observava e constatava a inserção e o desenvolvimento histórico da máquina automatizada na produção capitalista, as condições materiais em termos de possibilidades acerca das aplicações tecnológicas da ciência na produção capitalistas estavam centradas no aumento incisivo de trabalho morto (máquina), o que acarretava a redução quantitativa (em números absolutos) da intervenção do trabalho vivo nessa mesma produção. Conforme o próprio Marx (MARX, 2003, p.476):

Não existe a menor dúvida de que a tendência do capital, com a proibição legal definitiva de prolongar a jornada de trabalho, é de compensar-se com a elevação sistemática do grau de intensidade do trabalho e de converter todo aperfeiçoamento da maquinaria em meio para absorver maior quantidade de força de trabalho.

O movimento histórico de tal perspectiva analítica detectada por Marx é objetivado pela tendencial queda da jornada diária de horas trabalhadas na produção capitalista, chegando no século XX, em alguns países tecnologicamente mais desenvolvidos e particularmente no período determinado pelo *Welfare State*, a aproximar-se das somente seis horas. Porém, tal empreitada só é possível graças um grupo de trabalhadores responsável somente pela organização, controle e aperfeiçoamento do processo de produção e que tem a máquina como o autômato central: mecânicos, engenheiros, químicos, gestores etc. e todo um grupo de trabalhadores que materializam a intrínseca aplicação tecnológica da ciência no seio da produção capitalista.

A separação entre as forças intelectuais do processo de produção e o trabalho manual de transformação delas em poderes de domínio do capital sobre o trabalho se tornam uma realidade consumada [...] na grande indústria fundamentada na maquinaria (MARX, 2003, p.483).

Mais à frente, Marx complementa sua afirmação quando demonstra que a produção capitalista orientada pela máquina automatizada necessita de um controle em termos de disciplina-

mento da força de trabalho, no sentido de ‘homogeneizar’ a massa ‘heterogênea’. Nesse caso, o trabalho vivo não só se subordina ao trabalho morto, mas também ao próprio trabalho vivo: “[...] desenvolve-se plenamente o trabalho de supervisão [...], dividindo-se os trabalhadores em trabalhadores manuais e supervisores de trabalho, soldados rasos e em suboficiais do exército da indústria” (MARX, 2003, p. 484).

A consequência de tal nível de exploração da força de trabalho é a sua revolta perante a máquina, vendo nela o fundamento do modo capitalista de produção. Desde o período manufatureiro até a efetiva inserção da máquina automatizada na produção, a Europa presenciou um sem número de levantes dos trabalhadores frente à exploração do trabalho vivo no processo produtivo, no que culminam, no século XIX, com a destruição de máquinas na Inglaterra por grupos de trabalhadores. Essa condição propicia o acirramento exponencial da contradição existente entre o capital e o trabalho, sendo o primeiro o algoz do segundo, minimizando permanentemente a interferência do trabalho vivo na produção capitalista e, conseqüentemente, ampliando em demasia o exército de reserva: a massa de trabalhadores privados de produzirem sua existência por meio do trabalho assalariado em função de seu descarte propiciado pela máquina automatizada.

Ao analisar, no capítulo XIII, o item 6, a teoria da compensação para os trabalhadores desempregados pela máquina, onde contesta de maneira objetiva o suposto ‘otimismo’ desenvolvido pelos economistas burgueses (Stuart Mill, Senior, Torrens, McCulloch, James Mill), Marx desenvolveu uma de suas principais assertivas no que se refere à aplicação tecnológica da ciência na indústria capitalista, conseguindo identificar, a partir de tal afirmação, a compreensão entre as consequências sociais da tecnologia sob a tutela do capital e o desenvolvimento tecnológico inerente ao próprio ser social como produtor de seus instrumentos objetivando a supressão de suas necessidades historicamente constituídas:

A maquinaria, como instrumental que é, encurta o tempo de trabalho; facilita o trabalho; é uma vitória do homem sobre as forças naturais; aumenta a riqueza dos que realmente produzem; mas, com sua aplicação capitalista, gera resul-

tados opostos: prolonga o tempo de trabalho, aumenta sua intensidade, escraviza o homem por meio das forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores (MARX, 2003, p.503).

Marx fornece os elementos ontológicos necessários para compreender as possibilidades propiciadas pelo avanço sistemático da inserção de tecnologia na sociedade, porém, diferenciando as suas reais consequências a partir do modo de produção capitalista.

Constatou-se no século XX, com maior prevalência em suas últimas três décadas, e em pleno século XXI, a possível retomada e potencialização pelo capital, por meio das aplicações tecnológicas da ciência, de um estágio anterior ao desenvolvimento e implementação da máquina na produção, nesse caso, o do trabalho cooperado. A ênfase doravante não se encontra na intensificação da relação homem-máquina, mas na intensificação da valorização do valor via trabalho cooperado possibilitado por meio de inovações organizacionais e do controle subjetivo da força de trabalho, elemento que, guiado pela própria lógica do capital, perpetua a exploração dos trabalhadores e consequentemente contribui para o manutenção do exército de reserva.

Certos níveis de controle que o capital necessita para extrair mais valia-relativa, por meio da intensificação do trabalho em um tempo dado, já estão presentes na obra *O Capital*, como por exemplo, o controle de mais de uma máquina para cada trabalhador. Aqui, a ideia de multifuncionalidade, que foi relacionada historicamente aos princípios do sistema de produção toyotista, é utilizada à exaustão pelos capitalistas já no século XIX.

Verifica-se que o prenúncio das condições materiais para a teoria da superexploração dos trabalhadores feita por Marini, tendo em vista o desenvolvimento científico-tecnológico, encontra seus alicerces teóricos n'*O Capital*. Uma síntese primordial dessa constatação se encontra em um documento produzido por Lord Ashley e transcrito por Marx n'*O Capital*:

O trabalho dos que se ocupam com os processos executados nas fábricas é hoje três vezes maior do que o empregado quando se iniciou esse gênero de operações. Sem dúvida, a máquina tem realizado tarefas que exigiriam a força de milhões de homens, mas multiplicou monstruosamente o

trabalho daqueles que são governados por seus terríveis movimentos. [...] Tenho outro documento que recebi em 1842, mostrando que o trabalho está aumentando progressivamente, não só porque é maior a distância percorrida, mas também porque aumenta a quantidade das mercadorias produzidas, enquanto decresce proporcionalmente o número de trabalhadores; e, além disso, porque se fia uma qualidade inferior de algodão que exige mais trabalho. [...] Uma pessoa realiza hoje o trabalho que antes se dividia por duas. Na seção de tecelagem, onde está empregado grande número de pessoas, principalmente mulheres, o trabalho, nos últimos anos, aumentou de 10% pelo menos, em virtude da maior velocidade das máquinas. (MARX, 2003, p. 471, grifos nossos)

O relato acima transcrito realça a efetiva contribuição da máquina automatizada para o aumento do número de mercadorias produzidas per capita, ao mesmo tempo em que o número de trabalhadores é reduzido em virtude da utilização da mesma (máquina). Tal assertiva está em perfeita consonância com a constatação feita por Marini a partir de sua teoria da dependência que se consubstancia com o desenvolvimento da exploração do trabalho nos países subdesenvolvidos:

O progresso tecnológico caracteriza-se pela economia da força de trabalho que, seja em termos de tempo, seja em termos de esforço, o operário deve dedicar à produção de uma certa massa de bens. É natural então que, globalmente, seu resultado seja a redução do tempo de trabalho produtivo em relação ao tempo total disponível para a produção, o que, na sociedade capitalista, se manifesta através da diminuição da população operária [...] Esta é a forma específica que assume o desenvolvimento tecnológico numa sociedade baseada na exploração do trabalho, mas não a forma geral do desenvolvimento tecnológico. (MARINI, 2000, p. 146)

Temos então, que o desenvolvimento da aplicação tecnológica das ciências na produção capitalista, gera o aumento exponencial da relação homem/mercadoria em um espaço de tempo legalmente limitado, o que acarreta na redução do preço pago pela força de trabalho e no aumento da valorização do valor, pois “a difusão do

progresso técnico na economia dependente avançará então paralelamente com uma maior exploração do trabalhador, precisamente porque a acumulação segue dependendo no fundamental mais do aumento da massa de valor – e em consequência de mais-valia – do que da taxa de mais-valia” (MARINI, 2000, p. 148). Nesse caso, tal proporção só aumenta efetivamente quanto maior for o tempo em que a máquina permaneça produzindo, assim sendo, essa constatação se torna uma das justificativas para a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto na produção capitalista: o trabalho vivo tem sua produção encerrada em seu próprio corpo, pois o limite produtivo do homem é o seu esforço físico, algo que para a máquina não existe, apesar de esta também sofrer desgaste e obsolescência.

A grande dificuldade gerada a partir dessa condição é: como fazer com que se extraia mais produtividade em menos tempo (considerando os limites legais da jornada de trabalho impostos ao capital), sem que o trabalho vivo se rebele contra o trabalho morto, causando uma interrupção no ciclo produtivo contínuo da máquina automatizada? A resposta se encontra tanto no progresso técnico, ou mais propriamente na potencialidade inerente à aplicação tecnológica das ciências, principalmente no avanço das ciências humanas e sociais que contribui sobremaneira, dentro de uma lógica de aplicação capitalista, para a criação de tecnologias que incidem sobre a subjetividade humana, fator que não está diretamente relacionado à máquina, ou as ciências exatas e naturais; como a concorrência intraclasse, em outras palavras, a produção quantitativa do Exército de Reserva (ER)²³ e a intensificação de seu processo de pauperização, tendo em vista que esse funciona como mecanismo ideológico de exploração da força de trabalho.

A produtividade da força produtiva se expressa no *quantum* de trabalho é necessário para por as massas dos meios de produção em movimento para a produção de um determinado produto. Marx considera que os meios de produção são tanto condições quanto consequência para o aumento da produtividade. É condição necessária, por exemplo, o uso de tecnologias poupadoras de força de

23 A discussão sobre o exército de reserva em Marx e parte da problematização dos escritos de Oliveira já foram elaborados em outros trabalhos de Ferraz (2010); Ferraz e Menna-Barreto (2011) e de Ferraz e Mueller (2012).

trabalho vivo; é consequência, o produto – maior quantidade de matéria-prima transformada por essa força de trabalho, conforme já discutido. Percebemos que nesse caso houve uma alteração da composição técnica do capital, ou seja, um montante maior de meios de produção é mobilizado por uma mesma, ou até uma menor, quantidade de força de trabalho. Alterações na composição técnica do capital alteram também sua composição valor: há um acréscimo na relação entre o valor do capital constante e capital variável. Marx exemplifica numericamente que esse acréscimo repercute na demanda por força de trabalho, ou, em outras palavras, na oferta de ‘postos de trabalho’. Assim:

Como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital global, mas por seu componente variável, ela cai progressivamente com o crescimento do capital global, ao invés de, como antes se pressupôs, crescer de modo proporcional com ele. (MARX, 1996, p. 249)

Há, portanto, um decréscimo na taxa de absorção dos trabalhadores em relação à escala de produção do capital global. Tem-se, portanto, que a classe trabalhadora constitui-se por um exército ativo e um exército de reserva.

A lógica exposta por Marx sobre a ampliação/redução do exército de reserva considera que a variação está intrinsecamente relacionada aos ciclos econômicos de expansão ou retração do capital. Meneleu Neto (1998) realiza uma leitura contemporânea desta relação e menciona que, no neoliberalismo, essa lógica não se reproduz diretamente, visto que há uma reposição invertida do exército de reserva proporcionada pela introdução da tecnologia de base microeletrônica, que, ao possibilitar uma fase de ascendência de acumulação do capital, não efetuou a retração daquele.

O movimento de acumulação está em correspondência com o movimento de centralização do capital e, esse, encontra na concorrência e no crédito sua alavanca. Não nos cabe adentrar aqui na discussão desses fatores, apenas sumariamente evidenciar que: 1) o crédito, em seus primórdios, auxiliava na acumulação, torna-se uma “nova e temível arma na luta da concorrência e finalmente se transforma em enorme mecanismo social para a centralização dos

capitais” (MARX, 1996, p. 258); e, 2) a centralização do capital é impulsionada pela concorrência entre os capitalistas, e esta é mediada pelo barateamento das mercadorias, que por sua vez, dependem da produtividade do trabalho. Assim, nas palavras de Marx (1996a, p. 259):

[...] a centralização assim reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho [vivo].

Em suma, os processos de acumulação e de centralização do capital expandem a acumulação do mesmo e acarretam na produção de um excedente de força de trabalho. O excedente de trabalhadores, Marx denomina de exército de reserva, ou a superpopulação relativa.

[...] a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente *supérflua* ou *subsidiária*, ao menos no que concerne às necessidades de aproveitamento por parte do capital. [...] As oscilações do ciclo industrial recrutam a superpopulação e tornam-se os mais enérgicos agentes de sua reprodução (MARX, 1996, p. 261-3).

O exército de reserva, em Marx, é um conceito que expressa a existência de um contingente populacional que constitui a classe trabalhadora e que possui uma determinada funcionalidade no movimento de valorização, mesmo não incorporando, de forma estável e ‘direta’, trabalho vivo no processo produtivo. Como destaca Viana (2006), para Marx, sob o modo de produção capitalista, o exército de reserva coincide com a superpopulação relativa. Ainda segundo o autor, toda forma de organização social possui um *quantum* populacional considerado excedente, mas sob o sociometabolismo do capital essa superpopulação possui uma funcionalidade estrutural, por este motivo, as definições podem ser consideradas sinônimos.

A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à *ociosidade forçada* em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social (MARX, 1996, p. 256-7).

Como já discutido, *o adequado*, abstraindo as mobilizações sociais, é regulado pelo próprio mecanismo de acumulação do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Ao comentar a discussão do exército de reserva n’*O Capital*, Gorender (1996, p. 42) menciona que este “representa elemento estrutural indispensável ao modo de produção capitalista e daí sua incessante reconstituição mediante introdução de inovações técnicas [...]”. O autor segue afirmando que o exército de reserva apresenta, em Marx, duas importantes funções, quais sejam:

O exército industrial de reserva funciona como regulador do nível geral de salários, impedindo que se eleve acima do valor da força de trabalho ou, se possível e de preferência, situando-o abaixo desse valor. Outra função do exército industrial de reserva consiste em colocar à disposição do capital a mão-de-obra suplementar de que carece nos momentos de brusca expansão produtiva, por motivo de abertura de novos mercados, de ingresso na fase de auge do ciclo econômico etc. (GORENDER, 1996, p. 42).

Ou, conforme palavras de Marx (1996a, p. 270):

O capital age por ambos os lados ao mesmo tempo. Se por um lado, sua acumulação multiplica sua demanda de trabalho, por outro multiplica a oferta de trabalhadores mediante sua “liberação”, enquanto, ao mesmo tempo, a pressão dos desocupados força os ocupados a porem mais trabalho em ação [...]

Assim, Ferraz (2010, p. 77-78) afirma a funcionalidade do exército de reserva para o processo de produção, acumulação e centralização do capital:

[...] a superpopulação relativa é, concomitantemente, uma *produção necessária* para o movimento de acumulação, *um mecanismo que alavanca* a valorização do capital e a *própria condição de existência* do modo de produção capitalista. *Produção necessária* porque ao capital é imprescindível à existência do recurso trabalho em abundância, mercadoria sempre à disposição que permite, via concorrência, a intensificação do aumento da mais-valia absoluta e relativa – *mecanismo que alavanca* –; sem a existência desse contingente de trabalhadores disponíveis, o exército ativo teria a possibilidade concreta de eliminar a expropriação da mercadoria força de trabalho inviabilizando a realização do lucro, reside aí, a manifestação do ER como *condição de existência* do modo de produção capitalista.

Em resumo, defende-se que o grau de exploração do trabalho não deve ser considerado apenas segundo as condições regionais, mas sim em parâmetros mundiais, pois é dessa forma que ocorre a acumulação do capital. Nesse sentido, a superexploração é para Marini o resultado da relação entre o aumento da produtividade do trabalho social e da remuneração da força de trabalho abaixo “de seu valor real” nos países onde essa produtividade é implantada e não desenvolvida (MARINI, 2000, p. 160). Nas palavras do autor:

Em outras palavras, não podendo estender aos trabalhadores a criação de demanda para os bens suntuários e orientando-se na realidade para a compreensão salarial, que os exclui de fato desse tipo de consumo, a economia industrial dependente não só teve que contar com um imenso exército de reserva, como se obrigou a restringir aos capitalistas e a camadas médias altas a realização das mercadorias de luxo (MARINI, 2000, p. 149).

Sob o ponto de vista do capital privado é possível compreender o mecanismo da superexploração do trabalho, resta agora, observar como ele se relaciona com a esfera pública e com o fundo público. Para tanto, recorremos a Francisco de Oliveira

2 O PENSAMENTO DE OLIVEIRA: A DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL DO FUNDO PÚBLICO

Francisco de Oliveira, que em sua análise sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro, sobretudo no livro *Crítica a Razão Dualista*, afirma que as medidas de incentivo à industrialização no país necessitavam encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento industrial e o desenvolvimento capitalista no campo. Não entraremos nos pormenores da explicação do autor, destacamos apenas dois pontos: 1) as medidas liberaram mão-de-obra excedente para os meios urbanos, ou seja, a migração da superpopulação latente à superpopulação fluente e estagnada dos setores industriais e do comércio, atendendo a necessidade do capital no que tange a possibilidade da prática da superexploração, como evidenciou Marini. E, 2) o estabelecimento do salário mínimo, ao invés de proteger os interesses dos trabalhadores, estava pautado em necessidades básicas e freava a lei da oferta e procura pela mercadoria força de trabalho, oportunizando assim, o que Marini chamou de superexploração do trabalho.

Consideramos que o fundo público no Brasil, se por um lado opera na superexploração do trabalho em função de sua não utilização enquanto criador de antimercedorias, por outro, impactou na constituição de um mercado de crédito para o acesso aos bens suntuosos e, deste modo, realimenta a superexploração. Vejamos.

Oliveira (2003) explica que o movimento de acumulação de capital, após a década de 1930, carece de um elemento estrutural que não se comporta como capital. Trata-se do fundo público, que opera enquanto produtor de antivalores e antimercedorias. Para o autor o fundo público é um valor monetário que, incorporado no processo de valorização dos capitais privados, não se valoriza, mas alavanca a valorização dos mesmos. Assim, a famosa fórmula D-M-D toma a forma de antiD-D-M-antiD-D'. O acesso ao fundo público possibilita, portanto que capitais particulares tenham taxas de lucros particulares em relação ao setor de atuação, efetivando-se uma concorrência desleal, e por via de consequência, impulsiona o movimento de centralização do capital e, como já vimos o processo

de pauperização da classe trabalhadora. Todavia, sem esse fundo, Oliveira menciona que o capital não teria potência para sua própria valorização, sobretudo, em setores de tecnologias avançadas.

O fundo público também possibilita a desmercantilização de parte da força de trabalho. Essa desmercantilização ocorre pelo fornecimento dos serviços sociais pelo Estado. Saúde, educação, tarifas de transporte coletivo etc., nos países da OCDE, deixaram de ser parâmetro para a constituição do valor da força de trabalho, tendo em consideração que o acesso a esses bens ocorria por meio da aplicação do fundo público, o que não é sinônimo de eliminá-los da cesta de produtos necessários a reprodução da força de trabalho. Assim, o investimento do fundo para o desenvolvimento das forças produtivas (antivalor), sobretudo, para o aumento da produtividade do trabalho, possibilitou que o *mix* de bens que compõem as mercadorias necessárias para a reprodução da força de trabalho, nesses países, fosse composto por bens suntuosos que se converteram em bens populares e, por bens básicos que circulavam na esfera dos investimentos do fundo público em gastos sociais. Nesse ínterim, o valor da força de trabalho era assim elevado, ao mesmo tempo em que era subsidiado.

Assim tem-se o fundo público operando de forma estrutural no movimento de produção e acumulação de capital. Por um lado, de forma direta e particular, alterando taxas de lucro, de outro, de modo ampliado, aumenta a taxa de mais valia, ao reduzir o valor da força de trabalho.

Ao relacionar as colocações de Marini com as de Oliveira, temos que, nos países em desenvolvimento o valor da força de trabalho não compreende os bens que compõem a cesta de mercadorias necessárias para a satisfação das necessidades históricas dos trabalhadores que as forças produtivas sociais já são capazes de satisfazer. Se nos países desenvolvidos, sobretudo os que viveram o Estado do Bem Estar Social (*Welfare State*), o valor da força de trabalho é reduzido pelo processo de desmercantilização (subsídio) operado pelo fundo público sem o prejuízo do consumo, nos países em desenvolvimento, a força de trabalho é remunerada abaixo do seu valor em função de um desequilíbrio na função desse elemento estrutural.

Considerando apenas o período histórico pós-Constituinte de 1988, observamos o fundo público operando majoritariamente enquanto criador de antivalor, a despeito de ter sido aquela um marco simbólico importante para a universalização de alguns direitos, em outras palavras, o acesso gratuito a algumas mercadorias, como educação e saúde.

A ação do fundo público enquanto alavanca de acumulação do capital pode ser observada pelas inúmeras políticas de crédito levada a efeito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), pelas privatizações, pelas isenções fiscais decorrentes das disputas estaduais por plantas produtivas de capital estrangeiro, sem mencionar pela liberdade de movimentação do capital financeiro e os resgate de dívidas de empresas que decretaram falência, conforme destaca Fattoreli (2011). Por sua vez, é factível que as antimercadorias, que deveriam ter se constituído por meio do fundo público, não possuem a extensão necessária para suprir as demandas dos trabalhadores. Educação e saúde, por exemplo, compõem um campo para o setor privado, que novamente, sendo subsidiado pelo fundo público, fez da suposta antimercadoria uma mercadoria que compõem a cesta básica dos trabalhadores mais especializados.

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) isenta centenas de empresas privadas em troca de algumas vagas nos bancos escolares universitários. Estudos demonstram o quanto o capital injetado nessas instituições permitiu a inversão do quadro deficitário (HOPFER, 2011). Considerações similares podem ser realizadas para o quesito saúde.

As conquistas sociais obtidas na Constituição de 1988, fruto da maior participação das organizações populares e sindicais possibilitada pelo processo de redemocratização, não puderam resistir aos objetivos mais implícitos das reformas, cujo discurso da racionalização e modernização administrativa escondia os verdadeiros motivos das mudanças processadas, [...], desimpedimento da realização do capital e favorecimento de sua penetração direta em áreas, anteriormente, sob responsabilidade do Estado. (PANIAGO, 2007, p. 02)

O argumento, sendo posto dessa forma, tende a demonstrar que a força de trabalho no Brasil deveria ser superior ao dos países desenvolvidos, por não ser subsidiada, todavia, resta lembrar dois mecanismos que possibilitam a baixa remuneração: a existência da superpopulação relativa consolidada e o setor de crédito.

O fato de um grande estrato da população fazer parte da superpopulação estagnada, aos quais tanto a educação básica quanto a saúde (sem entrar no quesito qualidade) encontra-se à disposição, permite a oferta de alguns componentes das cestas das mercadorias do trabalhador do exército ativo a um custo baixo, como é o caso dos serviços de limpeza, manutenção, cuidado das crianças etc. A transferência dessas atividades a terceiro, permite a expansão da jornada de trabalho e, por consequência, do aumento da mais valia absoluta.

Os trabalhadores do exército ativo que estão alocados nos setores dinâmicos da economia ou em suas franjas possuem a sua disposição o crédito. Assim, a circulação das mercadorias que compõem a cesta é alavancada seja por meio do fundo público (financiamentos para compra de imóveis ou veículos) como pela iniciativa privada financeira que encontra no Brasil os mais altos juros para especulação. A dependência do crédito impõe a esses trabalhadores a intensificação da produtividade, por via de consequência, o aumento da taxa de mais valia.

Sem explorar de forma mais sistemática, podemos considerar que no Brasil, o fundo público opera como antivalor e, no que concerne a criação de antimercomodias, sua produção restringe-se ao atendimento das populações mais pauperizadas, sendo que essas fornecem o barateamento da força de trabalho do exército ativo, demonstrando a permanência da superexploração, em ambos os casos. No primeiro, de forma indireta, pois se trata do trabalho vivo de um estrato populacional agindo na valorização do valor por meio do barateamento da força de trabalho (seja enquanto oferta em abundância, seja por meio da prestação de serviços a custos reduzidos), no segundo caso, de forma direta, pois se trata da remuneração abaixo do valor. Conforme já destacava Marini:

É por essa razão que a chamada marginalidade social não pode ser tratada independentemente no modo como se entrelaçam

nas economias dependentes o aumento da produtividade do trabalho, que se deriva da importação de tecnologias, com a maior exploração do trabalhador, que esse aumento da produtividade torna possível. (MARINI, 2000, p. 160-164)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resgate do pensamento de Marini e Oliveira permite algumas considerações relevantes quanto ao crescimento econômico brasileiro das últimas duas décadas, do progresso técnico ou da aplicação do mesmo nos processo produtivo e a permanência da desigualdade social no país.

Recentemente, em discussão com alunos de graduação acerca da desigualdade brasileira, usando como técnica pedagógica a exibição do curta-metragem *Ilha das Flores*, foi uma constante a transferência da culpa das condições de pauperização de uma parcela de brasileiros aos políticos corruptos, a gestão da coisa pública no país. Não que eles sejam isentos de responsabilidade, mas ela não se manifesta tão somente pelo comportamento antiético de nossos representantes. Essa é a manifestação aparente do fenômeno. Na análise da concretude das relações sociais e, nesse caso, política, percebe-se que tal *modus operandi* é proporcionado pelo posicionamento arraigado do Estado brasileiro enquanto representante dos interesses de determinados grupos econômicos privados. A destinação do fundo público, sem regras claras e específicas, para o estabelecimento de parcerias entre Estado-Empresas abre um campo de possibilidades de desvios morais não controláveis socialmente. Deste modo, a inexistência de políticas de Estado que determinem as regras de acessibilidade ao fundo público não é algo ilegal, mas a base para a ilegalidade.

Alem disso, na luta entre as classes, a capitalista possui mais recursos para se beneficiar do fundo público e desta maneira investir em tecnologias para o aumento da produtividade, o que em concomitância produzirá a intensificação da força produtiva do trabalho. Exemplo disso é a reestruturação produtiva, que tem a implantação das empresas de automobilismo no Brasil nas décadas de 1990 e 2000 sua forma mais concreta de manifestação, que receberam diversos investimentos e empregam um número cada

vez menor de trabalhadores, aumentando relativamente o exercito de reserva. As consequências de tais investimentos são: a superexploração da força de trabalho mediante o aumento da jornada de trabalho e a redução do preço pago pela mesma, fatores que irão incidir diretamente sobre a intensificação da produção de mais-valia relativa, conforme Marini (2000, p. 121-122):

Para incrementar a massa de valor produzida, o capitalista deve necessariamente lançar mão de uma maior exploração do trabalho, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois procedimentos.

Destarte, a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação da parte do trabalho necessário ao operário para a reposição de sua força de trabalho, denotam um modo de produção alicerçado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva.

Concluindo, pode-se afirmar que o crescimento econômico brasileiro vem sendo efetivado em função do progresso técnico (importado) e da superexploração. Em suma, é o Estado que possibilita ambos os movimentos, fato que certamente contribui para compreendermos como as medidas sociais compensatórias não conseguem reduzir a desigualdade social, visto que as primeiras (as políticas do Anti-D) produzem mais do que as últimas conseguem efetivamente ‘digerir’.

REFERÊNCIAS

FATTORELI. **Comunicação Oral**. Disponível em <http://www.slideshare.net/srcorrea/ufrgs-conjunturanacionalinternacionalea-previdência> - acessado em 12 de jan. de 2012.

FERRAZ, Deise Luiza da Silva. **Desemprego, exército de reserva, mercado formal-informal: rediscutindo categoria**. Tese de doutorado pela UFRGS, 2010. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/22741>

FERRAZ, D. L. S.; MENNA BARRETO, João. “Exclusão e Inclusão: em Pauta a Categoria Exército de Reserva e Cidadania”. Anais do **Congresso Internacional da Associação Latino Americana de Sociologia**, 2011, Recife. XXVIII ALAS, 2011. v. 1. p. 1-17.

FERRAZ, Deise Luiza da Silva; MUELLER, Rafael Rodrigo. **Assistencialismo e Protagonismo Popular: Relações Necessárias para a Erradicação da Pobreza?** Groupe Interuniversitaire et Interdisciplinaire de Recherche sur L'Emploi, La Pauvreté et La Protection Sociale (GIREPS) Mimeo, 2012.

GORENDER, Jacob. Introdução. In: MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

HOPFER, Katia Regina. **Estado Capitalista e Estratégias de Gestão de Instituições de Ensino Privadas: O Prouni como Política Social e Como Asseguramento da Acumulação do Capital**. Tese de Doutorado pela Universidade Federal do Paraná, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

_____. **O Capital: crítica da Economia Política**. Livro I. vol. I. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MENELEU NETO, José. Desemprego e Luta de Classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, Francisco José soares; OLIVEIRA, Manfredo Araújo. (Org.). **Neoliberalismo e Reestruturação**

Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1998, v. 1, p. 7-252.

PANIAGO, Maria Cristina S. **A reforma do estado no Brasil e a relação público e privado – do que se trata?** 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), Foz de Iguaçu, 2007. Disponível em: <<http://www.critinapaniago.com/textos>>. Acesso em: 28 de julho de 2011.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à Razão Dualista e o Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Os Direitos do antivalor:** a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

VIANA, Nildo. A Teoria da População em Marx. In: **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 16, n. 11/12, p. 1009-1023, nov./dez. 2006.



A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: algumas evidências da atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini

*Lenina Formagi
Eliete Maceno Novak
Eugênia Picone
Taiane Dagostin Darós*

Introdução

Segundo Arrighi (1997), no capitalismo os Estados não podem todos desenvolver-se, uma vez que o sistema funciona devido à existência de regiões desiguais, que são caracterizadas por ele por zonas de periferia, semiperiferia e de núcleo orgânico, e por Marini, como centro e periferia. Ainda segundo o autor, a troca desigual é apenas um dos vários mecanismos de desigualdade, sendo importantes outros dois: a transferência unilateral de mão-de-obra e de capital o que ocasiona a polarização das hierarquias de riqueza, poder e bem-estar mundiais.

O papel da América Latina nesse desenvolvimento desigual entre Estados é uma das bases de investigação de Ruy Mauro Marini para entender a superexploração do trabalho na região, que ocorreria basicamente através de três mecanismos: intensificação do trabalho, prolongação da jornada de trabalho e expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho.

O objetivo deste artigo é discutir as consequências da superexploração do trabalho no Brasil, resgatando e utilizando como referência o conceito estabelecido por Ruy Mauro Marini em sua obra “Dialética da Dependência” (1973). Para isso, divide-se em duas partes, além desta introdução e das considerações finais: a

primeira parte consiste na caracterização geral do conceito da superexploração do trabalho e das contribuições teóricas a respeito do desenvolvimento latino-americano; a segunda parte, por seu turno, traz evidências empíricas da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) entre 1998 e 2010.

Desenvolvimento econômico e a superexploração do trabalho

O entendimento do processo histórico e o rigor na aplicação de categorias marxistas como instrumento de análise e de antecipação do desenvolvimento capitalista são fundamentais para se compreender a análise que Ruy Mauro Marini traça da economia latino-americana. Nesse sentido, a análise acerca da superexploração do trabalho é precedida, necessariamente, por duas outras: a primeira diz respeito à forma como se deu a integração da América Latina ao mercado mundial e a segunda refere-se ao intercâmbio desigual. Vale ressaltar que n'*A Dialética da Dependência*, essa é a estrutura escolhida pelo autor em sua explanação.

No que tange à integração da região ao mercado mundial, a revolução industrial aparece como um marco definitivo nesse processo, pois “é a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho” (Marini, 2000), ao mesmo tempo em que o surgimento e a consolidação da grande indústria só puderam efetivamente ocorrer devido à divisão internacional do trabalho. O curso do desenvolvimento posterior na região será, segundo Marini, determinado por essa estrutura. Segundo ele:

(...) é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe. (Marini, 2000).

A industrialização europeia dependia, em grande medida, da disponibilidade de bens agrícolas em escala suficiente para permitir a especialização na atividade industrial e o crescimento da população urbana ocupada na indústria. Como os países latino-americanos proporcionavam os meios de subsistência agropecuários, aprofundando a divisão internacional do trabalho, os países europeus puderam verificar taxas expressivas de crescimento da classe operária industrial (urbana) e se especializaram como produtores mundiais de manufaturas. Cabe ressaltar, entretanto, que a inserção da América Latina na economia capitalista internacional não se restringiu à oferta de alimentos, mas ampliou-se para o fornecimento de matérias-primas industriais, o que se mostrou ser uma das ‘funções’ mais duradouras da região. Para Marini, é importante reter essa informação pois ela indica que a participação da América Latina foi muito além de facilitar o crescimento quantitativo dos países industriais:

(...) a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta à da mais-valia relativa²⁴, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador.

O deslocamento descrito acima, ocorrido nos países industriais, não pode ser verificado na América Latina, cuja participação ‘coadjuvante’ no processo de mudança assentou-se com base na maior exploração do trabalhador. Segundo Marini, “é este caráter contraditório da dependência latino-americana que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista” (Marini, 2000).

É importante ressaltar, adicionalmente, que o aumento da oferta de alimentos e de matérias-primas, em nível mundial, veio acompanhado da queda dos preços desses produtos em comparação

24 Utilizando as definições dadas pelo próprio Marini (2000), a taxa de mais-valia relativa seria “uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho. (...) Para isto, a redução do valor social das mercadorias deve incidir em bens necessários à reprodução da força de trabalho, isto é, em bens-salários. A mais-valia relativa está ligada indissoluvelmente, então, à desvalorização dos bens-salário, para o que concorre em geral, mas não forçosamente, a produtividade do trabalho” (Marini, 2000).

aos preços dos produtos manufaturados, embora essa depreciação não corresponda à “desvalorização real desses bens, devido a um aumento de produtividade nos países não industriais, já que é precisamente ali que a produtividade se eleva mais lentamente” (Marini, 2000). Ao contrário, o autor argumenta que é justamente o fato de algumas nações produzirem bens que as demais não produzem – ou que não o poderiam fazer com a mesma facilidade – que permite que as primeiras “eludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim um intercâmbio desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devam ceder gratuitamente parte do valor que produzem” (Marini, 2000).

O intercâmbio desigual, nesse sentido, guardaria estreita relação com o caráter contraditório explanado anteriormente, na medida em que as nações desfavorecidas compensariam a perda de renda gerada pelo comércio internacional através do recurso a uma maior exploração do trabalhador (já que seria incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, compensando-a no plano da própria produção). A transferência de valor acabaria sendo uma transferência de mais-valia, que se apresentaria como uma baixa da taxa de mais-valia para o capitalista da nação desfavorecida e como um incremento da taxa de mais-valia e de lucro nos países industriais.

O ponto relevante a ser destacado nesse processo é que “o que aparecia como um mecanismo de compensação em nível de mercado é de fato um mecanismo que opera no nível da produção interna” (Marini, 2000). É nessa esfera que reside o enfoque analítico do autor e é também nela que se encontra a análise acerca da superexploração do trabalho, cuja relevância liga-se à própria dependência latino-americana. Isso porque a contradição que permite a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho (nos países centrais) ao mesmo tempo em que essa mesma acumulação funda-se (na América Latina) sobre a superexploração do trabalhador é a essência da dependência latino-americana.

A superexploração do trabalho teria ocorrido, na América Latina, a partir de três mecanismos: intensificação do trabalho,

prolongação da jornada de trabalho²⁵ e expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. Isso quer dizer que esse foi um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva.

Quer dizer, ainda, que nesses três mecanismos são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho. Nos dois primeiros casos, porque o trabalhador acaba despendendo mais sua força de trabalho do que o faria normalmente (esgotamento prematuro) e no terceiro caso porque seria retirado dele a possibilidade de consumir mesmo o essencial para que conservasse sua força de trabalho em estado normal (Marini, 2000). Em resumo:

Em termos capitalistas, estes mecanismos (que, além disso, se podem dar e normalmente se dão, de forma combinada) significam que o trabalho se remunera por baixo de seu valor e correspondem, então, a uma superexploração do trabalho. (Marini, 2000).

Nesse ponto, é importante que se entenda sobre qual base se desenvolve a economia latino-americana. Segundo Marini, essa base se daria pelos laços com a economia capitalista mundial que permitiria que a realização da produção da América Latina não necessitasse da capacidade interna de consumo. As implicações desse fato são relevantes, pois ele permite a separação de dois momentos do ciclo do capital (produção e circulação de mercadorias). Assim, perde-se o consumo individual dos trabalhadores, que representaria “um elemento decisivo na criação de demanda para as mercadorias produzidas, sendo uma das condições para que o fluxo da produção se resolva adequadamente no fluxo da circulação” (Marini, 2000).

A compreensão desse ponto é relevante porque vai definir a forma como se dará a etapa de industrialização na região, ou seja, a partir das bases criadas pela economia de exportação – com

25 Nesse caso, o autor se refere à mais-valia absoluta e a define da seguinte maneira: “se trata aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário segue produzindo depois de ter criado um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo” (Marini, 2000).

todas as consequências do ciclo de capital e da superexploração do trabalho.

De fato, o autor considera que a industrialização da América Latina reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador e o modo de circulação que corresponderia a esse tipo de acumulação. Assim, não operaria mais a dissociação entre produção e circulação de mercadorias em função do mercado mundial, mas haveria a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia.

Por fim, o autor afirma que a industrialização latino-americana corresponderia a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo âmbito transferir-se-iam aos países dependentes etapas inferiores da produção industrial, reservando-se para os centros imperialistas as etapas mais avançadas e o monopólio da tecnologia correspondente. Nesse contexto, não seria contradição alguma que o fluxo de capital para a periferia tenha sido orientado de maneira preferencial para o capital industrial, já que no período pós-guerra havia uma abundância de recursos em mãos das grandes corporações imperialistas que precisavam buscar aplicação no exterior. Sua conclusão é a de que teríamos “uma nova hierarquização da economia capitalista mundial, cuja base é a redefinição da divisão internacional do trabalho ocorrida no curso dos últimos cinquenta anos” (Marini, 2000).

Aspectos da superexploração do trabalho numa economia dependente: evidências empíricas a partir da PED

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) é um levantamento domiciliar contínuo executado desde 1984²⁶ pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em parcerias estaduais em seis regiões metropolitanas e no Distrito Federal²⁷.

26 Na região metropolitana de São Paulo, o levantamento é realizado mensalmente desde o referido ano.

27 A PED é realizada com o apoio do FAT e por meio de convênios com governos estaduais das Regiões Metropolitanas de Porto Alegre; São Paulo; Distrito Federal; Belo Horizonte; Salvador; Recife e Fortaleza (incorporada mais recentemente).

Para a elaboração de sua metodologia, o entendimento acerca dos elementos característicos do mercado de trabalho brasileiro foi fundamental, particularmente a visão de que temos “um mercado de trabalho pouco estruturado, com grande disponibilidade de mão-de-obra e dinamizado por uma estrutura produtiva marcada por grandes diferenças entre as empresas (tamanho, tecnologia, participação no mercado, etc.)” (DIEESE, 2012). Nesse mercado de trabalho, quatro grandes traços também foram destacados na justificativa da metodologia da PED:

- » apenas cerca de metade dos trabalhadores é contratada segundo as regras vigentes, tendo acesso às garantias oferecidas pela legislação do trabalho; no entanto, a grande maioria está submetida a alta rotatividade, baixos salários e jornadas de trabalho extensas;
- » o assalariamento sem carteira de trabalho assinada e o trabalho autônomo constituem parte expressiva do conjunto de ocupados, cuja precariedade de inserção decorre da falta de acesso ao contrato de trabalho padrão, da descontinuidade da relação de trabalho e da instabilidade de rendimentos;
- » os mecanismos de proteção aos desempregados são muito limitados, em termos de duração e valor do benefício recebido; ademais, a proporção de trabalhadores que pode requerer o seguro desemprego é relativamente pequena;
- » os parâmetros que orientam os contratos de trabalho foram definidos em função do trabalhador individual, inexistindo regras que, referidas ao contrato coletivo, permitissem aos sindicatos negociar contratação e demissão de mão-de-obra. (DIEESE, 2012).

Para a PED, as características acima descritas impedem que a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro seja captada com a utilização tradicional das categorias de emprego (exercício de qualquer atividade por no mínimo uma hora na semana da entrevista) e desemprego (ausência de trabalho combinada à procura e disponibilidade para trabalhar) (DIEESE, 2012), sendo necessário

transpor essas limitações para realizar uma análise mais contundente. Nesse sentido, “o propósito básico da PED foi construir indicadores mais adequados à situação nacional, preservando a possibilidade de obter os indicadores frequentemente adotados em diferentes países” (DIEESE, 2012).

De acordo com Maia e Garcia (2011), a PED consegue apreender “o complexo leque ocupacional presente em situações fronteiriças entre ocupação, desemprego e inatividade” (Maia e Garcia, 2011). Mais importante ainda, ela permite uma reflexão sobre o mercado de trabalho brasileiro:

Ademais, (a PED) possibilitou uma reflexão sobre causas e consequências da desestruturação do mercado de trabalho brasileiro - fruto do desenvolvimento capitalista periférico e de uma estrutura produtiva com gritantes disparidades nos níveis de rendimentos e produtividade e, ainda, com diferenças de acesso aos mercados e às tecnologias que caracterizam o modelo de desenvolvimento adotado, especialmente diante do processo de industrialização perseguido até meados do século passado. (Maia e Garcia, 2011).

Isso posto, a presente seção discute alguns aspectos recentes do mercado de trabalho brasileiro à luz da superexploração do trabalho, explanada anteriormente. Busca-se, por um lado, destacar as diferenças entre as diferentes regiões metropolitanas e, por outro, evidenciar a permanência do desemprego oculto, das baixas remunerações e das jornadas extensas de trabalho.

O Gráfico 1 apresenta a taxa de desemprego total²⁸ entre 1998 e 2010, nas regiões metropolitanas²⁹ abrangidas pela PED. No início

28 A taxa de desemprego total inclui três tipos de desemprego: - **desemprego aberto**: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias; - **desemprego oculto pelo trabalho precário**: pessoas que realizam trabalhos precários - algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação - ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás; - **desemprego oculto pelo desalento**: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses. (DIEESE, 2012).

29 A região metropolitana de Fortaleza foi recém-incorporada e, portanto, não possui série histórica.

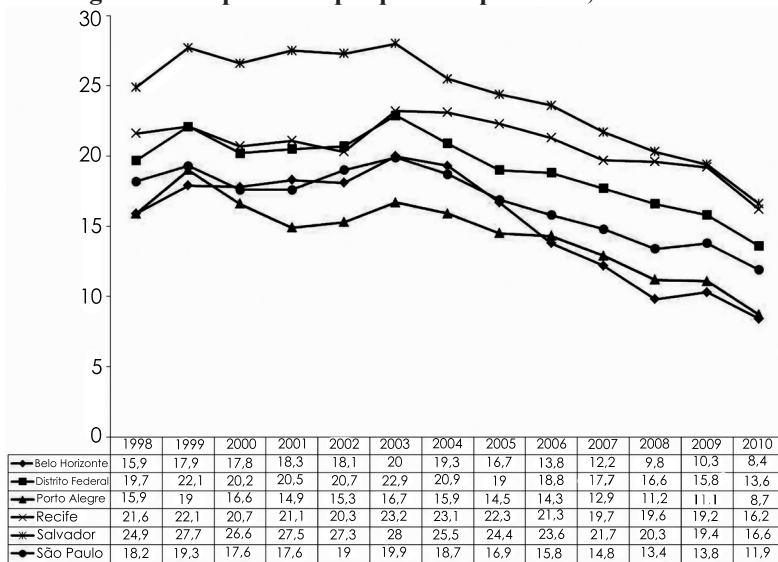
da série, nenhuma das regiões apresentava taxa de desemprego inferior a 15% do total da população economicamente ativa (PEA) – Porto Alegre e Belo Horizonte apresentavam taxa de 15,9% – e Salvador alcançava praticamente $\frac{1}{4}$ de sua PEA em situação de desemprego. Ao longo de toda a série, as duas regiões do Nordeste (Salvador e Recife) mantêm taxas superiores às demais regiões.

A partir de 2004, entretanto, percebe-se uma queda mais acentuada do desemprego em todas as regiões. Ainda assim, essa queda ocorre de forma desigual, sendo mais acentuada nas regiões metropolitanas que já apresentavam taxas mais baixas desde o início da série: em Belo Horizonte e Porto Alegre a queda foi de 56,5% e 45,3%, respectivamente, entre 2004 e 2010. Já em Recife e Salvador foi de 29,9% e 34,9%, respectivamente, no mesmo período. Isso contribuiu para que as mesmas posições de 1998 fossem mantidas em 2010, à diferença de que o intervalo entre as regiões diminuiu sensivelmente nos períodos mais recentes e que a taxa de desemprego de Salvador aproximou-se à das demais regiões metropolitanas.

Gráfico 1

Taxa de desemprego total, em %

Regiões metropolitanas pesquisadas pela PED, 1998 a 2010



Fonte: PED/DIEESE.
Elaboração dos autores.

É importante ressaltar que a taxa de desemprego total engloba as taxas de desemprego ocultas (nota de rodapé n.6), que revelam a existência de trabalho precário e de desalento na procura por trabalho. Nesse sentido, a taxa de desemprego total revela a precarização do mercado de trabalho brasileiro metropolitano.

A análise específica da taxa de desemprego oculto também ajuda a compreender a estrutura do mercado de trabalho brasileiro, já que compõe a taxa de desemprego total e revela a permanência de determinadas situações precárias, mesmo numa conjuntura de melhoria nos indicadores do mercado de trabalho. A Tabela 1 a seguir traz os dados relacionados ao desemprego oculto.

Percebe-se que as regiões metropolitanas do Nordeste seguem apresentando as taxas mais altas e que Recife foi a região em que houve menor queda relativa ao longo do período analisado – enquanto em Belo Horizonte a queda foi de 71,4%, em Recife foi de 34,7%. Em 2010, 39,5% da taxa de desemprego total de Recife referia-se ao desemprego oculto, ao passo que em Belo Horizonte esse percentual era de 19%. Salvador e Distrito Federal também tinham parte importante de sua taxa de desemprego relacionada ao desemprego precário: 33,7% e 32,4%, respectivamente.

Tabela 1
Taxa de desemprego oculto, em %
Regiões metropolitanas pesquisadas pela PED, 1998 a 2010

	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
1998	5,6	7,3	4,7	9,8	10,7	6,5
1999	6,1	7,6	6,9	10,3	12,1	7,2
2000	6,3	6,9	6,1	9,4	11,6	6,6
2001	6,9	7,4	5,3	9,1	11,1	6,3
2002	6,6	7,9	5,3	9,1	11	6,9
2003	7,5	8,1	5,6	9,4	11	7,1
2004	6,7	7,9	5,2	8,8	10,6	7,1
2005	6	6,5	4,2	8,3	10,2	6,4
2006	4,1	7,6	4,1	7,8	8,6	5,4
2007	3,4	6,1	3,2	7,4	8	4,7
2008	2,3	5,7	2,9	7,7	8,2	4,2
2009	2,3	5,3	2,5	7,6	7,3	3,9
2010	1,6	4,4	1,7	6,4	5,6	3,1

Fonte: PED/DIEESE.
Elaboração dos autores.

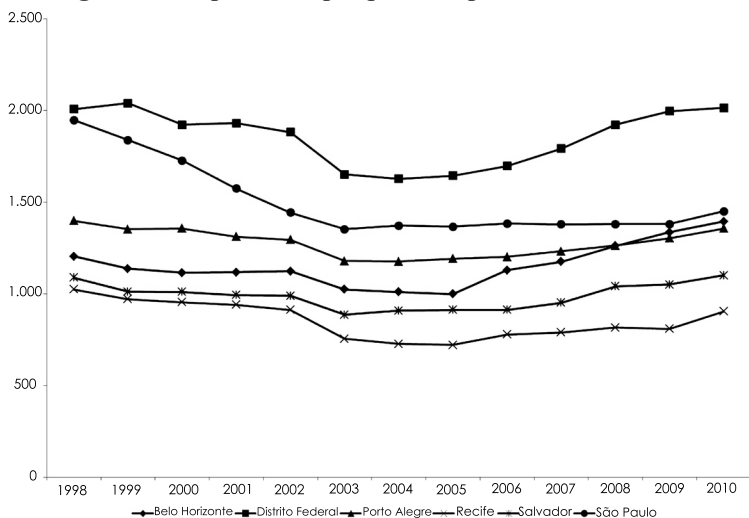
Cabe ressaltar que existem diferenças profundas entre sexo e cor/raça, não analisadas no presente texto, que reforçariam ainda mais a existência de realidades distintas no mesmo território – seja ele nacional ou dentro das próprias regiões metropolitanas – e que as mulheres negras são o grupo mais negativamente afetado no que diz respeito ao desemprego.

No que tange ao rendimento médio dos ocupados, o Distrito Federal apresenta rendimento significativamente superior ao das demais regiões, o que se deve à própria característica das ocupações no local, em que o funcionalismo público tem peso importante – e cujas remunerações são, normalmente, maiores do que as demais inserções ocupacionais. À parte essa região, São Paulo é a que possui maior rendimento médio entre 1998 e 2010, embora sua trajetória seja claramente de queda até 2001 e de estagnação a partir de então.

Novamente, as regiões metropolitanas da região Nordeste são as que apresentam situação mais desfavorável e rendimentos inferiores às demais em todos os anos. Ao longo do período, apenas Belo Horizonte apresentou aumento significativo do rendimento (15,9%), enquanto São Paulo e Salvador apresentaram quedas significativas de 25,6% e 11,7%, respectivamente. Essa observação é importante, particularmente no que diz respeito a São Paulo, porque se trata de uma região com número expressivo de ocupados e com o maior parque industrial do país, ou seja, cujos impactos sobre as demais regiões são significativos.

Comparando a análise da queda da taxa de desemprego após 2004 com a evolução do rendimento médio, percebe-se que não houve uma trajetória conjunta de melhoria do mercado de trabalho no que tange a esses dois indicadores: enquanto o desemprego cai de forma mais contundente, o aumento dos rendimentos médios na segunda metade da década de 2000 é menos expressivo. Na região metropolitana de São Paulo, por exemplo, o desemprego cai 36,4% entre 2004 e 2010, ao passo que o rendimento aumenta apenas 5,7% no mesmo período.

Gráfico 2
Rendimento médio real dos ocupados (em valores de jan/2011)
Regiões metropolitanas pesquisadas pela PED, 1998 a 2010

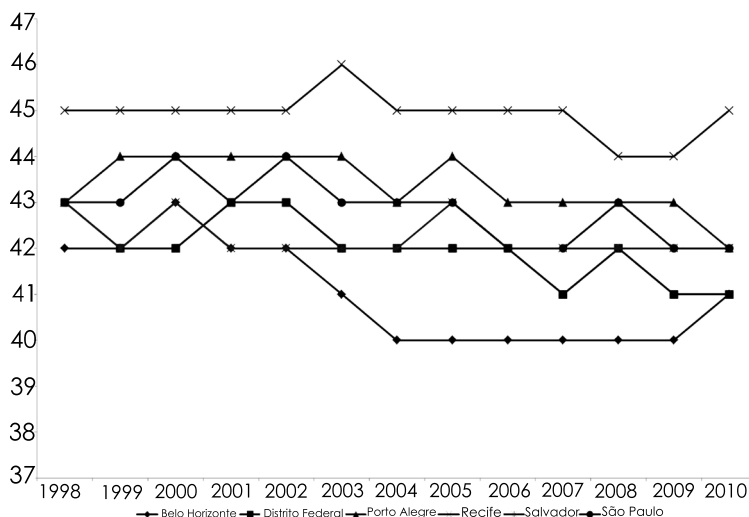


Fonte: PED/DIEESE.
 Elaboração dos autores.

De forma geral, a jornada de trabalho dos ocupados nas regiões metropolitanas é extensa, situando-se invariavelmente acima de 40 horas semanais: as regiões de São Paulo, Salvador e Porto Alegre apresentavam trajetória de queda ao longo do período analisado e jornada de 40 horas semanais em 2010, o que é menor do que a jornada máxima legal, embora deva ser colocado em perspectiva no caso dos trabalhadores mais jovens, que muitas vezes não concluíram o ensino formal ou alguma qualificação profissional e que não o farão tendo jornadas de trabalho extensas.

O caso da região metropolitana do Recife é ainda mais grave, já que não apenas mostrou uma jornada média de 45 horas semanais, como manteve essa jornada ao longo dos 13 anos analisados.

Gráfico 3
Jornada média semanal dos ocupados (em horas)
Regiões metropolitanas pesquisadas pela PED, 1998 a 2010



Fonte: PED/DIEESE.
Elaboração dos autores.

A análise da jornada de trabalho média pode ser complementada com a análise do percentual de ocupados que cumpria jornada superior à legal (Tabela 2). Mais uma vez, as diferenças regionais ficam evidentes, bem como a precarização do trabalho em todas as regiões analisadas.

No caso de Recife, mais da metade de todos os ocupados em 2010 cumpria jornadas superiores a 44 horas semanais, e ao longo dos anos analisados não houve mudança significativa nesse perfil, o que indica o fundo estrutural relacionado a essa questão. Apenas nos casos de Belo Horizonte e São Paulo houve uma redução mais expressiva do número de ocupados trabalhando acima da jornada legal, embora não seja possível ignorar que 35,5% de ocupados, no caso de São Paulo, trabalhando mais do que 44 horas semanais representam um contingente significativo de trabalhadores.

É importante ressaltar, ainda, que o cálculo da jornada não considera o tempo de deslocamento dos trabalhadores entre a

residência e o local de trabalho, o que é um agravante importante se considerarmos a dimensão dos centros urbanos analisados pela pesquisa.

Tabela 2
Ocupados que trabalhavam acima de 44 horas semanais, em %
Regiões metropolitanas pesquisadas pela PED, 1998 a 2010

	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
1998	43,5	36,6	38,1	50,4	44,3	43,3
1999	44,3	36,7	43,0	50,4	43,7	44,8
2000	44,2	37,3	43,8	50,0	45,3	46,6
2001	42,0	37,5	40,7	49,9	43,3	44,9
2002	41,2	37,8	38,5	49,9	44,2	45,8
2003	39,1	35,6	38,5	52,2	43,6	45,3
2004	36,9	35,7	37,9	52,2	43,1	44,3
2005	36,9	35,0	37,2	52,0	45,0	42,4
2006	34,3	33,6	34,3	52,6	44,8	40,9
2007	33,7	34,9	35,6	50,1	43,3	39,4
2008	35,6	36,0	35,5	50,2	41,9	39,9
2009	33,6	34,6	35,0	49,5	43,2	38,0
2010	35,3	33,4	34,4	51,6	41,9	35,5

Fonte: PED/DIEESE.
 Elaboração dos autores.

A análise dos setores de atividade predominantes em cada região poderia funcionar como um indicador adicional acerca das condições de trabalho. Isso porque os trabalhadores ocupados na indústria tendem a ter uma jornada mais próxima da legal, além de remunerações médias maiores, ao passo que os trabalhadores do comércio tendem a cumprir jornadas de trabalho maiores e auferirem rendimentos mais baixos. No caso das regiões metropolitanas da região Nordeste, esse pode ser um diferencial importante na compreensão da dinâmica.

Considerações finais

Ruy Mauro Marini, em sua análise acerca da superexploração do trabalho, traz dois elementos centrais que a precedem, quais sejam: a forma como se deu a integração da América Latina ao mercado mundial e o intercâmbio desigual. Indica, portanto, que a revolução industrial pode ser considerada um marco definitivo no processo de integração da região, pois a partir desse momento constrói-se uma estrutura definida da relação da América Latina com os centros industriais, que é a divisão internacional do trabalho. Para o autor, o curso do desenvolvimento posterior na região será determinado por essa estrutura.

Adicionalmente, o autor demonstra que o intercâmbio desigual guardaria estreita relação com o caráter contraditório da relação entre o centro e a periferia, na medida em que as nações desfavorecidas compensariam a perda de renda gerada pelo comércio internacional através do recurso a uma maior exploração do trabalhador. A transferência de valor acabaria sendo uma transferência de mais-valia, que se apresentaria como uma baixa da taxa de mais-valia para o capitalista da nação desfavorecida e como um incremento da taxa de mais-valia e de lucro nos países industriais.

A superexploração do trabalho se daria de três formas: intensificação do trabalho, prolongação da jornada de trabalho e expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho, ou seja, num modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Nesses três mecanismos seriam negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho.

As evidências empíricas da PED apresentadas ao longo do artigo corroboram essa caracterização dos elementos que constituem a superexploração do trabalho, na medida em que mostram a persistência, no Brasil, da desestruturação do mercado de trabalho, do subemprego, do desemprego, das longas jornadas de trabalho, dos baixos rendimentos, da desigualdade de renda e da desigualdade regional. Além disso, poder-se-ia investigar outros recortes, tais como sexo, cor/raça e inserção ocupacional (posição na ocupação), que evidenciariam ainda mais a superexploração do trabalho e sua desigualdade no Brasil.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

DIEESE. *Pesquisa de Emprego e Desemprego*. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/ped/ped.xml>>. Acesso em janeiro 2012.

MAIA, Rosane.; GARCIA, Lucia. *Informalidade atualizada: Análise das Regiões Metropolitanas e Distrito Federal no período 1999 a 2009*. in Marchas e Contramarchas da Informalidade do Trabalho: das origens às novas abordagens. Roberto Vêras de Oliveira; Darcilene Gomes; Ivan Targino (orgs.). João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO

Yuri Korello
Lafaiete Santos Neves

INTRODUÇÃO

Em um processo de industrialização, é notável que uma economia em desenvolvimento abandone traços do subdesenvolvimento, como disparidades produtivas entre áreas urbanas e rurais, falta de redistribuição de renda, desemprego estrutural, entre outros fatores. Entretanto, tais desigualdades são visíveis em diversos setores de serviço na América Latina, mas, principalmente, no Brasil, local desse estudo.

Diante disso, a meta da pesquisa é demonstrar esses problemas no sistema bancário brasileiro. Fora o efeito de desemprego gerado, as instituições bancárias pagam mal seus funcionários e os expõem a sérios problemas físicos e psicológicos. O enfraquecimento dos sindicatos é outra consequência evidente, e a possibilidade de continuar o funcionamento dos serviços por meios eletrônicos e o funcionamento das agências com um pequeno grupo de funcionários, dificulta qualquer movimento grevista.

Para consolidar tais afirmações, o artigo procederá com uma pesquisa histórica para o entendimento da Dialética da Dependência de Ruy Mauro Marini, a qual demonstra o processo de superexploração do trabalho na América Latina. Portanto, tem-se a Dialética da Dependência como uma visão das periferias, pois a dependência conceitua e estuda os seus mecanismos para poder expandir e reformular a teoria do imperialismo. Entretanto, a Teoria da Dependência deve apresentar algumas características de economias dependentes que não sejam encontradas em economias não dependentes.

1. O DESENVOLVIMENTO CEPALINO E OS MODELOS DE RAÚL PREBISH E CELSO FURTADO

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) foi criada com o intuito de: monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção, e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área – tanto entre si como com as demais nações do mundo. A base deixada pela Cepal – é de que sempre há uma conexão entre os interesses internos e externos dentro do país. Ou seja, interesses comuns que viabilizam uma relação entre o capital estrangeiro e o capital nacional, possibilitando a criação de uma transnacional, quando defendia uma agenda coerente com os objetivos de desenvolvimento nacional, visando o emprego, a redução de desigualdade e o acesso ao progresso tecnológico.

Na América Latina, prevalecia o antigo esquema da divisão do trabalho, algo que perdurou durante séculos, pelo qual os países latino-americanos, participando do sistema econômico mundial como parte da periferia, deveriam abastecer os grandes centros industriais com a produção de alimentos e matérias-primas. Tal realidade demonstrara espaço algum dos países periféricos para com a industrialização. Contudo, o caminhar das Guerras Mundiais e da Grande Crise econômica com o Crack da Bolsa, em 1929, surgiram brechas para o desenvolvimento dos países do sul da América.

Em tal período não havia a necessidade dos países latino-americanos se industrializarem devido ao fruto do progresso técnico, que tenderia se distribuir equitativamente à população, podendo ser pela queda dos preços, ou até mesmo pelo aumento da renda. O erro em afirmar tal premissa é que os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade chegariam à periferia em uma parcela não comparável à desfrutada pelos grandes países industrializados. A partir dessa constatação teórica, torna-se evidente a destruição do antigo esquema da divisão do trabalho, trazendo consigo a industrialização dos países da América Latina para,

então, poderem usufruir de uma parcela maior de seu progresso e elevando o padrão de vida das pessoas.

No entanto, esse processo não é tão simples. A industrialização nesses países periféricos não é compatível com o desenvolvimento eficaz da produção primária, seria necessária a disposição de melhores equipamentos (tratando-se de maquinaria e instrumentos), e que seja aproveitado esse avanço tecnológico diante da renovação, podendo ser verdadeiro no que diz respeito à agricultura. Para tal feito é necessária a importação de bens de capital e a exportação dos produtos primários.

Parte-se, então, de uma análise em que o subdesenvolvimento é um aspecto do capitalismo industrial que vem crescendo com o passar do tempo, por isso uma economia em subdesenvolvimento não deve se isolar do resto do sistema. Outro aspecto importante é o progresso técnico com a produção e a entrada de novos produtos para o consumo. Entretanto, o consumo desses novos produtos se dá em uma parcela extremamente pequena formada pela elite da sociedade, ou seja, na classe em que se analisa um processo de concentração de renda que demonstra a não adequação da distribuição de renda no país subdesenvolvimento em meio ao processo de desenvolvimento industrial.

Segundo Celso Furtado, o aumento de renda da população pode ocorrer por meio de três meios diferentes:

- a) O desenvolvimento econômico: isto é, acumulação do capital e adoção de processos produtivos mais eficientes; b) a exploração de recursos naturais não renováveis; c) a realocação de recursos visando a uma especialização num sistema de divisão internacional do trabalho. (FURTADO, 1974, p.99)

O que ocorre hoje é que os países subdesenvolvidos tiveram seu processo de modernização a partir de uma inovação nos padrões de consumo a partir do aumento de renda das mudanças ocorridas pelos itens b e c mencionados anteriormente. Nos casos de uma modernização sem desenvolvimento econômico há dois grupos distintos perante o consumo de produtos manufaturados: um formado pelos consumidores de baixa renda, e outro formado pelos poucos de uma renda maior.

Esse fato demonstra dois processos produtivos diferenciados, em que para o primeiro grupo a cesta de bens de consumo não é diversificada e tende a ser mais estável devido à renda real baixa desses consumidores. Ao contrário, há o segundo grupo com uma cesta de bens de consumo diversificada e com um processo de industrialização mais complexo. A cesta do segundo grupo possui um crescimento mais rápido, ditando a intensidade da industrialização, sendo apenas com um grau muito pequeno que esses dois grupos competiriam pelos mesmos mercados.

A partir das falhas do processo de industrialização, o governo tenta atingir quatro objetivos básicos:

- criar e administrar um verdadeiro processo de concentração de renda, beneficiando os consumidores de bens duráveis;
- controlar a transferência de pessoas do setor de subsistência para os locais garantidos pelo salário mínimo;
- controle de salário mínimo e nível de renda no setor de subsistência; e
- subsidiar a venda dos bens manufaturados reduzindo a pressão dos produtores de bens de consumo não duráveis, com problemas de crescimento devido à concentração de renda e à balança de pagamentos.

Os ideais cepalinos à integração econômica regional demonstram contribuições ao entendimento regional latino-americano; entretanto a industrialização se encontrou em uma grave crise econômica e de estagnação nos anos de 1960 (MARINI, 1992, p. 80). Eis que surge, então, a Dialética da Dependência, com crítica principal ao modelo de desenvolvimento cepalino.

2. A DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA SEGUNDO RUY MAURO MARINI

Em 1973, Ruy Mauro Marini desenvolve um modelo de desenvolvimento que tratava da dependência estrutural no modelo capi-

talista na relação entre países centrais e periféricos. Por meio da Dialética, Marini apresenta uma necessidade dos países centrais para com os periféricos. Com a evolução capitalista e a Revolução Burguesa no processo histórico, há o surgimento das competições entre as economias avançadas e, para tais, surgem os vínculos coloniais e de dependência com os países tidos como periféricos (MARINI, 1992, p. 08). Sendo assim, explica-se que o subdesenvolvimento não pode ser considerado como condição para um processo de evolução, pois desenvolvimento e subdesenvolvimento são antagônicos, sendo o segundo um modelo de economias periféricas e por possuírem distintos modelos de acumulação de capital.

As relações tradicionais são baseadas no controle do mercado por parte das nações desenvolvidas, levando a transferência do excedente gerado nos países dependentes para os países dominantes tanto na forma de lucros quanto na forma de juros, ocasionando a perda de controle dos dependentes sobre seus recursos. A geração desse excedente não se dá nos países periféricos por conta da criação de níveis avançados de tecnologia, mas pela superexploração da força de trabalho. A maior parte da renda nacional era derivada da exportação, a força de trabalho era submetida a várias formas de superexploração e a maior parte dos excedentes acumulados era enviada para fora dos países exportadores sob a forma de lucro, limitando não somente o consumo interno, mas as possibilidades de reinvestimento.

Cada uma dessas formas de dependência corresponde a uma situação que condiciona não somente as relações internacionais desses países, mas também suas estruturas internas: a orientação da produção, as formas de acumulação de capital, a reprodução da economia e, simultaneamente, sua estrutura social e política.

A acumulação de capital caracteriza-se pelas diferenças de nível doméstico, em que há um mercado de mão de obra barata com uma tecnologia de capital intensiva. O resultado, sob o ponto de vista da mais-valia relativa é uma violenta exploração da força de trabalho. Ocorre que o resultado imediato desses mecanismos é uma forte saída estrutural de recursos, que traz consigo graves problemas de estrangulamento externo e restrições externas ao crescimento. A única atitude que torna possível às economias periféricas garantir sua dinâmica interna de acumulação de capital é o

aumento da produção de excedente por meio da superexploração da mão de obra, o que implica no acréscimo da proporção excedente/gastos com força de trabalho, ou na elevação da taxa de mais-valia, seja por arrocho salarial e/ou extensão da jornada de trabalho, em associação com aumento da intensidade do trabalho, chamada essa de mais-valia absoluta.

3. A TRAJETÓRIA LATINO-AMERICANA

Marini distingue as características dos países subdesenvolvidos a partir de uma relação de dependência entre os países centrais (América do Norte, Europa Ocidental e Japão) e os países periféricos (América Latina, África e Ásia), forjada principalmente pela divisão internacional do trabalho, tratado no artigo.

A burguesia nacional dos países periféricos tende a repartir a mais-valia interna para com o capital transnacional, no qual compensa essa perda a partir da exploração da força de trabalho, essa que visa ampliar a mais-valia extraída do trabalho, resultando na dependência e manutenção do subdesenvolvimento, apesar do processo de industrialização interna.

O ponto máximo da explicação marxista se volta para a superexploração do trabalho. Isso ocorre porque o capitalista tende a utilizar a seu favor dois itens, a inovação tecnológica e o exército de mão de obra de reserva (que seriam os proletariados desempregados). Com a inovação tecnológica, o capitalista troca parte de seu trabalho assalariado por uma máquina e por alguém especializado para poder manuseá-la, sendo assim, diminuem o número de trabalhadores empregados. Com o exército de mão de obra reserva, o capitalista o utiliza para não aumentar o salário daqueles que estavam empregados, pois eles sabiam que quem fazia parte do exército de desempregados aceitaria trabalhar nas mesmas baixas condições que os empregados.

O conceito de superexploração do trabalho foi estabelecido por Ruy Mauro Marini ao final da década de 1960, enfatizando sua relação com a gênese e funcionamento da acumulação capitalista. O conceito de superexploração da força de trabalho começa a se esboçar em *Subdesarrollo y revolución*, de 1968, e em uma

forma mais sistemática em **Dialética da Dependência**, de 1973, e continua a se desenvolver em *Plusvalia extraordinária y acumulación de capital*, de 1979, *Las razones del neodesarrollismo*, de 1978, e *El ciclo del capital en la economía dependente*, de 1979.

A superexploração do trabalho assume uma nova forma na América Latina, principalmente a partir dos anos 1970, quando a crise da industrialização do mercado interno, no sentido de sua inserção no mercado mundial globalizada sob o domínio de políticas neoliberais. Marini, então, posiciona-se pela criação da categoria subimperialista, que designa um processo dinâmico do capitalismo nacional através de limites impostos pelo capital mundial.

4. O SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO

O setor bancário é um dos mais lucrativos e que acumulam maior capital no Brasil. Dentro das instituições financeiras, a superexploração do trabalho é bem vista, como demonstra dados do Febraban.

Nos últimos 11 anos, os bancos reduziram a categoria bancária, de 655 mil empregados para 400 mil trabalhadores. Ao mesmo tempo, o setor registrou um aumento no número de contas correntes de 44 milhões para 72 milhões, conforme o balanço social da Febraban.

O corte nos postos de trabalho, somado ao aumento no volume de serviço, resultou em novas pressões aos bancários, dentre as quais o cumprimento de metas, desrespeito à jornada de trabalho e, conseqüentemente, agravos à saúde física e mental dos trabalhadores. (CESAR JR., 2006)

Em todo caso, o setor financeiro no Brasil sempre foi atípico. Devido às peculiaridades do processo inflacionário “permanente” com que o país conviveu por décadas, o setor teve uma rentabilidade excepcional, e, ao contrário do restante das atividades econômicas nacionais – sempre um passo atrás dos países desenvolvidos –, foi pioneiro mundial em automação, estando na vanguarda desse processo e bem à frente de vários países do primeiro mundo.

Enquanto os banqueiros investiram entre US\$ 2 bilhões e US\$ 3 bilhões nos anos de 1992 e 1993 na compra de computadores e software e vêm conquistando lucros sempre crescentes, o emprego bancário vem acumulando taxas negativas desde fevereiro de 1990 e o índice de rotatividade na categoria é bastante alto. No período entre 1989 e 1993, o grande aumento da produtividade do trabalho bancário, consequência da intensificação dos processos automatizados e das novas estratégias organizacionais implementadas, gerou intensa redução de postos de trabalho no setor. (SEGER, 2007)

Fora o efeito de desemprego gerado, as instituições bancárias pagam mal seus funcionários, e os expõem a sérios problemas físicos e psicológicos. O enfraquecimento dos sindicatos é outra consequência evidente, pois: “A intensificação da automatização e a difusão dos serviços de auto-atendimento nos bancos vêm diminuindo radicalmente a eficácia das greves enquanto instrumento de pressão”. (JINKINGS, 1995, p. 105). A possibilidade de continuar o funcionamento dos serviços por meios eletrônicos e o funcionamento das agências com um pequeno grupo de funcionários inviabiliza qualquer movimento grevista.

Considerando que a paralisação do trabalho, historicamente, é de fato a única arma na luta por melhores salários e benefícios, não é de se estranhar a posição de desvantagem em que os bancários se encontram ao negociar com seus empregadores. Isso não ocorre só no Brasil. Em outras palavras, não existe a saída proposta pelos “otimistas” da solução automática, promovida pela “mão invisível” do livre mercado. Aliás, é nas funções de baixa qualidade de serviço e de exploração que, cada vez mais, se abrigam os “excluídos” do mercado de trabalho, e nelas que a “informalidade” e a “precarização” do trabalho se destacam.

5. A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO E O PROCESSO DE DETERCEIRIZAÇÃO

O quadro de pessoal dos seis maiores bancos estava representado por 454 mil empregados, em 2010, sendo os mais represen-

tativos no BB (109 mil) e no Itaú-Unibanco (108 mil). Em termos relativos, a evolução do emprego nesses bancos foi de 8%, frente a 2009, e de 39%, frente a 2006. No entanto, constata-se que esse aumento se deve principalmente às fusões que ocorreram, principalmente nos casos de Itaú com Unibanco.

Por outro lado, em que pesem essas questões de pano de fundo, esses dados oferecem uma amostra representativa dos trabalhadores que atuam no sistema financeiro nacional, muito embora os bancos não revelem sequer o número de terceirizados, de promotores de venda e de correspondentes bancários, o que nos daria um panorama ainda mais claro sobre os trabalhadores do ramo financeiro.

Tabela 1
Número de funcionários nos seis maiores bancos
Brasil - 2006-2010

Bancos	2006	2007	2008	2009	2010	2010/ 2009	2010/ 2006
BB	82,672	81,855	88,972	91,272	109,026	19%	32%
CEF	72,252	74,949	78,175	81,300	83,185	2%	15%
Bradesco	63,163	65,050	69,411	68,962	75,375	9%	19%
Itaú	58,011	65,089	71,354	102,754	108,040	5%	86%
Santan- der	23,355	22,965	53,000	51,241	54,406	6%	133%
HSBC	27,724	27,010	25,122	23,442	24,215	3%	-13%
TOTAL	327.177	336.918	386.034	418.971	454.247	8%	39%

Fonte: Relatórios da Administração dos bancos e Banco Central do Brasil. Elaboração: DIEESE. Rede Bancários

Além dos detalhes da força de trabalho, uma pesquisa do Dieese, a pedido da CNB/CUT, demonstra os efeitos do preconceito e da discriminação de raça e gênero no interior desse sistema, que é tido como o mais moderno e dinâmico da economia brasileira.

A pesquisa demonstra que, apesar de as mulheres formarem quase metade da massa nas instituições financeiras, os postos de comando estão fechados a elas. Isso se intensifica diante dos negros também. A estimativa é de que 47,2% sejam homens, e 52,8% sejam mulheres, no que diz respeito à raça, 41% são negros. Nos

dados referentes ao sexo, as diferentes regiões do país apresentam pequenas variações, no que se refere à raça, há grandes distorções, mas aparecem com uma proporção maior na região Nordeste e Norte do país.

Fora o preconceito, há também uma onda de demissões que ocorre desde meados dos anos 1980 em virtude do processo de expansão inflacionária na época. Esses ocorridos, devidos à conjuntura brasileira, são denominados de “ondas de redução de postos de trabalho”.

A primeira onda ocorreu após o Plano Cruzado, com a perda de 109 mil postos, entre março a dezembro de 1986; a segunda, após o Plano Collor com a perda de 128 mil postos, entre março de 1990 a fevereiro de 1992; e a terceira, logo na introdução do Plano Real, com a redução de 161 mil postos, de julho de 1994 até final de 1996 (OLIVEIRA, 2008)

Contudo, as transformações no setor bancário estão longe de ser limitadas apenas na redução do quadro pessoal das empresas, mas também alterando o perfil da categoria bancária com a ampliação da parcela de trabalhadores empregados em funções gerenciais, além da redução relativa de chefias intermediárias e dos escriturários e auxiliares.

Segundo a pesquisa do Dieese, são vários os fatores que contribuíram para a redução de postos no setor bancário, destacando-se, principalmente, a automação. Essa permitiu eliminar a interferência direta do trabalhador em uma série de tarefas que compõem o processo do trabalho bancário. Observa-se um imenso investimento e infraestrutura de telecomunicações e informática, no qual somente em 1998 e 1999 foram investidos cerca de R\$ 4,3 bilhões. Isso se demonstra a partir dos dados fornecidos pelo Febraban, em que o número de equipamentos de autoatendimento das agências aumentou de 31.400, em dezembro de 1994, para 97.697, após cinco anos.

Outros elementos essenciais para essa redução do número de empregos são as novas formas de organização do trabalho, a terceirização dos serviços bancários e o processo de fusões e incorporações. Finalmente, o desrespeito à jornada de trabalho do bancário, com a realização indiscriminada de horas extras e o comissionamento de empregados diminui o número efetivo de empregados mantidos pelos bancos.

A reestruturação trouxe como consequência o esvaziamento da oferta de serviços nas regiões menos atrativas, sob a ótica da rentabilidade provada. Não bastassem as dificuldades com custos e exigências burocráticas para acesso ao crédito, além da crescente seletividade, há também a ausência física de dependência bancária, no qual se percebe a regressiva no ponto de vista da qualidade do atendimento. Até a década de 1990, segundo Segnini (1998, p. 20),

o sistema financeiro brasileiro podia ser considerado uma “ilha” setorial de modernidade, pois, além de ter se modernizado tecnologicamente em fins dos anos 1970 e início dos 1980, pressionou o desenvolvimento da indústria nacional de informática tanto no que se refere à criação de demanda por equipamentos e sistemas, quanto na viabilização do financiamento desse desenvolvimento.

Tabela 2
Brasil - 1994/2000
Distribuição dos canais de atendimento bancário

Canal de Atendimento	12/1994	12/1998	12/1999	12/2000
Agência	18.760	16.060	16.189	16.396
Posto de Atendimento Bancário (PAB)	10,125	7,211	6,614	6,562
Posto de Atendimento Avançado (PAA) ⁽¹⁾	0	334	503	582
Posto de Atendimento Eletrônico (rede individual)	2.874	6.709	10.808	12.681
Posto de Atendimento Eletrônico (rede associada)	572	1.010	1.369	1.772

Fonte: Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br)

Elaboração: DIEESE - Linha Bancários.

1 - Instituído em junho de 1997 pela Resolução 2.396.

Com o processo intensivo de incorporação de mão de obra terceirizada no sistema bancário estatal, até mesmo atividades-fim passaram a ser desempenhadas por agentes terceirizados, contrariando a tendência do próprio sistema bancário nacional; até mesmo no que diz o Enunciado 331, do Tribunal Superior do Trabalho, segundo o qual as atividades-fim devem ser executadas exclusivamente por trabalhadores da própria empresa. (FERREIRA; MISSE, 2007).

Contudo, a partir da intensificação do trabalho dos sindicatos, processos de desterceirização vêm ocorrendo. Uma importante motivação para o processo de desterceirização foi a busca de maior comprometimento dos trabalhadores com a instituição, aumentando, assim, seu rendimento e, conseqüentemente, os resultados do banco. No entanto, se a busca pela melhora do desempenho do banco não pode ser identificado como um dos motivos para a desterceirização, já que ela ocorre por força de uma 14ª decisão da justiça, talvez seja a justificativa para a intensificação da exploração do trabalho, o que foi uma constatação da pesquisa na medida em que o banco precisa ser competitivo no mercado. Assim, para substituir trabalhadores mal remunerados, sem garantias e benefícios por outros melhor remunerados e com maiores garantias e benefícios, estes precisam estar em menor número do que aqueles.

A proporção inicialmente estipulada pelo banco para a substituição dos trabalhadores terceirizados seria de três para um, ou seja, para cada três terceirizados dispensados, um concursado seria contratado. Mas, de acordo com informações de um gerente de retaguarda (OLIVEIRA, 2008), a direção do banco passará a analisar cada caso individualmente para decidir a proporção adotada na substituição dos trabalhadores, levando em consideração as necessidades de cada agência, o que deve aliviar a pressão sobre os trabalhadores do setor de retaguarda.

Essa nova diretriz, no entanto, não se aplica àquelas agências onde já houve a substituição dos trabalhadores terceirizados por concursados. Outro aspecto que pode colaborar para a diminuição da exploração dos trabalhadores do setor de retaguarda é a extinção de algumas tarefas de sua alçada, além da compensação de outras pela implantação de novas tecnologias.

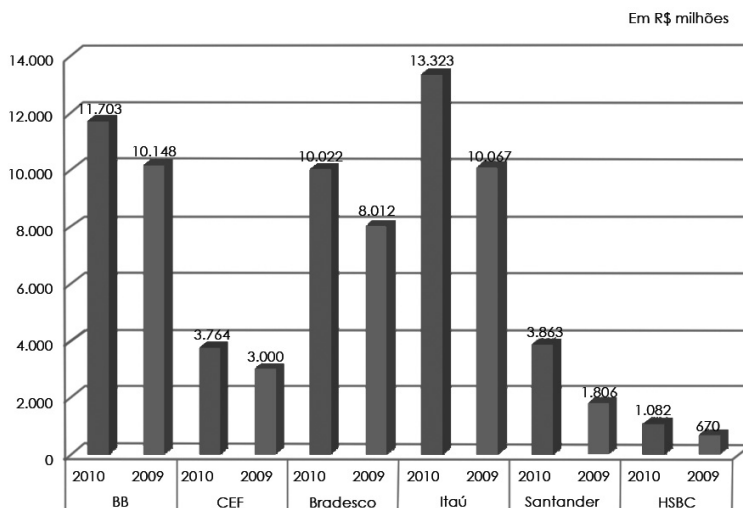
6 O LUCRO DOS BANCOS E O NÚMERO DE EMPREGADOS

Em total desacordo com o demonstrado nos processos de diminuição do número de empregos e de discriminação no trabalho, como demonstrado anteriormente, pelo processo de superexploração da força de trabalho, há a lucratividade dos bancos, que a cada ano tende a aumentar cada vez mais.

O setor bancário brasileiro continua, na perspectiva das seis maiores instituições financeiras, apresentando resultados bastante expressivos. Ao final do exercício de 2010, o lucro líquido dessas instituições correspondeu a mais de R\$ 43 bilhões (crescimento de 30% em relação ao mesmo período de 2009).

Por instituições, o ano de 2010 foi liderado pelo Itaú-Unibanco *Holding*, que apresentou lucro líquido de R\$ 13,3 bilhões (32%), seguido pelo Banco do Brasil (BB), com R\$ 11,7 bilhões (15%), e pelo Bradesco, R\$ 10 bilhões (25%), todos do resultado consolidado. No destaque das principais contas do balanço patrimonial, o ativo total dos seis maiores bancos correspondeu a R\$ 3,1 trilhões, uma alta de 20% em relação a 2009. (Nota Técnica DIEESE, 2011)

Gráfico 1
Lucro Líquido dos Seis Maiores Bncos
Brasil - 2010



Fonte: Balanços dos bancos DIEESE. Rede Bancários

Diferentemente do lucro dos bancos, que aumentou consideravelmente nos últimos anos, o número de empregos diminuiu drasticamente, mas, ao mesmo tempo, os postos de atendimento vieram a aumentar. O processo de reestruturação do setor bancário brasileiro partiu pela redução no número de agências, o fechamento

de muitos bancos e o aumento da automação bancária, no qual reflexos profundos ocorreram sobre o nível de emprego bancário, com muitas demissões no setor.

Em 1994, havia 571.285 empregados no setor, enquanto, em 2001, eles já eram apenas 400.802. Na comparação entre 2001 e 1994, percebe-se uma diminuição no número de trabalhadores dos bancos brasileiros de 29,8% (VILHENA; SICSU, 2002).

Tabela 1
Número de trabalhadores do setor bancário brasileiro - 1994-01

ANOS	NÚMERO DE EMPREGADOS
1994	571.285
1995	558.692
1996	483.165
1997	446.830
1998	426.442
1999	406.315
2000	402.425
2001	400.802

FONTE: RAIS apud FEBRABAN. Dados gerais 2001. Disponível em: www.febraban.org.br Acesso em: 31 jul. 2002

Segundo o Febraban (2002), a demissão de trabalhadores decorreu pelos seguintes fatores:

- (a) fusões, incorporações e liquidações de bancos;
- (b) terceirização de atividades não financeiras (transportes, segurança, limpeza, serviços de engenharia e de manutenção de prédios e equipamentos, restaurantes e desenvolvimento de *softwares*);
- (c) evolução das tecnologias de informática, permitindo automatizar serviços para reduzir custos e aumentar a segurança e a qualidade do atendimento, disponibilizando serviços por telefone, fax e computadores em escritórios e residências;
- (d) racionalização dos serviços, isto é, necessidade de reduzir os custos do setor, para ajustá-los a uma economia estabilizada, na qual as receitas de *floating* praticamente inexistem; e
- (e) queda no volume de cheques compensados (-37,01%) após o Plano Real.

No entanto, essa média varia de uma região para outra, e nota-se que as demissões pela reestruturação bancária são maiores nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste. (Febraban, 2002).

Tabela 2
Evolução do estoque de empregados dos bancos
nas regiões brasileiras - dez./94-dez./00

REGIÕES	Δ% DO NÚMERO DE EMPREGA- DOS (dez./94-dez./00)	DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS PELO PAÍS (%)	
		Dez./94	Dez./00
Norte	-32,83	3,10	2,91
Nordeste	-42,92	14,50	11,58
Centro-Oeste	-38,85	4,75	4,07
Sudeste	-23,11	56,24	60,51
Sul	-34,10	18,62	17,17
Distrito Federal	-3,85	2,79	3,76

Fonte: RAIS

NOTA: Utilizou-se como referência para auferir o estoque de empregados a desagregação intermediação Financeira-Depósitos à Vista da RAIS. Ela foi utilizada posteriormente, no presente artigo, para calcular a produtividade bancária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor bancário é famoso pelos seus lucros extraordinários e pelo avanço em automação e tecnologia que ocorreram no passado; entretanto, esse ponto demonstra a redução de postos de trabalho e a superexploração aos funcionários das empresas. Tal problema é identificado por Marini desde seus estudos sobre a superexploração do trabalho na América Latina, contrapondo com o conceito de desenvolvimento cepalino (explicação de Raúl Prebisch).

Marini afirma sobre a dependência econômica dos países latino-americanos para com as grandes metrópoles. Essa exploração da força de trabalho reforça-se a partir dos anos 1970, quando a crise da industrialização voltada para o mercado interno se iten-

sifica e inicia-se na região um giro no sentido de sua inserção numa economia mundial globalizada sob o domínio de políticas neoliberais.

No setor bancário isso é evidente com os avanços técnicos ocorridos, no qual se reduziu o trabalho do homem; entretanto reduziram mais vagas do que seria necessário, havendo um aumento de funções de certos cargos específicos, devido à redução dos intermediários.

Outro ponto importante no processo de superexploração do trabalho no setor bancário é o processo de terceirização, que diminuiu ainda mais as vagas dessas empresas e as oportunidades para aprendizes, aumentando sua acumulação de capitais, que sempre será um estímulo aos acionistas que levam em consideração apenas o lucro das empresas.

Nesse ponto, tornou-se importante a interferência dos sindicatos dos trabalhadores bancários, que contrapõem contra o lucro extraordinário, estabelecendo, assim, o processo chamado de desterceirização, demonstrado como sendo o resultado da pesquisa, a mostra da exploração e do processo de desterceirização para melhorias aos funcionários bancários.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, MARIA SILVA. **Dependência e Superexploração do trabalho na América Latina em tempos Neoliberais**. Programa de Pós Graduação em Economia do IE-UFU, 2004.
- A RELAÇÃO ENTRE CEPAL E TEORIA DA DEPENDÊNCIA. Disponível em: <<http://www.webartigos.com>> Acesso em: 10 fev. 2011.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica**. 3º Ed: Zahar Editores, 1970
- CASSEB, Norma Cristina Brasil; BORBA, Jason Tadeu, **Mais valia Absoluta e Mais valia Relativa: uma reflexão sobre a periodização da acumulação de capital no Brasil**. São Paulo, 2004.
- CESAR JR, Lauro A. Monteclaro. **Setor Bancário: na vanguarda do desemprego tecnológico**. Revista Espaço Acadêmicos – Nº59 – Abril de 2006 - Mensal ISSN 1519.6186 - Ano V. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em: 18 fev. 2011.
- FURTADO Celso, **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Circulo Livro, 1974, pg. 97 a 112
- HEILBRONER, ROBERT. **A História do Pensamento Econômico**. 5º Ed: Nova Cultural, 1996, p. 131 a 163.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Ed. Vozes, 2000. P.
- _____. **América Latina dependência e integração**. 1. ed. Brasil Urgente, 1992.
- Nota Técnica DIEESE: **O Desempenho do setor bancário**. 2011
- OLIVEIRA, Ricardo Gonçalves de. **Destercerizando o trabalho bancário: o caso do sistema bancário estatal**. Porto Alegre, 2008.
- O QUE É CEPAL. Disponível em: <<http://www.eclac.org>> Acesso em: 06 de Fevereiro de 2011
- REGO, José Marcio. **Economia Brasileira**. 3º Ed: Editora Saraiva, 2006, p. 95 a 116.
- SEGER, Cândida. **Canais alternativos de atendimento no banco do Brasil – aspectos de resistência, confiabilidade e segurança na**

percepção dos clientes pessoa física da agência de Dom Feliciano. UFRS – Especialização em gestão de negócios financeiros, Porto Alegre, 2007.

VILHENA, Fernanda; SICSÚ, João, **Mapeamento da Produtividade do Trabalho nos Bancos Brasileiros**. Porto Alegre, 2002.

A DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA SEGUNDO A DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA DE RUY MAURO MARINI

*Daniela Prado Damasceno Ferreira Reinecken
Lafaiete Santos Neves*

INTRODUÇÃO

A obra “América Latina Dependência e Integração”, de Ruy Mauro Marini (1992), demonstra as contradições criadas a partir da relação entre países centrais e periféricos, tais como a teoria desenvolvimentista e da própria teoria da dependência.

A Dialética da Dependência tem por foco a dependência tecnológica e econômica, presente no modelo capitalista adotado na relação entre países centrais e periféricos. Relação esta em que os países subdesenvolvidos, em geral, exportam matéria-prima ou produto de menor valor, enquanto os desenvolvidos exportam a tecnologia da qual os periféricos dependem para se manterem inseridos no mercado global, e produtos de mais valor.

Como essa relação de dependência afeta o cenário econômico existente no mundo globalizado e o quanto isso afeta os países dependentes que hoje teriam capacidade de suprir suas necessidades? Até que ponto da história do capitalismo os países industrializados irão conseguir manter a posição em que se encontram os países subdesenvolvidos, de submissão e dependência tanto econômica quanto tecnológica?

1 DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

Com a crise do socialismo europeu, a difusão da doutrina neoliberal e a revolução técnico-científica fizeram com que nos anos 1980

fossem reavaliadas as referências políticas e intelectuais da América Latina, e também, os conceitos de desenvolvimento e dependência.

Após o término da Segunda Grande Guerra tais estudos se intensificaram. A maioria das nações ao se encontrar independentes cria consciência da disparidade existente entre o grupo retentor de conhecimento técnico-científico e de riqueza material e si própria. A partir do instante que isso ocorre, tensões entre as relações internacionais são geradas, cabendo à Organização das Nações Unidas (ONU) discipliná-las, mas também a encorajar a elaboração de teorias que justifiquem tais diferenças.

Logo surgem comissões econômicas regionais, sendo a mais atuante na América Latina, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), como um órgão da ONU, que põe em evidência que o subdesenvolvimento da Região é uma condição relacionada às características próprias de sua economia, subordinada ao capitalismo dos países industrializados. A Cepal fora criada com o intuito de monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo.

A base deixada pela Cepal é que sempre há uma conexão entre os interesses internos e externos do país, ou seja, interesses comuns que viabilizam uma relação entre o capital estrangeiro e o nacional, possibilitando a criação de uma transnacional, a qual defendia uma agenda coerente com os objetivos de desenvolvimento nacional, visando ao emprego, à redução de desigualdade e ao acesso ao progresso tecnológico.

Teoricamente, os países latino-americanos não tinham o porquê de se industrializarem, pois conseguiam parte da renda diante de uma premissa incontestável que Prebish explicava claramente em sua pesquisa: O fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa para toda a coletividade, seja através da queda dos preços, seja através do aumento correspondente da renda. (PREBISCH, 1949, p. 71)

As ideias da Cepal em relação à integração econômica regional trazem importantes contribuições para o entendimento do regionalismo na América Latina, principalmente com relação a seus propósitos e às dificuldades presentes no processo de integração.

Entretanto, após grandes esforços dos países latino-americanos, na década de 1960, a industrialização se encontrou com uma grave crise econômica e de estagnação (MARINI, 1992, p. 80). Persistindo os problemas econômicos, tecnológicos e sociais, surge a Dialética da Dependência, uma crítica ao modo cepalino de desenvolvimento. O modelo de desenvolvimento (da Dialética da Dependência), proposto por Ruy Mauro Marini em 1973, tem por foco a dependência tecnológica e econômica, presente no modelo capitalista adotado na relação entre países centrais e periféricos. Tal relação é marcada pela exportação de tecnologia por parte dos países centrais, o que garante sua inserção no mercado globalizado, e pela exportação de produtos de menor valor agregado ou matéria-prima por parte dos países subdesenvolvidos.

Marini defende, por meio da Dialética da Dependência, que a existência de países periféricos, na realidade, é uma necessidade para a preexistência dos países tidos como hegemônicos do capitalismo central. Para ele, os países centrais fizeram do capitalismo e da Revolução Burguesa um processo não linear, criando um contexto no qual se produziram diferentes formações socioeconômicas, que configuram regimes políticos variados que geram relações de todo tipo (MARINI, 1992, p. 08). Devido ao surgimento das relações de competição entre as economias avançadas, passou a existir a presença de vínculos coloniais, semicoloniais, e de dependência com os países periféricos.

No século XVI, a América Latina se encontra inserida na dinâmica do capitalismo internacional como colônia fornecedora de metais preciosos e gêneros exóticos, além de importadora das mercadorias do Continente Europeu. Tais fatores fornecem suporte necessário para o desenvolvimento do capital comercial e bancário, e também do sistema manufatureiro dos países colonizadores, o que, futuramente, lhes proporcionaria a base para a Revolução Industrial.

Apesar de tal desenvolvimento ter propiciado independência política à América Latina, a Revolução Industrial desses países fez com que o fluxo de mercadorias e capitais passasse a ter por foco, não os países latino-americanos, mas a Inglaterra e suas necessidades. Tais países periféricos exportavam bens primários para os países centrais para adquirir destes manufaturados de consumo, levando a uma superação da importação sobre a exportação, e, conseqüentemente, ao crescimento de dívidas.

Dentre as características da Dialética da Dependência estão: a visão de que o subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados; a ideia fundamental de que desenvolvimento e subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal; o fato de que o subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista; e, por fim, o fato de que a dependência não é só um fenômeno externo, mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política). De modo geral, demonstra-se que no modelo capitalista o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são antagônicos por se tratarem de modelos distintos dentro do processo de acumulação. Conclui-se que a dependência é uma característica das economias periféricas, ou seja, à medida que prevalece a lógica de acumulação capitalista, uma vez que um país ou região se mostra dependente, será sempre dependente.

A partir desse momento, a relação entre os países latino-americanos e o Continente Europeu passa a ser de dependência e de subordinação do primeiro, sendo caracterizada pela alteração ou reformulação do modelo de produção dos países subordinados a fim de atender às necessidades dos independentes, gerando, conseqüentemente, uma dependência ainda mais enraizada.

A acumulação de capital assume, então, seus próprios aspectos. Em primeiro lugar, ela é caracterizada por profundas diferenças em nível doméstico, no contexto local de um mercado de trabalho barato, combinado com uma tecnologia capital-intensiva. Um dos meios de exploração do trabalho assalariado que se faz mais presente nos países industriais periféricos, principalmente os submissos às potências centrais, é a mais-valia relativa³⁰, que, fundamentalmente, acarreta na desvalorização real da força trabalho. O resultado, sob o ponto de vista da mais-valia relativa, é

30 Mais-valia relativa ocorre quando surgem novas tecnologias no processo de produção, principalmente no setor de bens de consumo (que são os bens que os trabalhadores precisam para sobreviver), pois o tipo relativa é caracterizada pela redução do tempo de trabalho necessário em relação ao tempo de trabalho excedente. É por isso que a introdução de novas tecnologias e o progresso tecnológico, que faz com que aumente a produtividade do trabalho, tende a ocorrer, principalmente, no setor produtor de bens de consumo, porque isso vai permitir uma redução do valor da força de trabalho, já que irá reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção desses bens que o trabalhador precisa para sobreviver. (CASSEB; BORBA, 2004)

uma violenta exploração da força de trabalho. Portanto, o resultado imediato desses mecanismos é uma forte saída estrutural de recursos, que traz consigo graves problemas de estrangulamento externo e restrições externas ao crescimento.

No instante em que passa a aumentar sua produtividade, o trabalhador passa a gerar maior produção em menos tempo, mas como não é agregado um valor com esse aumento de produção e sim reduzido, principalmente pela diminuição do valor social da unidade de produto, logo, o capitalista busca aumentar a produção constantemente. Isso se deve pelo fato de que a taxa de mais-valia passa pela relação entre tempo de trabalho excedente com aquele que realmente se faria necessário. A única atitude que torna possível às economias periféricas garantir sua dinâmica interna de acumulação de capital é o aumento da produção de excedente por meio da superexploração da força de trabalho, o que implica o acréscimo da proporção excedente / gastos com mão de obra, ou na elevação da taxa de mais-valia, seja por arrocho salarial e/ou extensão da jornada de trabalho, em associação ao aumento da intensidade do trabalho. Como resultado do baixo valor de sua mercadoria ser consequência do aumento do tempo de produção do assalariado, o empresário obtém uma mais-valia superior à de seus concorrentes, alterando, assim, a repartição geral da mais-valia, formando a mais-valia absoluta.³¹

A superexploração do trabalho na América Latina como efeito da mais-valia é uma questão em que críticos da exploração tendem a cometer enganos. “A superexploração, como violação do valor da força de trabalho, não implica uma maior exploração” (SADER; SANTOS, 2009, p. 175), ou seja, a geração de produto excedente se dá pelo trabalho excedente acima do tempo que seria necessário.

Marini procura distinguir as principais características dos países subdesenvolvidos, compreendendo os países atrasados a

31 Mais-valia absoluta caracterizada pelo prolongamento da jornada de trabalho (aumento absoluto da jornada excedente) ou intensificação da jornada de trabalho, vemos que o aumento do salário é menos que proporcional ao aumento da mais-valia. Consiste na intensificação do ritmo de trabalho, a partir de uma série de controles impostos aos operários, que incluem da mais severa vigilância a todos os seus atos na unidade produtiva até a cronometragem e determinação dos movimentos necessários à realização das suas tarefas. O capitalista obriga o trabalhador a trabalhar a um ritmo tal que, sem alterar a duração da jornada, produzem mais mercadorias e mais valor que sem esses controles. (CASSEB; BORBA, 2004).

partir de uma relação do capitalismo mundial de dependência entre os países centrais (América do Norte, Europa Ocidental e Japão) e os periféricos (América Latina, África e Ásia), forjada não apenas pela condição agrário-exportadora desses últimos, mas pela divisão internacional do trabalho, no qual caberia à estes países (os periféricos) a produção de bens primários e aos países centrais a produção de bens industrializados, numa relação de complementaridade.

A partir dessa condição, a burguesia nacional dos países periféricos, mesmo após a industrialização, torna-se sócia-minoritária do capital transnacional, tendo de repartir a mais-valia gerada internamente com eles. Para compensar essa menor participação na repartição da acumulação, a burguesia nacional utiliza-se de mecanismos extraordinários de exploração da força do trabalho, os quais visam ampliar a mais-valia extraída do trabalho, tendo como resultado a realimentação da dependência e a manutenção do subdesenvolvimento, mesmo com a industrialização interna.

Nos países imperiais, em determinado momento de seu desenvolvimento, os trabalhadores passaram a incorporar sua produtividade de modo ativo. Isso ocorre por haver a necessidade da existência de um mercado interno capaz de suprir a necessidade de consumo da alta quantidade de produção, o que acontece pelo aumento da exploração da produtividade do trabalho em geral, viabilizando, o barateamento do Bem Salário e o aumento do tempo de produção da mais-valia.

Essa alteração no capitalismo exigiu o acúmulo de metais preciosos para o suporte das revoluções tecnológicas. A América Latina, assim como outras regiões periféricas, teve seu papel de contribuinte para esse processo de acúmulo, além de fornecer alimentos com o interesse de se tornar ativa no mercado mundial. Com isso, acarretando no barateamento dos elementos do capital variável e incidindo na redução do tempo de trabalho nos países centrais, pois as exportações feitas para eles auxiliavam na queda de custo da produção.

Com isso, a América Latina proporcionou aos países desenvolvidos a possibilidade de elevar tanto as taxas de exploração quanto os salários de seus trabalhadores, ampliando seu mercado interno e indo contra a queda de lucro. Nesse quadro é que ocorrem os conflitos capital/trabalho na região, e a contínua exportação de matéria-prima para os países desenvolvidos.

Para Ruy Mauro Marini, em seus escritos da década de 1980 a 1990, a superexploração da força de trabalho passou a assumir uma nova forma na América Latina, reforçando-se, a partir dos anos 1970, quando se afirma a crise da industrialização voltada ao mercado interno, e inicia-se na região um giro, no sentido de sua inserção, numa economia mundial globalizada sob o domínio de políticas neoliberais. Por outro lado, nos países centrais também se começa a desenvolver mecanismos de superexploração de trabalho antes restrito aos países periféricos.

Sobre o esforço dos governos militares brasileiros de desenvolvimento industrial e de hegemonia continental, Marini posicionou-se pela criação da categoria subimperialismo para designar um processo dinâmico do capitalismo nacional, que expande seus capitais sobre as economias vizinhas, porém, sob os limites impostos pelo capital monopólico mundial.

De acordo com Marini, enquanto a inserção da América Latina no mercado mundial no século XIX concorreu para gerar os efeitos antes referidos ao mundo central, os seus resultados no interior da região foram diametralmente distintos (2000, p. 23 e ss.).

Desde o período colonial e do momento em que iniciaram os processos de independência na América Latina, o capital de seus países integrantes procura explorar ao máximo seus trabalhadores,

no momento de produção, e esperar que contem com salários suficientes no momento em que esses produtores, na segunda fase da circulação, transformam-se em consumidores para participar na realização da mais-valia (SADER; SANTOS, 2009, p. 182).

Durante o período de industrialização “orientada para dentro”, ocorrida dos anos 1940 aos 1980, os esforços de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de engenharia, na América Latina, nunca ultrapassaram meio ponto percentual do PIB, o que seria o equivalente a uma mera fração do que eram esses empreendimentos nas economias dos países do Sudeste Asiático industrializados ou mais desenvolvidos. Aproximadamente 80% desses esforços foram executados e financiados por empresas do setor público.

Paralelamente a isso, porém em escala muito menor, os sistemas nacionais de inovação da época também exibiram a participação dos departamentos de engenharia de subsidiárias locais de empresas transnacionais e de muitas PMEs de propriedade familiar (KATZ, 2005, p. 369)

Em decorrência a fatores, como o excesso da demanda interna e a alta proteção tarifária, o empresário latino-americano acostumou-se a funcionar em mercados favoráveis e sem incentivos voltados à inovação a longo prazo.

Segundo Katz, esses seriam fatores culminantes para explicar o porquê a industrialização “orientada para dentro” não foi suficiente para incentivar esses países a buscar tecnologias avançadas e que os levasse a concorrer internacionalmente.

Convém assinalar que, em muitos países da região, desenvolveram-se aos poucos uma base qualificada de recursos humanos e uma infraestrutura tecnológica, *pari passu* com o mencionado processo de industrialização orientada para dentro. Essa base de especialização e infraestrutura tecnológica desempenharam um papel importantíssimo, como “fonte” de aumento da produtividade naquelas primeiras fases da industrialização orientada para dentro. E continuaram a exercer uma função importante em épocas mais recentes, quando os países se abriram para a concorrência externa, e tiveram de evoluir para um novo regime de organização industrial, mais respeitador dos princípios orientados para o mercado. (KATZ, 2005, p. 370)

Já sobre a crise do desenvolvimentismo, ocorrida nos anos 1970, que se abateu sobre a maioria dos países latino-americanos, o autor analisa o processo que deu base à industrialização nos países subdesenvolvidos e desenvolvidos, fazendo comparação entre ambas. Fundamentalmente, Marini afirma que, nos países avançados, a industrialização se dera de maneira orgânica, levando para que o crescimento do setor de bens de consumo gerasse, imediatamente como contrapartida, a expansão do setor de bens de produção, sem o qual o processo se veria bloqueado. Nos países latino-americanos, a industrialização substitutiva de importa-

ções opera sobre a base de uma demanda preexistente de bens de consumo, que fazia dos investimentos nesse setor os mais rentáveis permitindo que o processo de produção se sustentasse graças à importação crescentes de bens de capital e tecnologia, isto é, bens intermediários, máquinas e equipamentos (MARINI, 1992, p. 80).

Isso apenas demonstra que a relação de dependência existente na economia mundial sempre existiu. Seja no período de colonização, em que havia exploração de matéria-prima nos países colonizados em prol da prosperidade econômica dos colonizadores, seja na década de 1960, quando foi escrita a obra e já se faziam presentes relações em que ações e medidas tomadas tinham por foco o bem-estar da potência econômica dominante.

Teoricamente, enquanto a troca de mercadorias expressa o valor determinado pela quantidade de trabalho socialmente incorporado à cada unidade, na prática, percebe-se que os preços de mercado e de produção sofrem transferências e alterações de valor a partir das leis de troca, mas também da adoção de transgressões a tais leis.

2 INTEGRAÇÃO DO MERCADO MUNDIAL

O desenvolvimento industrial, de acordo com a Dialética da Dependência, supõe uma grande disponibilidade de bens agrícolas que permite a especialização, por parte da sociedade, na atividade especificamente rural. Porém, a capacidade de criar uma oferta mundial de alimentos e de contribuir para a formação de matéria-prima industrial da América Latina-, aparece como condição necessária de sua inserção na economia internacional capitalista.

Além de prover aos países centrais, e às áreas urbanas, os alimentos, que passaram a ser exigidos pelo crescimento da classe operária e matérias-primas, a Dialética da Dependência pondera que as funções desempenhadas pela América Latina transcendem às simples respostas aos requerimentos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Os países latino-americanos não só alimentam a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, como também contribuem para que se superem os obstáculos criados a partir do acúmulo de capital, que prejudica essa expansão (MARINI, 1992, p. 117). Ou seja, auxilia o desenvolvimento do modo de produção capitalista baseado na mais-valia relativa.

Conforme Marini (1992), a economia dependente expande suas exportações a preços compensadores para os países centrais, mantendo sua atratividade para o capital externo, dando continuidade à relação de dependência existente e aprofundando a superexploração do trabalho.

A superexploração é diferida da mais-valia absoluta por considerar não apenas a intensificação do trabalho, mas também da mais-valia relativa, ou seja, o tempo de trabalho excedente na produção. Conforme desenvolve essa força produtiva de trabalho, a exploração do trabalhador é cada vez mais acentuada. Essa relação de trabalho, de acordo com a Dialética da Dependência, tem a ver com o modo de produção capitalista por si mesmo. Com o aumento da intensidade do trabalho ou da mais-valia relativa, ou seja, do tempo de trabalho excedente, o valor individual das mercadorias decresce. Em uma economia justa, a mais-valia iria diminuir também. Mas a diminuição do tempo de trabalho exigiria, do ponto de vista capitalista, um aumento da produção do trabalhador.

A superexploração não corresponde a uma sobrevivência de modos primitivos de acumulação de capital, mas é inerente e cresce correlativamente ao desenvolvimento da força produtiva do trabalho, além de ser uma característica geral de todo desenvolvimento capitalista. (MARINI, 1992, p. 120)

O autor ainda afirma que “não é porque se cometeram abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente fracas, é porque eram fracas que abusou-se delas” (MARINI, 1992, p. 118). Tampouco é porque produziram além do necessário que sua posição comercial se deteriorou, mas foi sua deterioração comercial que as forçou a produzir em maior escala. Em última instância, isso leva a reivindicar relações comerciais equitativas entre as nações, quando se trata de suprir as relações econômicas internacionais que se baseiam no valor de troca. Uma integração econômica, além de necessária, torna-se plausível apenas com a delegação de atribuições estatais a órgãos supranacionais, em maior ou menor grau. Um modelo de integração latino-americana, objetivando a independência e o desenvolvimento, deve ser composto pela participação ativa de todos os setores, e não apenas política e empresarial.

Dado o progressivo processo de globalização, é notória a intensificação da concorrência entre as grandes empresas por almejarem lucros extraordinários, que são o real impulso do desenvolvimento

histórico do capitalismo. Diante desse contexto, tende-se a difusão tecnológica, que acaba por padronizar as mercadorias para encurtar a estrada para o intercâmbio global, e, conseqüentemente, a homogeneização da cadeia produtiva e sua intensidade.

Sendo assim, Marini (1992) conclui que tais tendências proporcionam bases mais sólidas para o reconhecimento das condições de produção e para o estabelecimento dos preços relativos. Suprindo, a longo prazo, as diferenças nacionais que afetam a validade da lei do valor.

2.1 O Ciclo do Capital na Economia Dependente

Do ponto de vista do país dependente que atende às exigências de circulação capitalistas dos países industrializados e não depende da capacidade interna de consumo, existem dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias – cujo efeito é fazer com que apareça, de modo específico na economia latino-americana, a contradição inerente à produção capitalista em geral.

Na economia exportadora latino-americana, a formação baseada no modo capitalista de produção, a relação de exploração na qual se baseia, cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional expansão (MARINI, 1992, p. 134). Quando a América Latina ingressou na etapa da industrialização, fê-lo a partir das bases criadas pela economia de exportação, que, de acordo com Marini (1992), sacrifica o consumo individual dos trabalhadores a favor da exportação ao mercado mundial, deprime os níveis de demanda interna, e erige o mercado mundial como única saída para a produção.

A compreensão permanente de que a economia exportadora exercia sobre o consumo individual do trabalhador só permitiu a criação de uma indústria fraca, que apenas se ampliava quando fatores externos (como as crises comerciais) fechavam parcialmente o acesso ao comércio de importação. A industrialização, segundo Marini (1992) não cria, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda já constituída e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados.

Na Dialética da Dependência, afirma-se que a partir do surgimento da necessidade de generalizar o consumo de manufaturas, que ocorre quando a oferta individual coincide em linhas gerais com a demanda existente, dá-se lugar a dois tipos de adaptações na economia industrial dependente: a ampliação do consumo das camadas médias e o esforço para aumentar a produtividade do trabalho a fim de baratear mercadorias.

2.2 Tecnologia

A industrialização latino-americana corresponde a uma nova divisão internacional do trabalho cujo âmbito transfere aos países dependentes etapas inferiores da produção industrial. Marini observa também o fato de que na siderurgia, que correspondia a um sinal distintivo da economia industrial clássica, generalizou-se a tal ponto que países como o Brasil já exportam aço, mantendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançada na indústria de transformação.

As autoridades de governo e os empresários locais parecem acreditar que os países podem prescindir de um compromisso mais firme com as atividades internas de geração e difusão do conhecimento, e que os mercados podem lidar de maneira adequada com as questões do acesso à tecnologia e ao know-how. A tecnologia é vista como um insumo facilmente obtível no exterior, quando necessário, e, portanto, considera-se que os recursos locais não devem ser utilizados para financiar uma infraestrutura interna de ciência e tecnologia. (KATZ, 2005, p. 377).

Assim, como ressalta Katz, além dos Estados Unidos, hoje, a Europa Ocidental e o Japão competem vantajosamente na produção de aço, bem como na de veículos automotores, apesar de não serem bem sucedidos quando se refere à indústria de máquinas e ferramentas, principalmente as automatizadas. Ocorrendo, assim, uma nova hierarquização da economia capitalista mundial, cuja base é a redefinição da divisão internacional do trabalho ocorrida no curso dos últimos cinquenta anos.

2.3 Transferência Tecnológica e Dependência Econômica

Marini (1992) vê a necessidade de ressaltar que a economia exportadora constitui a etapa de transição para uma autêntica economia capitalista nacional, que só se configura quando emerge a economia industrial; e que a fórmula geral do capital também se dá em conta da transformação da produção mercantil simples em produção mercantil capitalista.

Rosenberg (2006) afirma que transferências tecnológicas existem desde o início da História. Porém, após a Revolução Industrial, o processo de transferência tecnológica se intensifica. Os recebedores da tecnologia britânica encontravam-se, inicialmente, em uma situação amplamente favorável, pois eles puderam se industrializar por meio de simples transferência de tecnologia já existente, ao invés de invenção independente. O que facilitou, para os retardatários na corrida da industrialização, a inserção no mundo competitivo que se iniciava.

Tal facilidade no ingresso do mundo industrializado, contudo, passa a ser uma desvantagem a longo prazo. O fato de um país encontrar-se inserido em uma sociedade capitalista competitiva exige uma constante rotatividade de produtos, sendo que os países industriais, retentores de tecnologia avançada, além de gerar inovações e atualizações tecnológicas também as fornecem. Isso acarreta, segundo Rosenberg, uma ameaça de os países subdesenvolvidos estarem em um círculo vicioso de dependência. “O século XX fornece numerosos exemplos de substituição, por novos produtos, de produtos antigos cuja produção alguns países menos desenvolvidos haviam sido fortemente dependentes.” (ROSENBERG, 2006, p. 366). Quando não existe o domínio sobre a tecnologia avançada por parte de uma economia, esta ficará extremamente vulnerável a alterações da demanda, geradas no exterior por essas tecnologias, podendo apenas realizar alguns ajustes, principalmente pelo fato, como coloca Rosenberg, de que importar tecnologia nunca é fácil.

Altos níveis de habilidade e competência técnica nos países recebedores são primordiais. Os países mais bem-sucedidos na adoção de tecnologias estrangeira, desde que se iniciou o processo de exportação de tecnologia, foram aqueles com populações mais

bem-educadas. Segundo Rosenberg (2006), o sucesso da implantação de uma nova técnica depende dos recursos naturais disponíveis no país onde a tecnologia será inserida, e também da existência de habilidades administrativas, de estruturas organizacionais e da operação de sistema de incentivos.

No começo de seu desenvolvimento, a economia dependente se encontra completamente subordinada à dinâmica da acumulação nos países industriais, ou seja, do modo como se expressa ali a acumulação de capital. Marini (1992, p. 157) expõe também o fato de que a ação das economias industriais repercute no mercado mundial no sentido de inflar a demanda de alimentos e de matéria-prima, mas que a resposta que lhe dá a economia exportadora é rigorosamente inversa, pois ao invés de fazê-lo com caráter prioritário, ela se vale de um maior emprego extensivo e intensivo da força de trabalho. Como consequência, baixa sua composição orgânica e aumenta o valor das mercadorias produzidas, o que eleva a mais-valia e o lucro.

Tal crescimento gera, em contrapartida, nos países periféricos, uma baixa lucratividade. Para que, por fim, possa existir uma compensação ao lucro deficiente ocorrem práticas de superexploração do trabalho. Consequentemente, a economia dependente segue expandindo suas exportações a preços sempre mais compensadores para os países industriais e, simultaneamente, mantém sua atração para os capitais estrangeiros, postergando, assim, o processo de dependência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo como conhecemos se mantém, principalmente, devido à existência da relação de dependência existente, mutuamente, entre os países centrais e os periféricos, podemos concluir que o fator tecnológico se faz determinante na manutenção de tal relação.

As constantes atualizações tecnológicas e o crescente desenvolvimento dos países retentores do conhecimento, além das pesquisas voltadas para a tecnologia, fazem com que os países periféricos tenham sua produção voltada para o mercado externo ignorando, na maior parte do tempo, sua própria demanda interna

e se submetendo às necessidades dos países centrais. Isso os leva a importar constantemente, seja produtos manufaturados ou mesmo tecnologia, expandindo constantemente suas dívidas.

A retenção da tecnologia em si não garante a um país sua independência tecnológica. Investimentos em pesquisa e desenvolvimento para que tal tecnologia não se torne obsoleta e seja capaz de competir com os países centrais se torna crucial para sua independência. Além disso, por existir uma constante atualização tecnológica, é crucial que o país importador de tecnologia possua a capacidade de aplicá-la para que não se encontre em maior desvantagem concorrencial.

REFERÊNCIAS

- CASSEB, Norma Cristina Brasil; BORBA, Jason Tadeu. **Mais-valia Absoluta e Mais-valia Relativa**: uma reflexão sobre a periodização da acumulação de capital no Brasil. São Paulo, 2004.
- KATZ, Jorge. **Reformas estruturais orientadas para o mercado, globalização e transformação dos sistemas de inovação latino-americanos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MARINI, Ruy Mauro. **América Latina Dependência e Integração**. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1992.
- _____. **Dialética da Dependência**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.
- PINTO, Álvaro Vieira. **O Conceito de Tecnologia**. v. 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda, 2005.
- PREBISCH, Raúl. **Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ROSENBERG, Nathan. **Por Dentro da Caixa-Preta Tecnologia e Economia**. São Paulo: Editora Unicamp, 2006.
- SADER, Emir; SANTOS, Theotonio dos. **América Latina e os Desafios da Globalização, ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini**. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2009.
- TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini, Vida e Obra**. São Paulo: Editora Expressão Popular Ltda, 2005.

SOBRE OS AUTORES

Daniela Prado Damasceno Ferreira Reinecken

Aluna do Curso de Ciências Econômicas da FAE - Centro Universitário e bolsista do Programa de Iniciação Científica (PAIC-FAE).

Deise Luiza Ferraz

Doutora, Mestra e Bacharela em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com um período de estágio-doutoral no Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações (SOCIUS) do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Professora, pesquisadora e orientadora no Programa de Mestrado Interdisciplinar em Organizações e Desenvolvimento da FAE - Centro Universitário (PMOD/FAE) e do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração da Universidade Positivo (PMODA/UP). Pesquisadora Júnior IPEA/CAPES, Pesquisadora dos seguintes grupos de pesquisa: SOCIUS (ISEG/UTL), Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais (UFPR/CAPES). Coordenadora de Projetos de Pesquisas financiados por órgãos nacionais de fomento (CNPQ, edital 020/2010 - Processo: 402541/2010-3 e IPEA/CAPES, edital 01/2010 - Processo 177/2010). Autora de diversos artigos publicados em livros, congressos e periódicos Qualis. Organizadora do livro *Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho* publicado pela editora Atlas em 2011. Trabalha de forma interdisciplinar com as seguintes áreas científicas: Sociologia, Antropologia, Psicologia, Economia e Administração

Eliete Maceno Novak

Pedagoga, Mestre em Organizações e Desenvolvimento pela FAE Centro Universitário e Professora da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Eugenia Vianna Picone

Mestranda do Programa Organizações e Desenvolvimento da FAE - Centro Universitário. Pedagoga na Secretaria Municipal da Educação, há 11 anos.

Formada em Pedagogia na Universidade Tuiuti do Paraná.

Lafaiete Santos Neves (Org.)

Historiador, Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UFPR, Pesquisador do Programa “Cátedras para o Desenvolvimento” do IPEA/CAPES, patrono Ruy Mauro Marini, Professor do Programa de Mestrado em Organizações e Desenvolvimento da FAE - Centro Universitário.

Lenina Formagi

Economista, Mestranda em Organizações e Desenvolvimento pela FAE Centro Universitário e Economista do DIEESE.

Liana Maria da Frota Carleia

Economista, professora titular da Universidade Federal do Paraná (UFPR), atuando como professora convidada da Faculdade de Direito da UFPR, pesquisadora do CNPq e professora do PMOD-FAE. Foi diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do IPEA: 2007-2011.

Niemeyer Almeida Filho

Professor Associado do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista do programa Cátedras do Desenvolvimento do IPEA, patrono Ruy Mauro Marini.

Rafael Rodrigo

Possui graduação em Administração de Empresas pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (2000), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006) e doutorado em Educação pela UFSC (2010). Tem experiência nas áreas de Administração e Educação, com ênfase na linha Trabalho e Educação, atuando principalmente no campo de estudos: Ciência, Tecnologia & Sociedade e Sociologia das Organizações. Atualmente é professor do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Organizações e Desenvolvimento da FAE-Curitiba.

Roberta Traspadini

É professora substituta do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); professora militante da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), escola de quadros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST). Autora dos livros: “A teoria da Interdependência de Fernando Henrique Cardoso” (editora topbooks, 1998) e “Ruy Mauro Marini vida e obra” (editora expressão popular, 2005) em coautoria com João Pedro Stédile. É economista, formada pela UFES (1995), mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberlândia (1998) e doutoranda em Estudos Latino-americanos pela UNAM. Professora militante nas pós-graduações da ENFF em parceria com as universidades: UFES – pós-graduação em Economia e Desenvolvimento Agrário; UnB – pós-graduação em Literatura; UFJF – pós-graduação em Estudos Latino-americanos.

Sergio Tadeu Gonçalves Muniz

Doutor pela Universidade de São Paulo, com doutorado-sanduíche na Universidade de Paris. Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *campus* Curitiba.

Taiane Dagostin Darós

Pedagoga, Mestre em Organizações e Desenvolvimento pela FAE Centro Universitário e Doutoranda em Ciências da Engenharia Ambiental – EESC/USP.

Yuri Korello

Aluno do Curso de Ciências Econômicas da FAE - Centro Universitário, bolsista do Programa de Iniciação Científica (PAIC – FAE).



SOBRE O LIVRO

Tiragem: 1000

Formato: 14 x 21 cm

Mancha: 10 X 17 cm

Tipologia: Times New Roman 10,5/12/16/18

Arial 7,5/8/9

Papel: Pólen 80 g (miolo)

Royal Supremo 250 g (capa)